



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | fevereiro 2020



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: fevereiro de 2020

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

0210 – 026 Lisboa

Telefone: +351 218 823 390

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-147 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1747-9022



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional de bens de equipamento (janeiro-novembro 2018-2019)	35
Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Itália (2014-2018 e janeiro-novembro 2018-2019)	43
Ensaio	57
Indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento	57
Iniciativas e Medidas Legislativas	79
Lista de Acrónimos	85

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No quarto trimestre de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 0,2% em termos homólogos (0,4% no trimestre precedente) devido à deterioração verificada nas economias avançadas. Em 2019, o comércio mundial de mercadorias caiu 0,4% em termos homólogos reais, apesar de ter melhorado ligeiramente no último trimestre de 2019 associado, à recuperação das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente da China.
- * O PIB da OCDE abrandou para 1,6% em termos homólogos reais no quarto trimestre de 2019 (1,7% no terceiro trimestre) com destaque para um recuo significativo do Japão. A taxa de inflação homóloga desacelerou para 1,8% (1,9% no trimestre precedente) e, a taxa de desemprego diminuiu para 5,1% (5,2% no trimestre anterior).
- * No início de 2020, os indicadores de atividade económica dos EUA foram globalmente positivos (melhoria da produção industrial e aumento dos indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores) num contexto de baixas pressões inflacionistas. Em janeiro de 2020, a taxa de desemprego situou-se em 3,6% e, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,5% (2,3% em dezembro de 2019).
- * No quarto trimestre de 2019, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) abrandou para 1,1% e 0,9% em termos homólogos reais, respetivamente (1,4% e 1,2%, respetivamente, no período precedente). No conjunto de 2019, a taxa de desemprego diminuiu, em ambas as zonas, para se situar, em média, em 6,3% e 7,6%, respetivamente (6,9% e 8,2%, em 2018). Em janeiro de 2020, a taxa de inflação da área do euro subiu para 1,4% em termos homólogos (1,3% no mês precedente) devido sobretudo à aceleração dos preços de energia.
- * Em fevereiro de 2020 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent recuou de forma acentuada, para se situar em 56 USD/bbl (51 €/bbl), comparado com 64 USD/bbl (57 €/bbl) em janeiro, refletindo uma quebra do consumo de petróleo na China.
- * As taxas de juro de curto prazo desceram tanto na área do euro como nos EUA, de forma mais significativa nestes últimos, para se situarem, em média, em -0,4% e 1,7%, respetivamente, até ao dia 26 de fevereiro de 2020.
- * No decurso do mês de fevereiro de 2020, no mercado cambial, o euro tem vindo a fortalecer-se face às restantes moedas, servindo de ativo de refúgio, refletindo a incerteza em torno dos efeitos económicos do coronavírus, surgido inicialmente na China. Assim, o euro face ao dólar atingiu 1,09 no dia 26, representando uma depreciação de 3,2% face ao final de dezembro de 2019 (1,12).
- * Os índices bolsistas internacionais registaram perdas significativas em fevereiro de 2020, tendo sido particularmente acentuadas nos países emergentes, especialmente da Ásia, devido à sua maior exposição aos efeitos económicos do vírus. Assim, no dia 26 desse mês e, face ao final do mês de dezembro de 2019, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* depreciaram-se cerca de 5% e 4%, respetivamente.

Conjuntura Nacional

- * Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB apresentou um crescimento homólogo real de 2,2% no quarto trimestre de 2019 (1,9% no trimestre precedente). No total do ano de 2019, o crescimento fixou-se em 2,2% (2,6% em 2018).
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,5% no quarto trimestre de 2019, um valor inferior em 1,2 p.p. face ao registado no

terceiro trimestre. No mesmo trimestre, o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou uma variação de 1,7%, desacelerando 1,1 p.p. quando comparado com o terceiro trimestre.

- * O consumo privado apresentou um crescimento homólogo de 2% em volume no quarto trimestre de 2019, o que corresponde a uma desaceleração relativamente ao registado no trimestre anterior (2,7%).
- * No quarto trimestre de 2019, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 1,5% (que compara com 6% no trimestre precedente). O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma redução de 1%, e o investimento em equipamentos de transporte uma diminuição de 23,6%. Os dados para o ano de 2019 indicam que a FBCF registou um crescimento de 6,4% (5,8% em 2018).
- * No trimestre terminado em janeiro, os indicadores qualitativos de opinião dos consumidores e empresários são contrastantes – o indicador de confiança dos consumidores continua negativo, enquanto que o indicador de confiança dos empresários é globalmente positivo.
- * Entre janeiro e dezembro de 2019, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1 871 milhões de euros (o que compara com uma capacidade de financiamento de 2 832 milhões de euros no período homólogo).
- * O emprego aumentou 0,3% em termos homólogos no quarto trimestre de 2019, menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior.
- * Em janeiro de 2020, o Índice de Preços no Consumidor cresceu 0,8% em termos homólogos, crescimento superior em 0,4 p.p. à taxa registada no mês anterior.
- * Em janeiro de 2020, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um excedente de 1 288 milhões de euros, o que representa uma redução de 239 milhões de euros em termos homólogos. O saldo primário reduziu-se 218 milhões de euros, registando um excedente no valor de 1 514 milhões de euros.
- * A evolução da receita resultou sobretudo do crescimento das Contribuições de Segurança Social, em resultado do bom desempenho do mercado de trabalho, mas também do desempenho positivo da Receita Fiscal e Não Fiscal. Do lado da despesa, destaca-se o crescimento das Transferência Correntes, para a UE e para a CGA, e das Despesas com Pessoal.
- * Por subsectores, a Administração Central apresentou um excedente de 481 milhões de euros, a Administração Regional e Local um excedente de 233 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo positivo de 575 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 3,6% no ano de 2019. Neste mesmo período, as importações aumentaram 6,6%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 16,2%, correspondendo a 2 842 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 74,6%, menos 2,1 p.p. que em igual período de 2018.
- * No ano de 2019, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (4,5%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais.

¹ Resultados mensais preliminares de janeiro a dezembro de 2019.

As importações registaram uma variação homóloga positiva (7,4%), superior ao crescimento das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 20%.

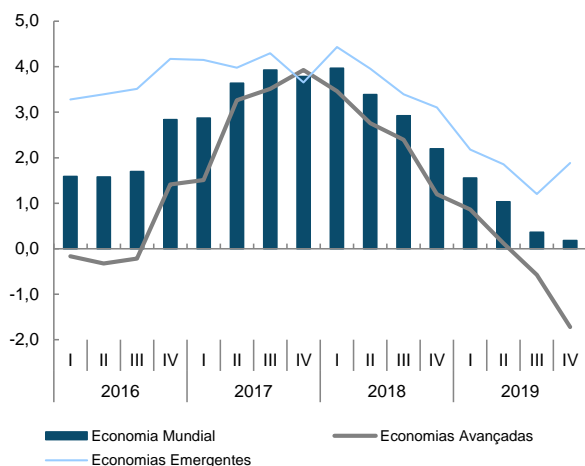
- * No último ano a terminar em dezembro de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 3,6% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do "Material de transporte terrestre e suas partes" (2 p.p.), dos "Produtos acabados diversos" (0,7 p.p.), dos "Químicos" e das "Aeronaves, embarcações e suas partes (ambos com 0,6 p.p.). No ano de 2019, deve igualmente destacar-se o contributo positivo do "Material de transporte terrestre e suas partes" (2 p.p.), seguido do contributo dos "Produtos acabados diversos" (0,7 p.p.), dos "Químicos" e das "Aeronaves, embarcações e suas partes" (ambos com 0,6 p.p.).
- * De janeiro a dezembro de 2019, as exportações para o mercado comunitário cresceram 4,5 %, em termos homólogos, e contribuíram em 3,5 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,3 % e as exportações para os países do Alargamento 7,8 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 3,1 p.p. e 0,4 p.p. As exportações para a Alemanha, o terceiro mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (12% do total de janeiro a dezembro de 2019), registaram o maior contributo Intra UE-15 (0,9 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e Espanha (0,8 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente).
- * No ano de 2019, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva (0,7%), mas inferior à das exportações Intra UE passando a representar 23,2 % do total das exportações nacionais (menos 0,7 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (75,5%), Turquia (26,8%) e Suíça (8,1%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de dezembro de 2019, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,4% nos doze meses de 2019. A componente de Serviços registou um melhor desempenho face à dos Bens (5,9% e 3,5%, respetivamente), com ambas a registar o mesmo contributo para o crescimento do total das exportações (2,2 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No quarto trimestre de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 0,2% em termos homólogos (0,4% no terceiro trimestre) devido à deterioração verificada nas economias avançadas (-1,7% em termos homólogos).

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



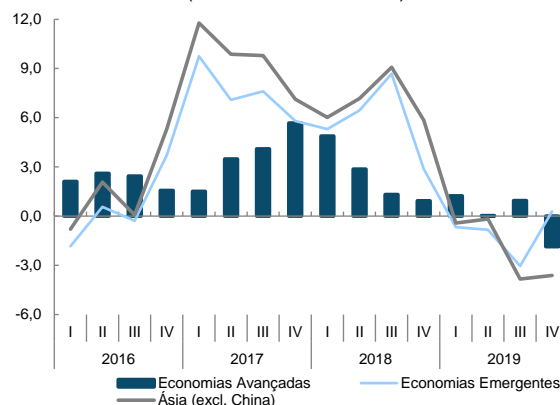
Fonte: CPB.

Em 2019, o comércio mundial de mercadorias caiu 0,4% em termos homólogos reais (crescimento de 4,1%, em média, entre 2010 e 2018). Contudo, registou-se uma melhoria ligeira no último trimestre de 2019 devido às exportações mundiais.

No quarto trimestre de 2019 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou uma quebra de 0,8% (-0,9% no terceiro trimestre);
- as exportações e importações mundiais diminuíram 0,5% e 1%, respetivamente (-1,1% e -0,7%, respetivamente, no trimestre precedente).

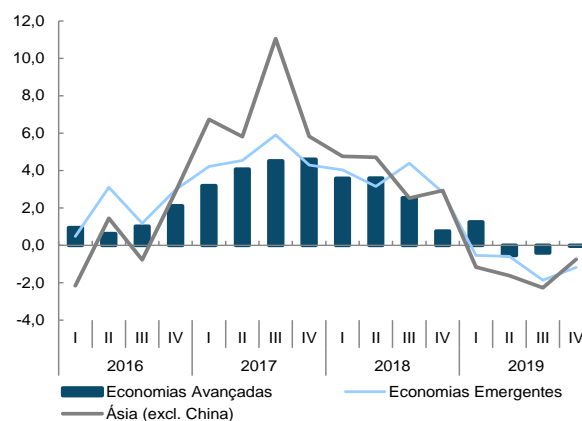
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No último trimestre de 2019, registou-se uma melhoria das trocas comerciais devido sobretudo a alguma recuperação dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente em termos de importações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019			
			4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	0,8	2,2	1,6	1,0	0,4	0,2	0,4	-0,4	0,4	0,5
Economias Avançadas	VH	-0,3	1,2	0,9	0,1	-0,6	-1,7	-0,4	-1,8	-1,3	-2,0
Economias Emergentes	VH	1,8	3,1	2,2	1,9	1,2	1,9	1,0	0,9	2,0	2,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	-0,4	1,7	0,5	-0,4	-0,9	-0,8	-0,9	-1,8	-0,9	0,5
Importações Mundiais	VH	-0,4	1,7	0,5	-0,3	-0,7	-1,0	-0,2	-2,2	-0,8	0,2
Economias Avançadas	VH	0,1	0,9	1,2	0,0	1,0	-1,9	1,4	-0,8	-1,6	-3,2
Economias Emergentes	VH	-1,1	2,9	-0,7	-0,8	-3,0	0,3	-2,5	-4,3	0,3	5,3
Exportações Mundiais	VH	-0,4	1,7	0,5	-0,6	-1,1	-0,5	-1,5	-1,4	-1,0	0,8
Economias Avançadas	VH	0,1	0,8	1,2	-0,5	-0,4	0,0	-0,1	-0,4	-0,3	0,6
Economias Emergentes	VH	-1,0	2,8	-0,5	-0,6	-1,9	-1,2	-3,3	-2,7	-2,0	1,2

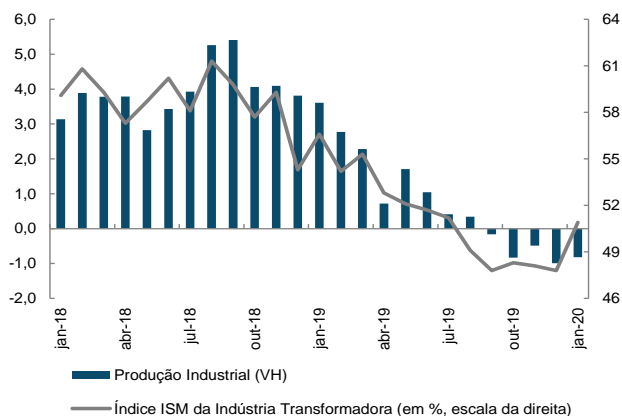
Fonte: CPB

Atividade Económica Extra-UE

No quarto trimestre de 2019, o crescimento do PIB da OCDE abrandou para 1,6% em termos homólogos reais (1,7% no trimestre precedente) com destaque para um recuo significativo do Japão. O abrandamento estendeu-se à generalidade das principais economias (com exceção dos EUA).

A taxa de inflação homóloga da OCDE desacelerou para 1,8% no quarto trimestre de 2019 (1,9% no período precedente) e a taxa de desemprego diminuiu para 5,1% (5,2% no período anterior).

Figura 1.4. Produção Industrial e Indicador de confiança da indústria dos EUA

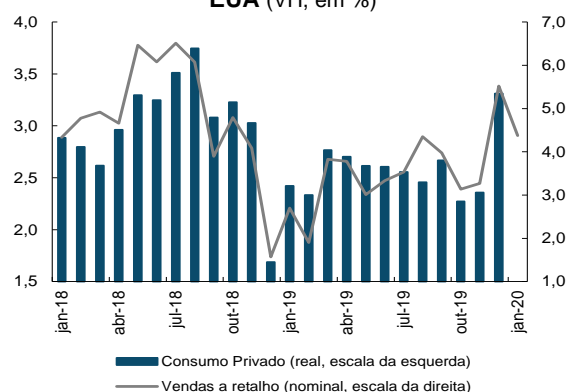


Fontes: Federal Reserve; ISM.

No início de 2020, os indicadores de atividade económica dos **EUA** foram globalmente positivos num contexto de baixas pressões inflacionistas. Assim, em janeiro de 2020, e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial melhorou ligeiramente, apesar da quebra de 0,8% (-1% em dezembro de 2019); em linha com um aumento dos indicadores de confiança dos empresários;
- as vendas a retalho desaceleraram para 4,4% (5,5% em dezembro de 2019); mas o indicador de confiança dos consumidores foi mais forte;
- a taxa de desemprego situou-se em 3,6% (3,5% no mês precedente) e, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,5% (2,3% em dezembro de 2019).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

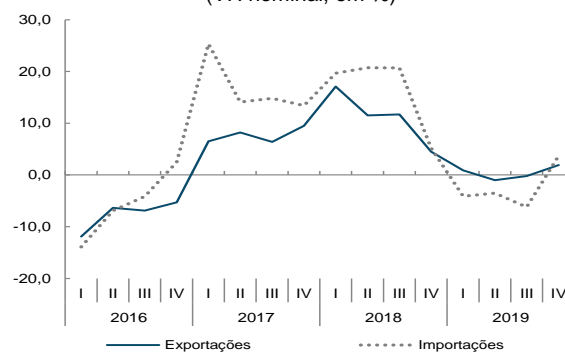


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.

No quarto trimestre de 2019, o PIB do **Japão** apresentou uma quebra de 1,6% em cadeia e de 0,4% em termos homólogos reais, concomitante com um aumento do IVA ocorrido em outubro, em parte devido ao efeito dos tufões que afetaram o país. Para o conjunto do ano de 2019, o crescimento do PIB acelerou para 0,7% em termos homólogos reais (0,3% em 2018).

Na **China**, as trocas comerciais recuperaram no quarto trimestre de 2019, tendo as exportações e importações de bens aumentado para 1,9% e 3,7% em termos homólogos nominais respetivamente (quebra nos trimestres precedentes). Para 2019, as exportações de bens desaceleraram para 0,5% em termos homólogos nominais (9,9% em 2018) em resultado da imposição de tarifas alfandegárias dos EUA aos produtos da China ao longo do ano.

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fonte: OMC.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	2019	2018				2019				2019			2020
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan			
EUA – PIB real	VH	2,3	2,5	2,7	2,3	2,1	2,3	-	-	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	0,9	4,0	2,9	1,2	0,2	-0,8	-0,8	-0,5	-1,0	-0,8	-	-	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	51,3	57,1	55,4	52,2	49,4	48,1	48,3	48,1	47,8	50,9	-	-	
Índice ISM dos Serviços	%	58,0	63,0	60,6	59,6	56,6	55,2	57,0	51,6	57,0	60,9	-	-	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	96,0	98,1	94,5	98,5	93,8	97,2	95,5	96,8	99,3	99,8	-	-	
Taxa de Desemprego	%	3,7	3,8	3,9	3,6	3,6	3,5	3,6	3,5	3,5	3,6	-	-	
China – PIB real	VH	6,1	6,5	6,4	6,2	6,0	6,0	-	-	-	-	-	-	
Exportações	VH	0,5	4,5	0,9	-1,0	-0,2	1,9	-0,8	-1,3	7,9	-	-	-	
Japão – PIB real	VH	0,7	-0,3	0,8	0,8	1,8	-0,4	-	-	-	-	-	-	

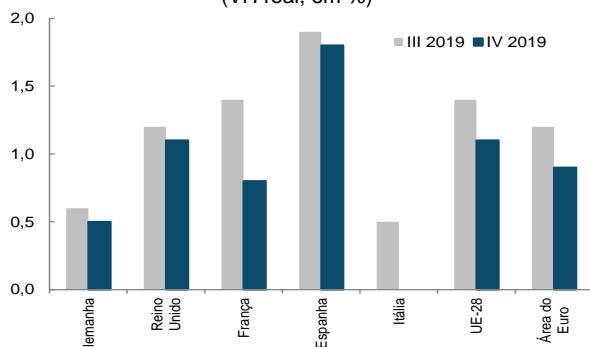
Fontes: BEA, Federal Reserve, ISM, Michigan, BLS, NBSC, OMC e COGJ.

Atividade Económica da UE

No quarto trimestre de 2019, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,1% e 0,9% em termos homólogos reais, respetivamente (1,4% e 1,2%, respetivamente, no período precedente); tendência que se estendeu às principais economias.

Para o conjunto do ano de 2019, o crescimento do PIB da UE e da AE abrandou para 1,4% e 1,2% em termos homólogos reais, respetivamente (2% e 1,9%, respetivamente, em 2018).

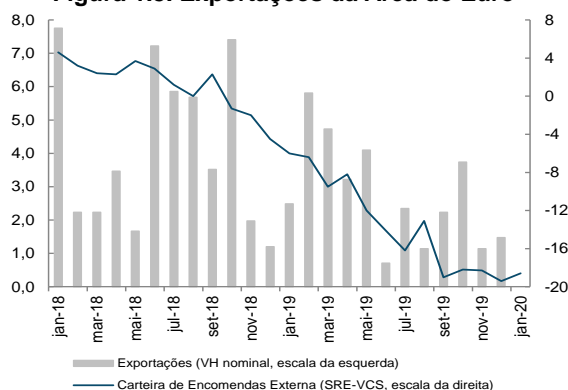
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no quarto trimestre de 2019 indicam uma deterioração da produção industrial e um abrandamento das vendas a retalho; enquanto o crescimento das exportações tornou-se mais robusto.

Figura 1.8. Exportações da Área do Euro



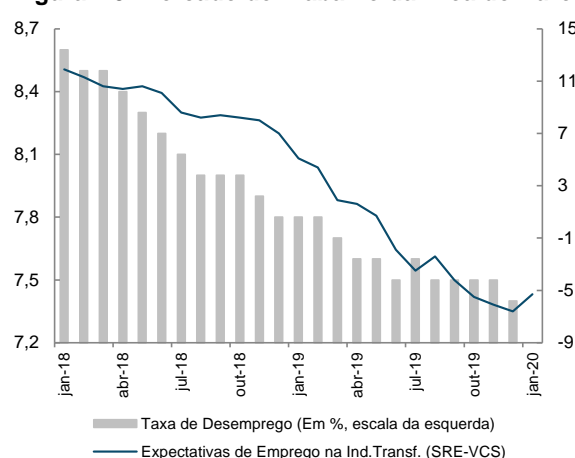
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

O indicador de sentimento económico aumentou em janeiro de 2020, quer para a UE, quer para a AE, refletindo a subida generalidade dos indicadores de confiança, nomeadamente da indústria e da construção, para ambas as zonas.

No quarto trimestre de 2019, a taxa de desemprego estabilizou na UE e na AE, situando-se em 6,3% e em 7,5%, respetivamente. No conjunto de 2019, este indicador diminuiu em ambas as zonas, para se situar, em média, em 6,3% e 7,6%, respetivamente (6,9% e 8,2%, em 2018).

Em janeiro de 2020, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os sectores da indústria transformadora e comércio a retalho; tendo piorado para os serviços e construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2020, a taxa de inflação homóloga na área do euro subiu para 1,4% (1,3% no mês precedente) devido sobretudo à aceleração dos preços de energia para 1,9% (0,2% em dezembro de 2019).

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global na área do euro manteve-se em 1,2% no primeiro mês do ano.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

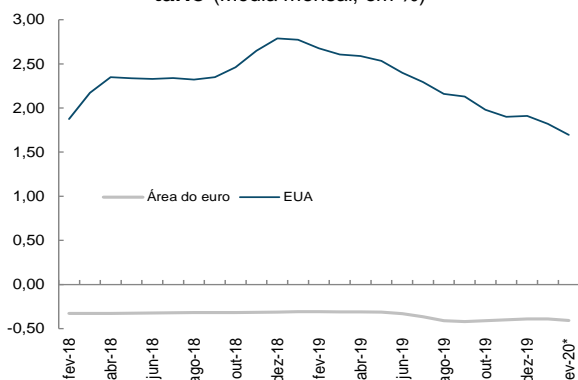
Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019			2020
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	1,4	1,5	1,7	1,4	1,4	1,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	102,2	109,2	105,6	103,1	100,7	99,2	98,7	99,6	99,4	101,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	1,2	1,2	1,4	1,2	1,2	0,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	103,4	109,0	106,1	104,1	102,4	101,0	100,7	101,1	101,3	102,8
Índice de Produção Industrial	VH	-1,7	-1,9	-0,6	-1,4	-2,1	-2,7	-2,9	-1,7	-3,5	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	2,2	1,7	2,4	2,1	2,6	1,8	1,8	2,2	1,4	:
Taxa de Desemprego	%	7,6	7,9	7,8	7,6	7,5	7,5	7,5	7,5	7,4	:
IHPC	VH	1,2	1,9	1,4	1,4	1,0	1,0	0,7	1,0	1,3	1,4

Fontes: Eurostat e CE

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em fevereiro de 2020 e, até ao dia 26, as taxas de juro de curto prazo desceram tanto para a área do euro como para os EUA, de forma mais significativa para o último caso, para se situarem, em média, em -0,4% e 1,7%, respetivamente (1,8%, nos EUA, em média, em janeiro).

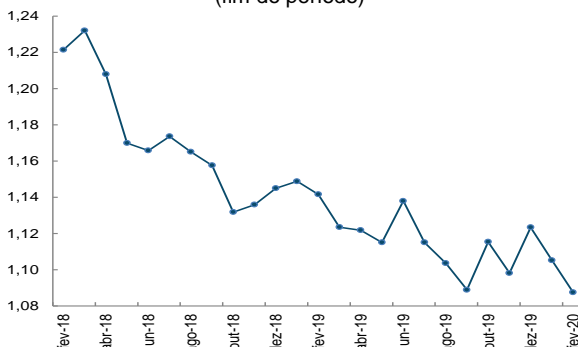
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

As taxas de juro de longo prazo diminuíram para os EUA e área do euro em janeiro de 2020, refletindo, em parte, o aumento da incerteza associado ao impacto do coronavírus no crescimento económico mundial.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 26.

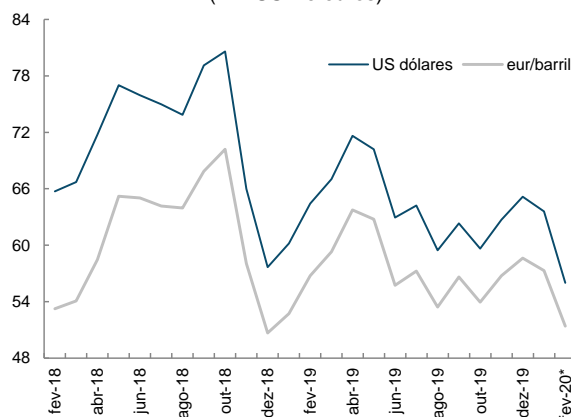
Em fevereiro de 2020, o dólar tem vindo a fortalecer-se face às restantes moedas, servindo cada vez mais de ativo de refúgio refletindo a incerteza em torno dos efeitos económicos do coronavírus. Assim, o euro face ao dólar atingiu 1,09 no dia 26; representando uma depreciação de 3,2% face ao final de dezembro de 2019 (1,12).

Em janeiro de 2020, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 57,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em fevereiro de 2020 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent recuou de forma acentuada, para se situar em 56 USD/bbl (51 €/bbl), comparado com 64 USD/bbl (57 €/bbl) em janeiro, refletindo uma quebra do consumo de petróleo na China.

Entretanto, a AIE e a OPEP reviram substancialmente em baixa as suas previsões de consumo de petróleo para o primeiro trimestre de 2020.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGE, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019			2020
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,38	-0,31	-0,31	-0,35	-0,42	-0,38	-0,39	-0,40	-0,38	-0,39
Yield OT 10 anos – EUA**	%	2,14	3,04	2,65	2,33	1,79	1,79	1,70	1,81	1,86	1,75
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	0,59	1,39	1,11	0,80	0,17	0,27	0,14	0,31	0,37	0,32
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1,123	1,145	1,124	1,138	1,089	1,123	1,115	1,098	1,123	1,105
Dow Jones*	VC	22,3	-11,8	11,2	2,6	1,2	6,0	0,5	3,7	1,7	-1,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	24,8	-11,7	11,7	3,6	2,8	4,9	1,0	2,8	1,1	-2,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	64,16	68,09	63,88	68,26	61,99	62,50	59,63	62,71	65,15	63,60
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	-10,3	10,94	-4,92	-8,87	-18,41	-8,21	-26,0	-5,0	13,0	5,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	-5,4	14,4	2,9	-3,4	-14,6	-5,4	-23,1	-2,2	15,7	8,7
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	53,0	58,5	50,5	57,7	52,7	51,0	50,4	46,7	55,8	57,2

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

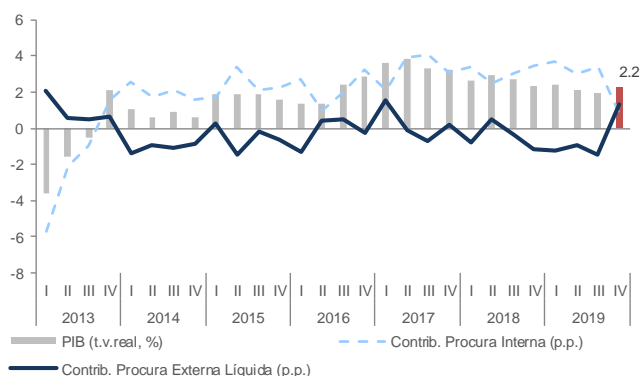
Fontes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGE e GEE

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

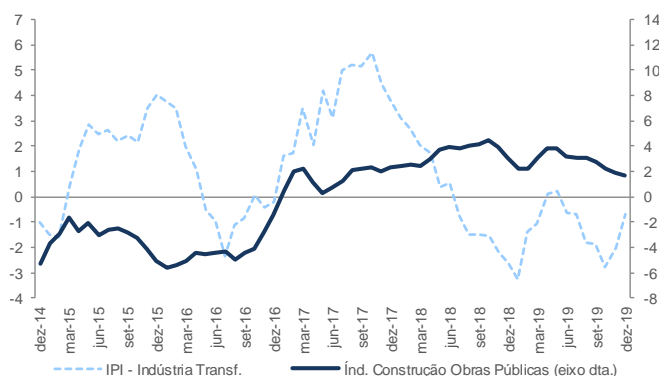
As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o quarto trimestre de 2019 apontam para um crescimento homólogo real do PIB de 2,2% (1,9% que no trimestre precedente). Segundo o INE, esta variação resultou do contributo positivo da procura externa líquida, que mais que compensou a redução do contributo da procura interna. Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,7% em termos reais. No total do ano de 2019, o crescimento fixou-se em 2,2% (2,6% em 2018).

Figura 2.1. Produto Interno Bruto (VH, %)



Fonte: INE.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



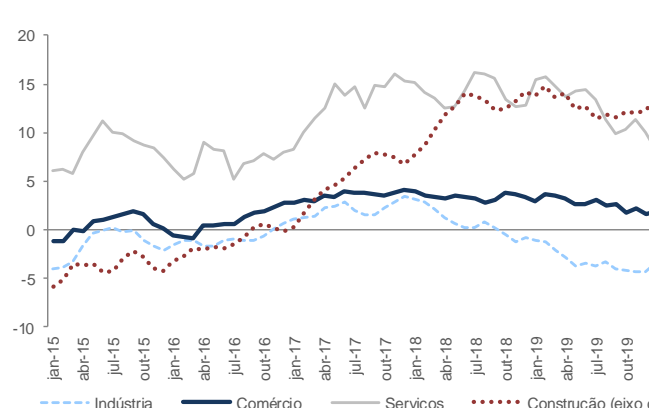
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao quarto trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na Indústria Transformadora, o Índice de Produção apresentou um decréscimo de 0,7% e o Índice de Volume de Negócios registou um crescimento de 0,8% (mais 1,2 p.p. e mais 1,5 p.p. quando comparados com o terceiro trimestre, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 1,7%, desacelerando 1,1 p.p. quando comparado com o terceiro trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços aumentou 2% face ao período homólogo (mais 0,3 p.p. quando comparado com o terceiro trimestre);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,5%, um valor inferior em 1,2 p.p. face ao registado no terceiro trimestre.

Comparando o trimestre terminado em janeiro de 2020 com o quarto trimestre de 2019, observa-se uma ligeira deterioração no indicador de confiança dos serviços, e uma melhoria nos indicadores de confiança dos setores da Indústria, Comércio e Construção.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2019	2018					2019				2020
			4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,2	2,3	2,4	2,1	1,9	2,2	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	2,3	2,6	2,6	2,4	2,2	2,1	2,2	2,1	2,2	2,1	2,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-3,5	-0,8	-2,1	-3,4	-4,1	-4,3	-4,3	-5,7	-3,2	-4,2	-2,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	2,6	3,3	3,6	2,7	2,6	1,6	3,0	1,0	2,7	1,1	2,1
Indicador de Confiança dos Serviços	"	12,3	12,8	14,8	14,5	9,9	10,1	9,0	12,9	12,3	5,0	7,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-11,1	-8,6	-9,5	-10,8	-12,7	-11,6	-12,2	-12,3	-11,3	-11,0	-5,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-1,1	-2,6	-1,0	-0,7	-1,9	-0,7	-3,6	-2,2	-0,3	0,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	0,1	1,8	1,8	-1,3	-0,6	0,8	0,1	1,4	-0,9	2,0	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	2,5	2,3	4,6	1,9	1,6	2,0	1,9	1,6	2,6	1,7	:

*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses. Fonte: INE.

Consumo Privado

Segundo as Contas Nacionais do INE, o Consumo Privado no quarto trimestre de 2019 apresentou um crescimento homólogo de 2% em volume, o que representa uma desaceleração face ao observado no trimestre anterior (2,7%).

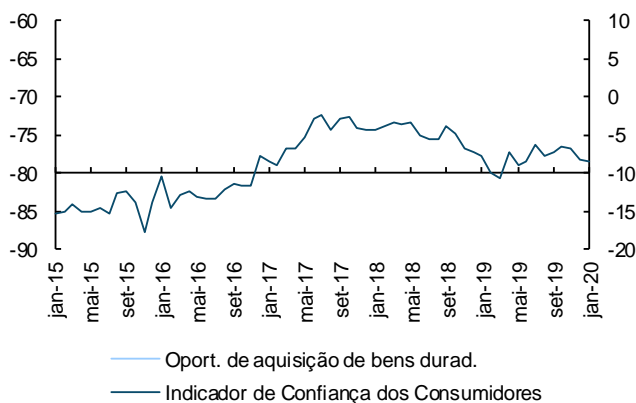
O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma taxa de variação homóloga de 2,3% em dezembro. No quarto trimestre de 2019, as vendas subiram 3,5% em termos homólogos (4,7% no terceiro trimestre). No conjunto do ano de 2019, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 4,5%, mais 0,4 p.p. que em 2018.

Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

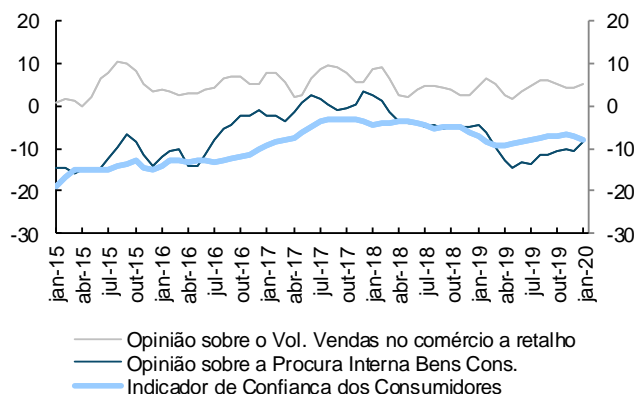
Figura 2.5. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros



Fonte: INE.

O indicador de confiança dos consumidores manteve, em janeiro, a tendência negativa, resultante do contributo negativo das expectativas relativas à evolução da situação económica do país, da situação financeira do agregado familiar e da realização de compras importantes. Em contraste, o indicador de confiança do Comércio aumentou em janeiro, com indicações positivas de todas as componentes, opiniões sobre o volume de vendas, perspectivas de atividade e apreciações relativas ao volume de *stocks*.

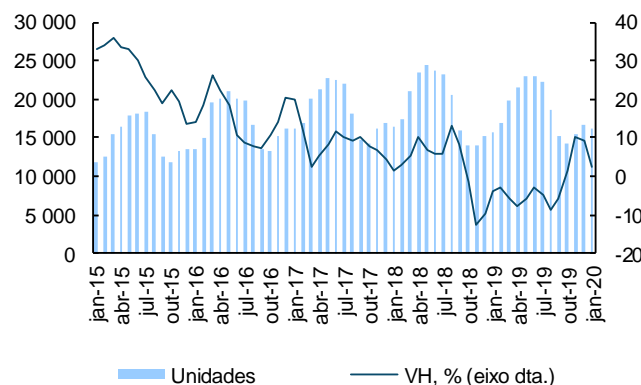
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em janeiro de 2020 foram vendidos 14 423 veículos ligeiros de passageiros, menos 3 303 unidades do que dezembro e menos 1 261 unidades do que em janeiro de 2019, correspondendo a uma diminuição homóloga de 8%.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2018	2018			2019			2019				2020
			3T	4T	1T	2T	3T	set	out	nov	dez	jan	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	-4,8	-5,0	-6,2	-9,5	-8,3	-7,1	-7,2	-6,6	-6,9	-8,3	-8,4	
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	4,3	4,4	2,4	5,1	3,3	6,0	4,1	3,6	5,6	3,7	5,8	
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	4,1	2,8	5,0	4,9	5,0	4,6	3,6	3,7	4,4	2,3	:	
Bens Alimentares	VH	3,7	3,5	4,7	3,4	4,7	4,2	3,9	4,2	3,8	2,3	:	
Bens não alimentares	VH	4,5	2,3	5,3	6,1	5,2	4,9	3,3	3,4	4,8	2,3	:	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	2,8	8,5	-9,8	-5,9	-3,0	-5,6	13,9	12,2	5,8	9,5	-8,0	
Importação de Bens de Consumo***	VH	4,4	2,7	6,6	7,0	2,3	6,2	9,2	6,0	1,9	7,6	:	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

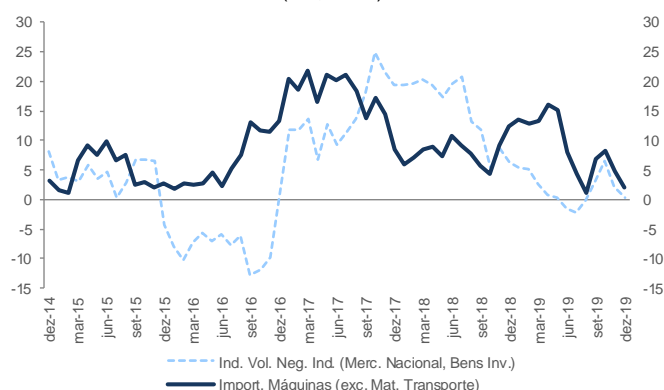
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no quarto trimestre de 2019, a FBCF registou um crescimento, em termos homólogos, de 1,5% (que compara com 6% no trimestre precedente). O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma redução de 1%, e o investimento em equipamentos de transporte uma diminuição de 23,6%. Os dados para o ano de 2019 indicam que a FBCF registou um crescimento de 6,4% (5,8% em 2018).

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao quarto trimestre de 2019, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 0,3% (que compara com 2,9% no trimestre anterior);
- a importação de Máquinas e Outros de Bens de Capital exceto Material de Transporte cresceu 2,1% (6,8% no trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 6,3%, que compara com um crescimento de 32,3% no trimestre anterior.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)

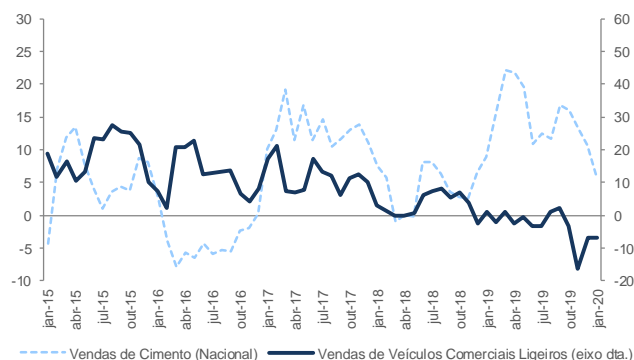


Fonte: INE.

Os dados para o trimestre terminado em janeiro de 2020, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de Veículos Comerciais Ligeiros registaram uma redução de 7% (que compara com -6,7% no quarto trimestre de 2019), acompanhado por uma redução de 18,2% na venda de Veículos Comerciais Pesados (-22,4% no quarto trimestre);
- as vendas de Cimento registaram uma variação homóloga de 6%, o que compara com 10,6% no quarto trimestre de 2019.

Figura 2.10. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

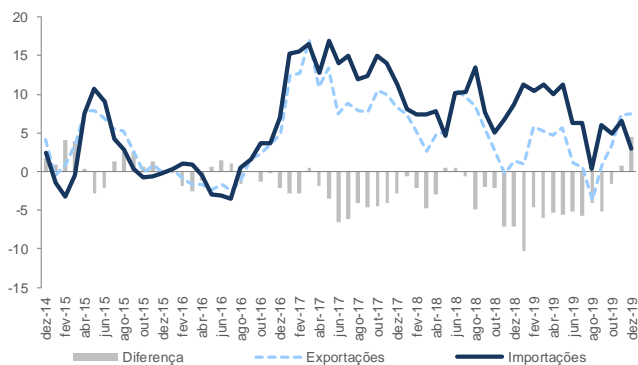
Indicador	Unidade	2019	2018					2019				2020
			4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
FBC – CN Trimestrais	VH Real	6,5	7,2	11,4	9,4	8,6	-2,6	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	6,4	4,8	10,8	7,5	6,0	15	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	6,8	4,3	12,4	8,4	6,0	0,5	6,0	6,7	3,6	0,5	:
Vendas de Cimento	VH	14,9	6,5	22,2	10,8	16,9	10,6	18,9	16,6	4,2	10,4	4,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-2,1	-2,6	0,9	-3,5	2,3	-6,7	-13,7	-9,6	-24,8	12,5	-11,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-3,0	-12,9	10,1	17,7	-11,5	-22,4	28,3	-23,8	-39,7	-2,1	-11,7
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-0,5	14,6	5,7	-7,8	0,0	0,0	-7,5	5,9	-3,4	-2,5	-4,9
Licenças de Construção de fogos	VH	17,2	57,2	34,3	0,5	32,3	6,3	49,5	30,1	2,6	-19,5	:
Importações de Bens de Capital**	VH	7,3	12,4	13,4	8,0	6,8	2,1	9,6	10,1	-4,1	0,5	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	1,0	6,3	2,6	-1,6	2,9	0,3	3,4	5,5	-2,5	-2,1	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o quarto trimestre, apontam para um crescimento das exportações em 7,5%, e um aumento das importações em 3% (que compara com 0,8% e 6% no terceiro trimestre, respetivamente).

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

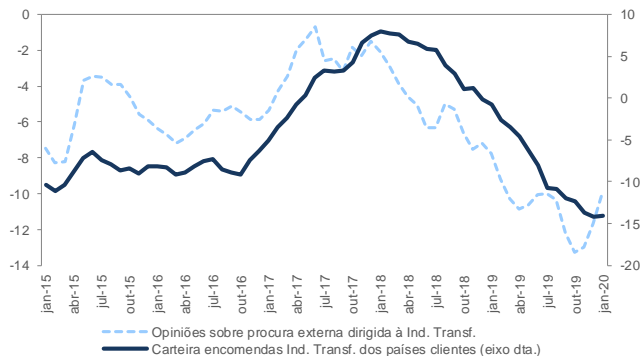
Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente intracomunitária das exportações de bens registou um crescimento de 7,6%, enquanto o mercado extracomunitário aumentou 7,1% em termos homólogos (2% e -2,7% no terceiro trimestre, respetivamente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 3,2% (que compara com 9,3% no terceiro trimestre), tendo a componente extracomunitária crescido 2,4% (-3,2% no terceiro trimestre).

Esta evolução resulta numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 74,6% (76,8% em igual período de 2018).

Por seu lado, as opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora foram menos negativas no trimestre terminado em janeiro de 2020, quando comparada com o quarto trimestre de 2019. A carteira de encomendas apresentou uma ligeira recuperação no mesmo período.

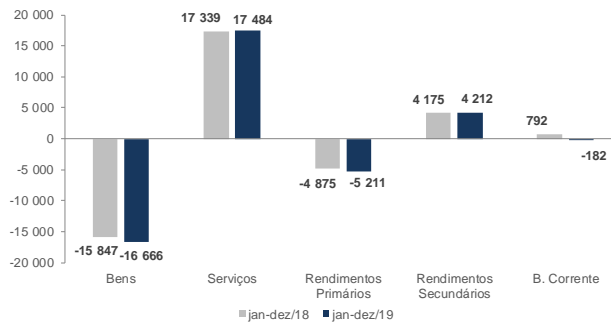
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente, até dezembro de 2019 situou-se em 182 milhões de euros, o que representa um agravamento de 974 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, uma deterioração do saldo da balança de bens e da balança de rendimentos primários, parcialmente compensada pela melhoria do saldo da balança de rendimentos secundários e da balança de serviços.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

Entre janeiro e dezembro de 2019, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1 871 milhões de euros (o que compara com uma capacidade de financiamento de 2 832 milhões de euros no período homólogo).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2019	2018					2019				
			4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	3,7	1,5	3,9	2,6	2,2	6,3	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	5,2	4,2	7,1	4,9	5,8	3,2	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	:	0,1	-0,3	-0,6	-0,8	:	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	:	1,2	0,5	0,5	0,3	:	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	3,6	1,4	5,3	1,1	0,8	7,5	-5,1	5,1	8,4	8,4	5,4
Entradas de Bens	VH nom	6,6	8,6	11,3	6,3	6,0	3,0	-5,2	12,8	6,6	10	12

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2019	2018					2019					Dif.
			4T	1T	2T	3T	4T	jan-dez	jan-dez				
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	1871	65	-365	-1298	2 951	582	2 832	1871	-960			
Saldo Balança de Bens	"	-16 666	-4 771	-4 034	-4 156	-4 475	-4 001	-15 847	-16 666	-819			
Saldo Balança de Serviços	"	17 484	3 592	3 028	4 131	6 873	3 451	17 339	17 484	144			
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-5 211	-560	-431	-2 685	-1246	-849	-4 875	-5 211	-337			
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 212	1098	731	1 109	162	1210	4 175	4 212	37			

Fonte: BdP.

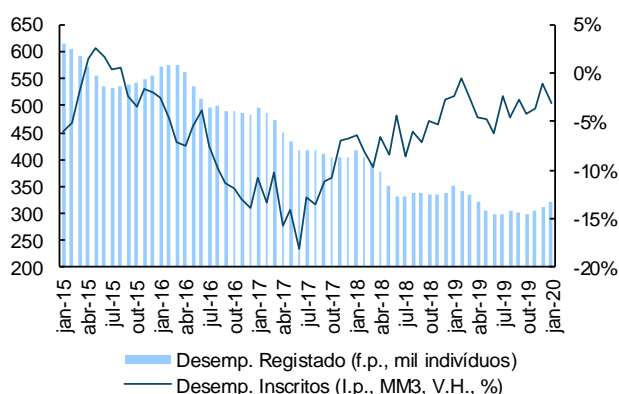
Mercado de Trabalho

Em janeiro de 2020, a estimativa provisória da taxa de desemprego foi de 6,9%, tendo aumentado 0,3 p.p. em termos homólogos e 0,2 p.p. em relação a dezembro.

No final de janeiro de 2020, o número de inscritos nos centros de emprego ascendia a 320 558 desempregados, número que representa 67,7% de um total de 473 404 pedidos de emprego. A variação homóloga do total de desempregados é de -8,6%.

Ao longo de janeiro de 2020 inscreveram-se 51 723 desempregados, correspondendo a uma redução homóloga de 5,9% e um acréscimo de 22,6% relativamente a dezembro.

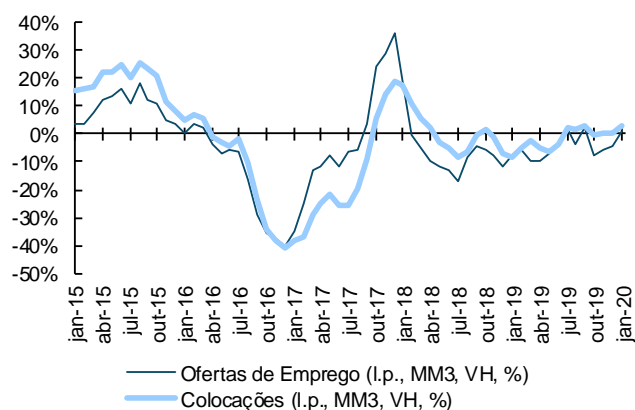
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

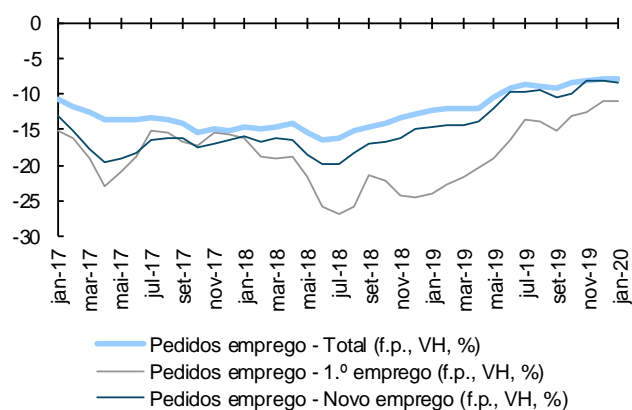
As colocações realizadas durante o mês de janeiro de 2020 totalizaram 7 957 em todo o País, correspondendo a uma variação homóloga de 3,2%. Por grupos de profissões, as colocações incidiram mais nos "Trabalhadores não qualificados" (36,3%), nos "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores" (14,2%) e "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artesãos" (12,9%).

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Figura 2.16. Pedidos de Emprego em fim de período



Fonte: IEFP.

Dos 269 995 desempregados que, no final de janeiro, estavam inscritos como candidatos a novo emprego, 71,7% tinham trabalhado em atividades do sector dos "serviços", com destaque para as "Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio" (26,4%); 22,4% tinham exercido atividade na indústria com particular relevo para a "Construção" (7,3%); e 4,9% dos desempregados eram provenientes do setor agrícola.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				2020
			3T	4T	1T	2T	3T	set	out	nov	dez	jan
Taxa de Desemprego*	%	7,0	6,7	6,7	6,8	6,3	6,1	6,6	6,5	6,7	6,9	:
Emprego Total*	VH	2,3	2,1	1,6	1,5	0,9	:	1,1	0,9	0,6	-0,1	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-16,0	-17,5	-16,0	-15,1	-10,3	-11,1	-11,1	-10,2	-8,6	-8,4	-8,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-6,1	-7,0	-2,8	-2,7	-6,2	-2,8	-5,4	-0,2	-5,3	3,4	-5,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-8,7	-4,6	-12,0	-9,7	-3,9	2,0	1,8	-14,2	-4,1	15,6	-3,1
Contratação Coletiva	VH	2,2	2,1	2,2	2,2	2,5	:	3,9	4,0	:	:	:
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	3,0	1,3	10,6	1,8	0,8	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,5	2,7	2,4	2,5	2,6	2,6	-	-	-	-	-

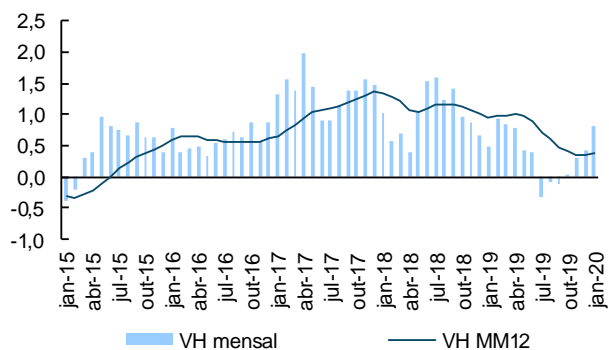
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu em termos homólogos, 0,8% em janeiro de 2020, superior em 0,4 p.p. à taxa registada no mês anterior. A variação média dos últimos doze meses foi 0,4%, valor superior em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior.

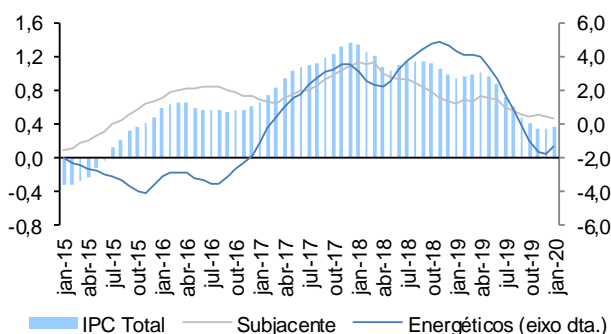
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Já o indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) apresenta um valor idêntico ao registado no mês anterior, com variação homóloga de 0,4%.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)

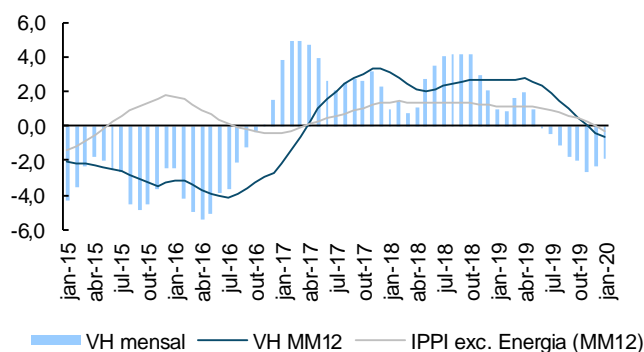


Fonte: INE.

O agregado que engloba os produtos alimentares não transformados registou uma variação homóloga de 1,9% em janeiro (1,2% em dezembro), enquanto o índice referente aos produtos energéticos apresentou uma taxa de variação de 3,2% quando havia sido nula no mês anterior. Os aumentos mais significativos das contribuições para a variação homóloga do IPC face ao mês anterior foram das classes dos Transportes, Bens alimentares e bebidas não alcoólicas e da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de -1,9% em janeiro, superior em 0,4 p.p. à verificada em dezembro. Para esta evolução contribuiu a aceleração nos Bens Intermedios para 5,1% (-4,7% no mês precedente). A diminuição dos preços industriais, excluindo a Energia, é mais acentuada, 2,2% (-2,1% em dezembro).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Finalmente, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma variação homóloga de 0,8% (valor superior em 0,4 p.p. ao registado no mês anterior), sendo inferior em 0,6 p.p. à registada na área do euro.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2018	2019								2020	
			mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	0,1	0,0	-1,3	-0,1	1,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,8	
Índice de Preços no Consumidor	VH	1,0	0,4	0,4	-0,3	-0,1	-0,1	0,0	0,3	0,4	0,8	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	1,0	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	
IPC - Bens	VH	0,5	0,0	-0,3	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3	0,4
IPC - Serviços	"	1,7	1,0	1,5	0,3	0,8	0,8	1,0	1,6	1,5	1,4	
IPC Subjacente*	"	0,7	0,5	0,6	-0,1	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,4	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	2,7	0,9	-0,1	-0,4	-1,1	-1,8	-2,1	-2,6	-2,3	-1,9	
IHPC	"	1,2	0,3	0,7	-0,7	-0,1	-0,3	-0,1	0,2	0,4	0,8	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,6	-0,9	-0,6	-1,7	-1,1	-1,1	-0,8	-0,8	-0,9	-0,6	

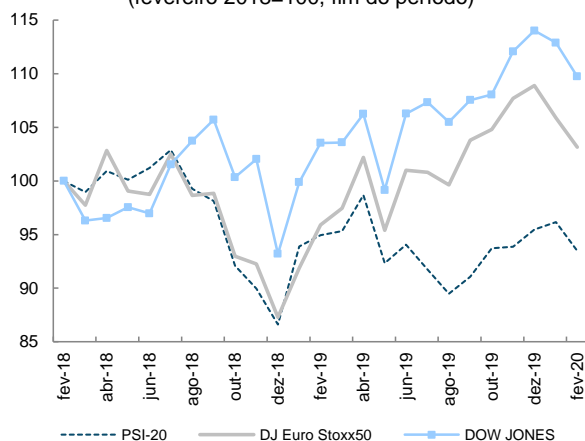
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em fevereiro de 2020, os índices bolsistas internacionais registaram perdas significativas, tendo sido particularmente acentuadas nos países emergentes, especialmente da Ásia, devido à sua maior exposição aos efeitos económicos do coronavírus. Assim, no dia 26 desse mês e, face ao final do mês de dezembro de 2019, os índices Euro *Stoxx50* e *Dow Jones* depreciaram-se cerca de 5% e 4%, respetivamente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(fevereiro 2018=100, fim do período)



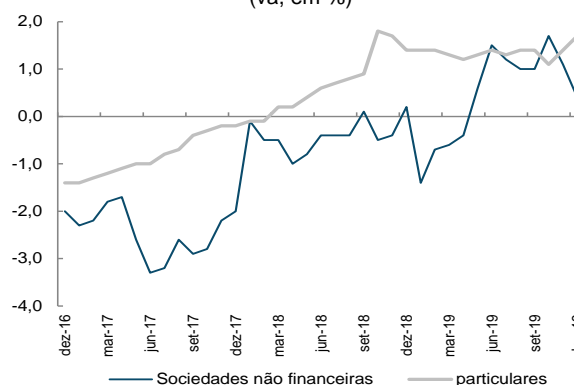
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 26.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se desvalorizou, representando uma perda de 2% em termos acumulados, face ao final de 2019.

Em dezembro de 2019, a variação anual dos empréstimos aos particulares aumentou para 1,7% (1,4% no mês anterior) refletindo uma aceleração no crédito à habitação; no reforço do consumo e numa melhoria no segmento para outros fins.

Os empréstimos destinados às sociedades não financeiras desaceleraram para uma variação anual de 0,4% (1,1%, no mês anterior) refletindo uma quebra do crédito destinado às grandes empresas.

Figura 2.21. Empréstimos a sociedades não financeiras e a particulares
(va, em %)

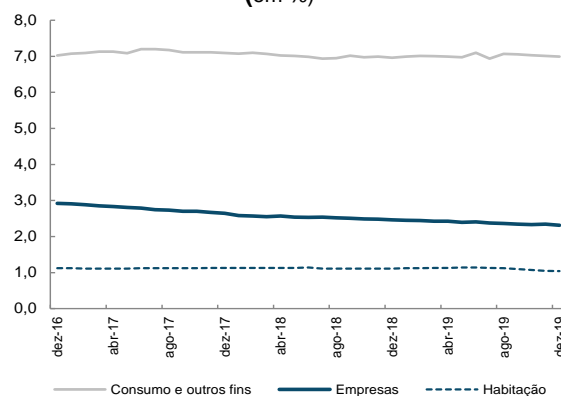


Fonte: Banco de Portugal.

No final de janeiro de 2020, o Banco de Portugal introduziu novas regras do crédito a particulares, a partir de abril, com destaque para: o prazo máximo no crédito pessoal ao consumo reduz-se para 7 anos (antes era de 10); a taxa de esforço para 7 anos diminuiu para 50% (antes era de 60%); até 10% (antes era 20%) das novas operações com uma taxa de esforço de 60%.

No final de 2019, as taxas de juro das operações do crédito subiram para os particulares devido ao consumo e outros fins; enquanto desceram para as empresas, situando-se em 2,31% em dezembro de 2019 (2,46% em dezembro de 2018).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2019	2019									2020
			mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	
Yield OT 10 anos PT*	%	0,4	0,8	0,5	0,4	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	92	102	81	79	83	73	57	77	92	70	
PSI20*	VC	10,2	-6,4	1,9	-2,5	-2,5	1,8	2,9	0,2	1,7	0,7	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	0,9	0,5	0,7	0,6	0,8	0,7	0,4	0,6	0,9	:	
- para consumo	va	7,9	7,6	7,3	7,1	7,1	7,1	6,8	7,3	7,9	:	
Empréstimos a empresas	va	0,4	0,6	1,5	1,2	1,0	1,0	1,7	1,1	0,4	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,04	1,14	1,14	1,13	1,12	1,10	1,07	1,05	1,04	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,31	2,39	2,41	2,38	2,36	2,34	2,33	2,35	2,31	:	

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

No mês de janeiro de 2020, a execução orçamental das Administrações Públicas registou excedente de 1 288 milhões de euros, uma redução de 239 milhões de euros face ao mesmo período do ano transato. Para tal, contribuiu o crescimento de 11,5% da *Despesa Efetiva*, que mais do que compensou o aumento de 5,5% da *Receita Efetiva*.

A evolução da receita, que cresceu 381 milhões de euros, resultou sobretudo do crescimento das *Contribuições de Segurança Social* (9,9%), justificado pela evolução positiva do mercado de trabalho, e da *Receita Fiscal* (2%). Do lado da despesa, que subiu 620 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Transferência Correntes* (12,7%), em parte devido ao aumento da contribuição financeira para a UE (mais 157 milhões de euros) e do acréscimo da despesa com pensões da Caixa Geral de Aposentações (mais 127 milhões de euros), e das *Despesas com Pessoal* (mais 97 milhões de euros) devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas. O Saldo Primário reduziu-se em 218 milhões de euros face a janeiro de 2019, registando um excedente no valor de 1.514 milhões de euros.

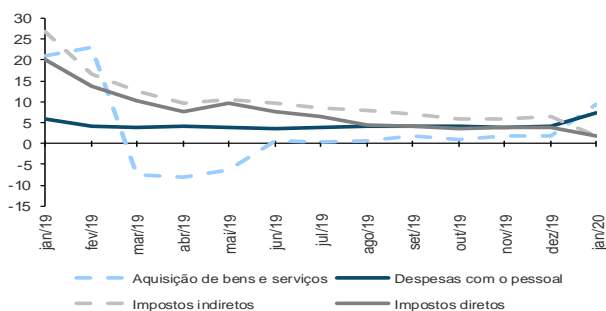
Por subsectores, a Administração Central apresentou um excedente de 481 milhões de euros, a Administração Regional e Local um excedente de 233 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo positivo de 575 milhões de euros.

Administração Central

Em janeiro de 2010, o *Saldo Orçamental da Administração Central* (AC) registou um excedente de 481 milhões de euros que representa menos 233 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário registou um excedente de 696 milhões de euros, menos 214 milhões de euros que em igual período do ano passado.

Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* em 6%, que não conseguiu compensar o aumento da *Despesa Efetiva* em 12,7%. O comportamento da receita é fundamentalmente explicado pelo aumento da *Receita Fiscal* (1,9%), e das contribuições sociais (19,2%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (7,4%), das *Outras Transferências Correntes* (30%) e da *Despesa de Capital* (71,1%). Em sentido inverso, as *Transferências Correntes para Administrações Públicas* registaram uma ligeira diminuição de 0,3%.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Central
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Por subsectores, o subsector Estado registou em 2019 um défice de 137 milhões de euros (agravando o saldo em 276 milhões face ao período homólogo), tendo o saldo primário atingido excedente de 74 milhões de euros.

Quadro 2.8. Receita fiscal do Estado

	2019	2020	
	10 ⁶ euros	jan	
		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Fiscal	3 524	3 555	1,0
Impostos diretos	1 402	1 428	1,9
IRS	1 285	1 334	3,8
IRC	115	30	-73,9
Outros	2	64	4122,2
Impostos indiretos	2 122	2 126	0,4
IVA	1 214	1 255	3,4
ISP	419	416	0,2
Imp. de selo	145	159	9,9
Imp. s/ tabaco	184	156	-15,2
ISV	78	53	-31,8
IUC	36	32	-11,5
IABA	24	27	8,9
Outros	22	28	29,2

Fonte: DGO.

Neste subsector destaca-se o crescimento de 1% da *Receita Fiscal*. Os *Impostos Diretos* cresceram 1,9%, assinalando-se o aumento da receita com *IRS* de 3,8% e a diminuição do *IRC* (73,9%). Os *Impostos Indiretos* aumentaram 0,4%, para o qual contribuiu o comportamento do *IVA* e do *ISP* (3,4% e 0,2% respetivamente), e ainda do *Imposto de Selo* (9,9%). Em sentido oposto, é de salientar a diminuição do *ISV* (31,8%), do *Imposto sobre o Tabaco* (15,2%) e do *IUC* (11,5%)..

Quadro 2.9. Execução Orçamental da Administração Central

	2019	2020	2019				2020
	jan		out	nov	dez	jan	
	10 ⁶ euros		VHA (%)				
Receita Efetiva	4 792	5 078	5,6	3,8	3,6	6,0	
Impostos diretos	1 402	1 428	3,2	-0,2	0,4	1,9	
Impostos indiretos	2 178	2 220	8,5	7,7	6,9	1,9	
Despesa Efetiva	4 079	4 597	0,7	1,8	2,3	12,7	
Despesa com pessoal	1 170	1 257	3,9	4,1	4,0	7,4	
Aquisição bens e serviços	496	542	0,3	0,6	1,9	9,3	
Juros	196	215	-8,8	-8,6	-8,3	9,6	
Investimento	38	79	0,6	3,7	2,4	107,0	
Saldo Global	713	480	-	-	-	-	
Saldo Primário	910	696	-	-	-	-	

Fonte: DGO.

Relativamente à receita não fiscal, é de referir o crescimento de 23,1%, devido essencialmente ao aumento dos *Rendimentos de Propriedade* (21,4%) e *Vendas de Bens e Serviços Correntes* (245,8%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 618 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 43 milhões de euros face a janeiro de 2019. O crescimento da receita (19,4%) é justificado pelo aumento das *Transferências da Administração Central* (17,4%) e pelo aumento das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (1%). Do lado da despesa, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (13,6%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (9%) e das *Transferências Correntes* (15%).

Por entidades da Administração Central, destacam-se a melhoria dos saldos do *Fundo de Garantia de Depósitos* (133 milhões de euros), da *Caixa Geral de Aposentações* (43 milhões de euros), do *IEFP* (42 milhões de euros) e do *SNS* (39 milhões de euros). Pela negativa, salienta-se o agravamento do saldo do *subsector Estado* (-233 milhões de euros) e do *Fundo de Garantia Crédito Agrícola Mútuo* (-214 milhões de euros).

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em janeiro de 2020 registou um excedente de 59 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 49 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita total aumentou 12,7%, atingindo 882 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 12,6% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 848 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 96,1% do total da receita.

A despesa total aumentou 6,5% em termos homólogos, atingindo 823 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 9,4% nas *Despesas com pessoal* e de 4,3% da *Despesa com Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 7% de *Produtos Vendidos em Farmácias*, de 1,5% de *Aquisição de Bens (compras de inventários)* e de 10,2% de *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*. Em sentido contrário, é de salientar a redução da despesa com as *Parcerias público-privadas* (-33%), que, em parte, reflete a passagem da Parceria Público-Privada de Braga a Hospital de Braga, E.P.E¹.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em janeiro de 2020, o excedente de execução orçamental da CGA foi de 230 milhões de euros, o que representa um aumento de 43 milhões de euros quando comparado com igual período de 2019. Em termos homólogos, a variação do saldo reflete um aumento de 21,4% da Receita Efetiva e um aumento de 20,9% da Despesa Efetiva. Do lado da receita, verificou-se uma subida da receita de Quotas e Contribuições para a CGA (20,2%) e das Transferências Correntes do OE (22,2%). Quanto à despesa efetiva, a despesa com as Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA subiu 22,2%, enquanto as Pensões e Abonos da Responsabilidade do Orçamento do Estado aumentaram 15,3%.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2019	2020				2019	2020		
	jan					jan			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Total	782	882	12,7	-	Receita Efetiva	796	967	21,4	:
Receita fiscal	0	0	0,0	-	Contribuições p/ a CGA	281	336	19,5	:
Outra receita corrente	782	879	12,5	-	Quotas e contribuições	270	324	20,2	:
<i>Transferências correntes do OE</i>	754	848	12,6	-	Transferências correntes do OE	475	577	21,3	:
Receita de capital	1	3	420,0	-	Comparticipação do OE	450	550	22,2	:
Despesa Total	773	823	6,5	-	Compensação por pagamento de pensões	25	27	5,5	:
Despesa com pessoal	351	384	9,4	-	Despesa Efetiva	609	736	20,9	:
Aquisição de bens e serviços	415	432	4,3	-	Pensões	594	721	21,4	:
Despesa de capital	1	2	84,6	-	Pensões e abonos responsabilidade da CGA	529	646	22,2	:
Saldo Global	9	59	-	-	Saldo Global	187	230	-	-

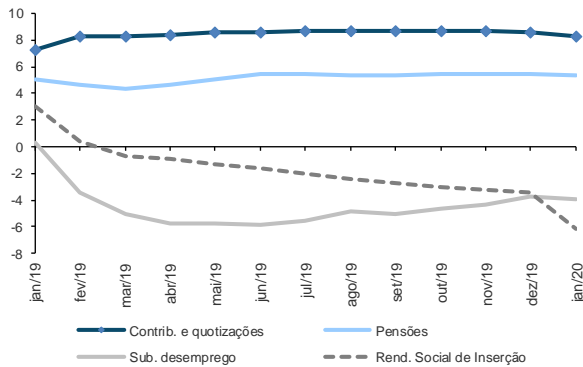
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Em compensação, a passagem da PPP de Braga a Hospital de Braga, E.P.E. implicou um aumento da Despesa com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços.

Segurança Social

Em janeiro de 2020, a Segurança Social apresentou um excedente de 575 milhões de euros o que significou um aumento de 51 milhões de euros face a igual período do ano anterior. A receita efetiva aumentou 6,3% em termos homólogos, devido essencialmente ao crescimento das receitas com *Contribuições e quotizações* (8,2%), para o qual contribuiu a evolução positiva do mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo, para além das medidas de combate à fraude e evasão, compensando assim a diminuição das *Transferências do Orçamento do Estado* (-3%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



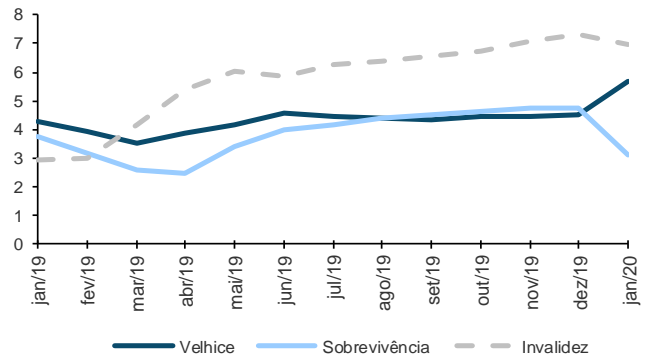
Fonte: DGO.

É ainda de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social ficaram praticamente no mesmo valor (582 milhões de euros) assim como o IVA social (71 milhões de euros). A receita de IRC consignada à Segurança Social, bem como Adicional ao IMI¹ registaram diminuições de 100% face ao período homólogo (este mês não ocorreram o que contrastou com os cerca de 21 milhões transferidos em janeiro de 2019).

A despesa efetiva aumentou 5,5%, reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com pensões (5,3%), do Subsídio familiar a crianças e jovens (16,6%), da Prestação Social para a Inclusão (38,4%) e da Ação Social (2,5%).

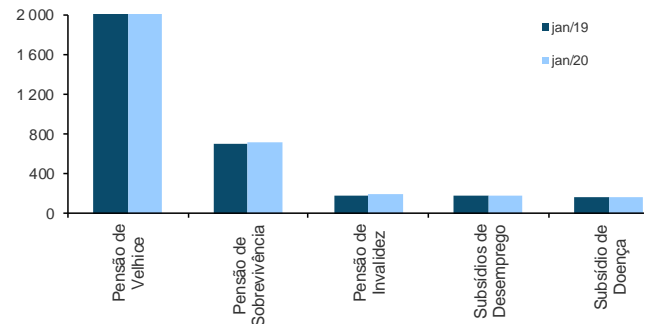
Em particular, a evolução das pensões é justificada pelas atualizações extraordinárias de pensões em 2018 e em 2019, e pelo aumento do número de pensionistas. Em sentido oposto, assistiu-se a uma redução de 3,9% das *Prestações de desemprego* e de 7,2% do *Subsídio de Doença*.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			Grau de execução (%)
	2019	2020		
		jan		
	10 ⁶ euros	VHA		
Receita Efetiva	2 590	2 754	6,3	∴
Contribuições e quotizações	1 600	1 732	8,2	∴
Transferências correntes da Administração Central *	758	728	-3,9	∴
Despesa Efetiva	2 067	2 180	5,5	∴
Pensões	1 224	1 290	5,3	∴
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	111	107	-3,9	∴
Outras Prestações Sociais	402	425	5,7	∴
Saldo Global	524	575	-	-

Fonte: DGO.

¹ Adicional ao IMI e a receita de IRC estão consignados ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Administração Regional

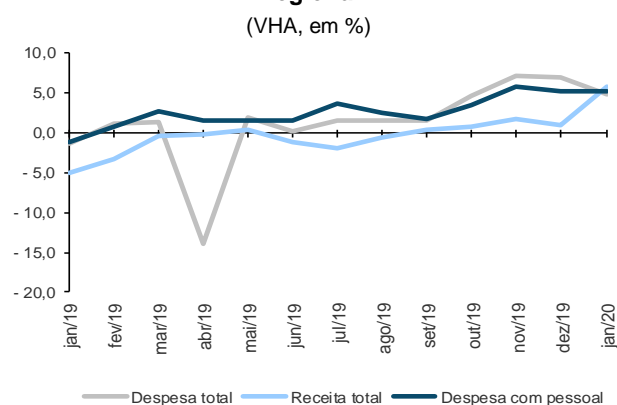
Em janeiro de 2020, a Administração Regional apresentou um saldo positivo de 74 milhões de euros, o que representa uma redução de 26 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (28,5%), o que mais que compensou o aumento verificado na *Receita Efetiva* (5,9%).

Ambas as regiões autónomas apresentaram excedentes (de 36 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira e de 38 milhões de euros para a Região Autónoma dos Açores) que se deterioraram face ao período homólogo (menos 2 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira e menos 24 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores).

Para o aumento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente, o aumento da *Despesa com Pessoal* (20,2%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (103,7%) assim como as *Despesas de Capital* (138,2%) o que contrastou com a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-11,8%)

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 8,5% da *Receita Fiscal* e de 1,6% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição nas *Transferências de Capital do Orçamento do Estado* (-14,6%) e das *Transferências de Capital* (-1,7%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional



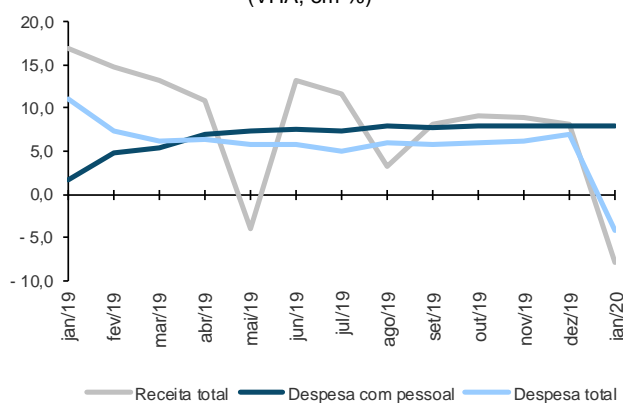
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local em janeiro de 2020 diminuiu 31 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 159 milhões de euros. Para tal contribuiu uma diminuição da *Receita Efetiva* superior à da *Despesa Efetiva* (-7,9% e -4,2% respetivamente).

Para este resultado contribuiu o crescimento ténue da *Receita Fiscal* (0,1%). As *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* aumentaram 4%, devido sobretudo às *Transferências no âmbito da Participação do IRS* (19,8%). Adicionalmente, as *Taxas Multas e Outras Penalidades* apresentaram um aumento de 5%. Comportamento contrário teve a *Receita de Capital* que registou uma diminuição de 52%, muito devida à quebra de 95,7% da *Venda de Bens de Investimento*.

O comportamento da despesa assenta na quebra das *Despesas com Pessoal* (-2,6%), da *Aquisição de bens e serviços* (-11,5%), e da *Despesa de Capital* (-10,6%). A contrapartida, registou-se um aumento das *Transferências Correntes* de 16,6%.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2019	2020		2019	2020	
	jan		VHA (%)	jan		VHA (%)
	10 ⁶ euros			10 ⁶ euros		
Receita Total	241	255	5,9	626	570	-7,9
Impostos	89	97	8,5	167	167	0,1
Transferências correntes	96	97	0,3	232	229	0,6
Transferências de capital	46	45	-1,7	41	44	8,9
Despesa Total	141	181	28,5	417	411	-4,2
Pessoal	69	83	20,2	179	175	-2,6
Aquisição de bens e serviços	8	16	103,7	123	110	-11,5
Juros e outros encargos	29	25	-11,8	5	4	-29,9
Transferências correntes	17	17	-0,4	34	40	16,6
Investimento	1	3	536,2	57	59	-12,0
Transferências de capital	15	34	124,4	10	10	-3,9
Saldo Global	100	74	-	209	159	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final de 2019, a dívida das Administrações Públicas atingiu 117,7% do PIB, correspondendo a uma diminuição de 4 p.p. face a 2018. Em termos nominais, a dívida pública cifrou-se em 249 740 milhões de euros no final de 2019, o que representa um decréscimo mensal de 1 386 milhões de euros e um aumento anual de 597 milhões de euros.

Os depósitos das AP fixaram-se em 14 490 milhões de euros, que representa uma diminuição 2 360 milhões de euros face ao mês anterior e de 2 134 milhões de euros face ao final de 2018.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 nov	2019 dez
Administrações Públicas	249 143	251 126	249 740
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	255 680	257 544	255 973
Administração Regional e Local	10 152	10 141	9 942
Segurança Social	2	1	0
Consolidação entre subsectores	16 691	16 560	16 176
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	12 239	12 041	9 909
Depósitos das Administrações Públicas	16 624	16 850	14 490

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas no final de janeiro atingiu 1 491 milhões de euros, menos 347 milhões de euros em comparação com o período homólogo, mas mais 65 milhões que no final de 2019. A variação mensal é explicada pelo aumento da dívida não financeira da Administração Regional (em 34 milhões de euros) e da Administração Central (em 30 milhões de euros). Em termos homólogos verificou-se uma redução na Administração Regional e Local (menos 122 milhões de euros e menos 239 milhões de euros, respetivamente) e um aumento na Administração Central (de 14 milhões de euros).

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP¹
(milhões de euros)

	2019 dez	2019 jan	2020 jan
Administrações Públicas	1 426	1 838	1 491
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	443	459	473
Administração Regional	89	245	123
Administração Local	895	1 134	895
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 579 milhões de euros em janeiro, ou seja, menos 163 milhões de euros que em janeiro de 2019 e mais 134 milhões que no mês anterior. Para a evolução homóloga contribuiu a redução dos pagamentos em atraso verificada nos Hospitais EPE (menos 170 milhões de euros) e na Administração Local (-19 milhões de euros). O aumento dos pagamentos em

atraso dos Hospitais EPE (104 milhões de euros) e da Administração Regional (29 milhões de euros) explicam a evolução mensal.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2019 dez	2019 jan	2020 jan
Administrações Públicas	445	742	578
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	22	17	22
SNS	3	1	3
Hospitais EPE	256	530	360
Empresas Públicas Reclassificadas	32	17	32
Administração Regional	72	98	101
Administração Local	59	78	59
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	445	742	579

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de janeiro, a dívida direta do Estado atingiu 250 238 milhões de euros (249 547 milhões de euros após cobertura cambial), verificando-se uma redução de 774 milhões de euros face ao final de 2019. Em termos mensais, é de referir, principalmente, a redução do saldo de CEDIC (menos 3 201 milhões de euros), de Certificados do Tesouro (menos 660 milhões de euros) e de Bilhetes do Tesouro (menos 1 045 milhões de euros), parcialmente compensada pelo aumento do saldo de Obrigações do Tesouro (mais 4 000 milhões de euros).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/dez/19	2020 jan			31/jan/20
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	157 358	7 189	4 143	- 20	160 384
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	11 983	2097,775	3 143	:	10 938
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	130 887	5 091	1 000	- 91	134 887
Não Transacionável	44 026	2 489	6 289	0	40 226
<i>da qual:</i> Cert.Aforro e do Tesouro	29 069	825	1 485	:	28 409
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	10 674	1 587	4 789	:	7 473
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	251 012	9 678	10 432	- 20	250 238
Dívida total após cobertura cambial	250 384	-	-	-	249 547

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 12 de fevereiro, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 564 milhões de euros da OT 2,875%jul2026, à taxa de -0,057%, e 663 milhões de euros da OT 2,25%abr2034, à taxa de 0,555%.

A 19 de fevereiro, o IGCP realizou 2 leilões de BT, tendo colocado, na fase competitiva, 300 milhões de euros do BT 15mai2020, à taxa média de -0,5%, e 950 milhões de euros do BT 15jan2021, à taxa média de -0,484%.

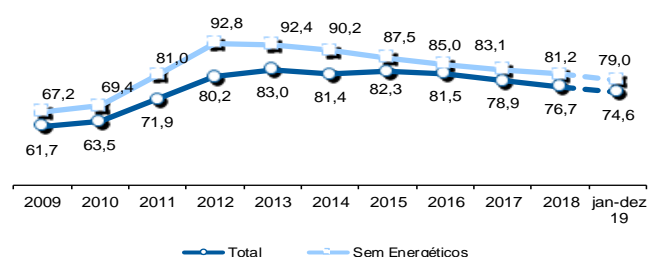
¹ Conceito de dívida não financeira no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2002 de 21 de fevereiro de 2002).

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 3,6%, em termos homólogos, com as importações a aumentarem 6,6% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 16,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,5% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 7,4% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2018	2019	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	57 807	59 906	3,6	7,5	3,6
Importações (cif)	75 364	80 306	6,6	3,0	6,6
Saldo (fob-cif)	-17 557	-20 399	16,2	-9,1	16,2
Cobertura (fob/cif)	76,7	74,6	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	53 854	56 264	4,5	5,4	4,5
Importações (cif)	66 309	71 213	7,4	3,4	7,4
Saldo (fob-cif)	-12 455	-14 948	20,0	-3,8	20,0
Cobertura (fob/cif)	81,2	79,0	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	13 807	13 906	0,7	7,1	0,7
Importações (cif)	18 251	18 914	3,6	2,4	3,6
Saldo (fob-cif)	-4 444	-5 009	12,7	-13,5	12,7
Cobertura (fob/cif)	75,7	73,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2019, as exportações representaram 74,6% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 79% das importações (menos 2,2 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de dezembro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a dezembro	2018	2019	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	57 807	59 906	3,6
Importações (cif)	75 364	80 306	6,6
Saldo (fob-cif)	-17 557	-20 399	16,2
Cobertura (fob/cif)	76,7	74,6	-
Intra UE			
Exportações (fob)	44 000	46 000	4,5
Importações (cif)	57 113	61 391	7,5
Saldo (fob-cif)	-13 114	-15 391	17,4
Cobertura (fob/cif)	77,0	74,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	13 807	13 906	0,7
Importações (cif)	18 251	18 914	3,6
Saldo (fob-cif)	-4 444	-5 009	12,7
Cobertura (fob/cif)	75,7	73,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2019, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 17,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 4,5% e as importações a aumentarem 7,5%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 12,7% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2018	2019	TVH	2018	2019	TVH
jan	6 032	6 850	13,6	4 755	4 972	4,6
fev	5 646	6 244	10,6	4 587	4 867	6,1
mar	6 305	6 918	9,7	4 929	5 182	5,1
abr	6 184	6 791	9,8	4 841	4 988	3,0
mai	6 338	7 233	14,1	5 166	5 603	8,5
jun	6 906	6 622	-4,1	5 167	4 745	-8,2
jul	6 608	7 246	9,7	5 310	5 389	1,5
ago	5 743	5 444	-5,2	4 026	3 823	-5,1
set	5 971	6 736	12,8	4 688	4 927	5,1
out	6 799	7 251	6,6	5 159	5 593	8,4
nov	6 893	6 961	1,0	4 829	5 233	8,4
dez	5 940	6 010	1,2	4 350	4 585	5,4
1º Trim	17 983	20 013	11,3	14 270	15 021	5,3
2º Trim	19 427	20 645	6,3	15 173	15 336	1,1
3º Trim	18 322	19 425	6,0	14 024	14 138	0,8
4º Trim	19 632	20 222	3,0	14 339	15 412	7,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.gov.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º2/2019").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de dezembro de 2019 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No ano de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 3,6%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 4,5%.

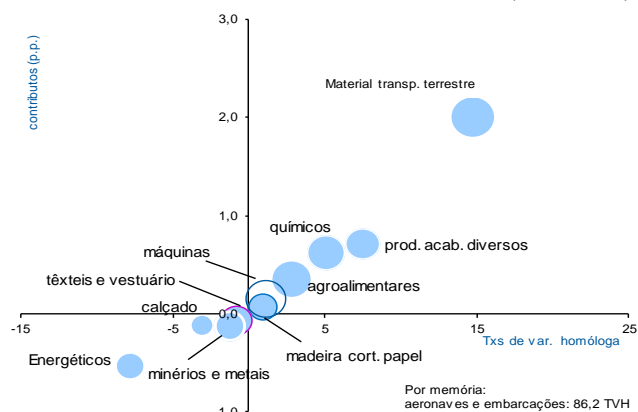
Entre janeiro e dezembro de 2019, destaca-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2 p.p.), seguido do contributo dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.), dos “Químicos” e das “Aeronaves, embarcações e suas partes” (ambos com 0,6 p.p.). O “Material de transporte terrestre e suas partes” é o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15%). Seguem-se as “Máquinas e aparelhos e suas partes” (14%), “Químicos” (12,5%) e “Agroalimentares” (12,2%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em dezembro de 2019.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (3,6%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transporte terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (2 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.), dos “Químicos” e das “Aeronaves, embarcações e suas partes” (ambos com 0,6 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2019 (Total: 3,6%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		últimos 12 meses ^[1]		jan-dez	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	57 807	59 906	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	3,6	3,6	3,6
Agro-alimentares	7 119	7 319	11,8	12,3	12,3	12,2	2,8	0,3	2,8	0,3
Energéticos	3 952	3 642	10,4	6,8	6,8	6,1	-7,9	-0,5	-7,9	-0,5
Químicos	7 099	7 459	12,6	12,3	12,3	12,5	5,1	0,6	5,1	0,6
Madeira, cortiça e papel	4 400	4 440	8,1	7,6	7,6	7,4	0,9	0,1	0,9	0,1
Têxteis, vestuário e seus acessórios	5 373	5 329	9,2	9,3	9,3	8,9	-0,8	-0,1	-0,8	-0,1
Calçado, peles e couros	2 232	2 163	4,2	3,9	3,9	3,6	-3,1	-0,1	-3,1	-0,1
Minérios e metais	5 642	5 571	10,4	9,8	9,8	9,3	-1,3	-0,1	-1,3	-0,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	8 269	8 359	14,7	14,3	14,3	14,0	1,1	0,2	1,1	0,2
Material de transp. terrestre e suas partes	7 850	9 008	10,1	13,6	13,6	15,0	14,8	2,0	14,8	2,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	389	725	0,5	0,7	0,7	1,2	86,2	0,6	86,2	0,6
Produtos acabados diversos	5 480	5 891	8,0	9,5	9,5	9,8	7,5	0,7	7,5	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	53 854	56 264	89,6	93,2	93,2	93,9	4,5	4,2	4,5	4,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2019.

[2] $(\text{jan } 19\text{-dez } 19) / (\text{jan } 18\text{-dez } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

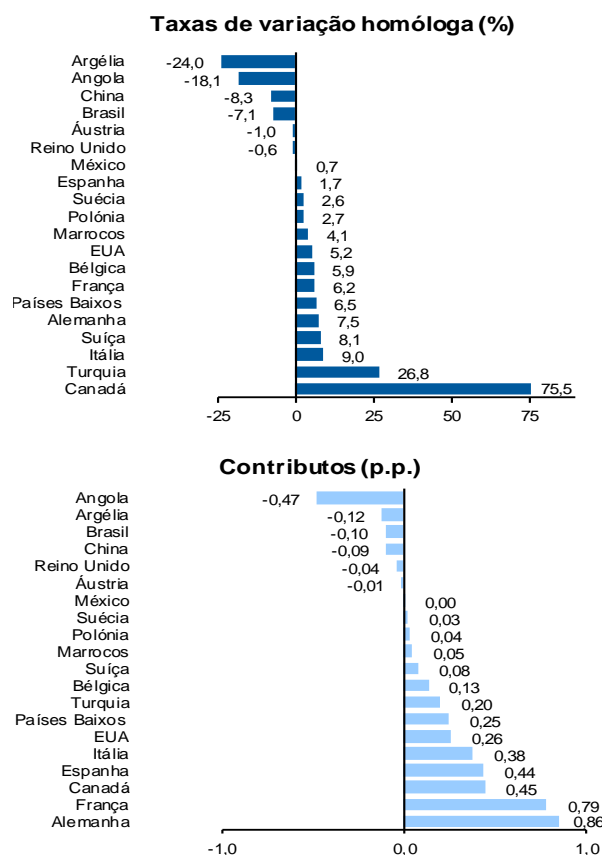
No ano de 2019, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 7,8%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva (0,7%), mas inferior à das exportações Intra UE (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para a Alemanha (0,9 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e Espanha (0,8 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em dezembro de 2019, as exportações para os países Intra UE cresceram 4,5%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,3%. As exportações para a Alemanha (0,9 p.p.) e França (0,8 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (75,5%), Turquia (26,8%) e Suíça (8,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (24,0%) e Angola (18,1%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2019



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de Euros

Destino	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-dez		12 meses [1]		jan-dez	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL	57 807	59 906	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	3,6	3,6	3,6
Intra UE	44 000	46 000	70,3	76,1	76,1	76,8	4,5	3,5	4,5	3,5
dos quais:										
UE-15	41 324	43 115	67,1	71,5	71,5	72,0	4,3	3,1	4,3	3,1
Espanha	14 657	14 912	23,6	25,4	24,9	24,9	1,7	0,4	1,7	0,4
França	7 323	7 779	11,6	12,7	12,7	13,0	6,2	0,8	6,2	0,8
Alemanha	6 666	7 163	11,6	11,5	11,5	12,0	7,5	0,9	7,5	0,9
Reino Unido	3 668	3 647	5,5	6,3	6,3	6,1	-0,6	0,0	-0,6	0,0
Itália	2 460	2 681	3,3	4,3	4,3	4,5	9,0	0,4	9,0	0,4
Países Baixos	2 204	2 348	4,0	3,8	3,8	3,9	6,5	0,2	6,5	0,2
Bélgica	1 318	1 396	2,8	2,3	2,3	2,3	5,9	0,1	5,9	0,1
Suécia	581	596	0,9	1,0	1,0	1,0	2,6	0,0	2,6	0,0
Áustria	531	526	0,5	0,9	0,9	0,9	-1,0	0,0	-1,0	0,0
Alargamento	2 676	2 885	3,2	4,6	4,6	4,8	7,8	0,4	7,8	0,4
Polónia	767	787	0,9	1,3	1,3	1,3	2,7	0,0	2,7	0,0
Extra UE	13 807	13 906	29,7	23,9	23,9	23,2	0,7	0,2	0,7	0,2
dos quais:										
EUA	2 873	3 023	4,2	5,0	5,0	5,0	5,2	0,3	5,2	0,3
Angola	1513	1239	6,6	2,6	2,6	2,1	-18,1	-0,5	-18,1	-0,5
Brasil	809	751	1,6	1,4	1,4	1,3	-7,1	-0,1	-7,1	-0,1
Marrocos	688	716	1,5	1,2	1,2	1,2	4,1	0,0	4,1	0,0
China	658	604	1,4	1,1	1,1	1,0	-8,3	-0,1	-8,3	-0,1
Suíça	576	622	0,9	1,0	1,0	1,0	8,1	0,1	8,1	0,1
Turquia	440	557	0,8	0,8	0,8	0,9	26,8	0,2	26,8	0,2
Canadá	342	600	0,5	0,6	0,6	1,0	75,5	0,4	75,5	0,4
México	321	323	0,4	0,6	0,6	0,5	0,7	0,0	0,7	0,0
Argélia	281	24	1,1	0,5	0,5	0,4	-24,0	-0,1	-24,0	-0,1
Por memória:										
OPEP [4]	2 221	1 920	9,1	3,8	3,8	3,2	-13,5	-0,5	-13,5	-0,5
PALOP	2 108	1 867	8,0	3,6	3,6	3,1	-11,4	-0,4	-11,4	-0,4
EFTA	759	828	1,1	1,3	1,3	1,4	9,1	0,1	9,1	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2019.

[2] $(\text{jan } 19\text{-dez } 19) / (\text{jan } 18\text{-dez } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a dezembro de 2019, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 6,6% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo positivo das importações de “Aeronaues, embarcações e suas partes” (2,7 p.p.), “Máquinas, aparelhos e suas partes” (1,3 p.p.), “Químicos” e “Material de transporte terrestre e suas partes” (ambos com 0,8 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,4%).

No ano de 2019, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 7,5%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem, 7% e as provenientes dos países do Alargamento 17,2%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 3,6%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,7% do total). Seguem-se a EUA (1,9%) e a Rússia (1,4%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	1º Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	75 364	80 306	100,0	100,0	100,0	100,0	6,6	6,6	6,6	6,6
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	11043	11302	15,9	14,7	14,7	14,1	2,4	0,3	2,4	0,3
Energéticos	9 055	9 093	19,6	12,0	12,0	11,3	0,4	0,1	0,4	0,1
Químicos	12 203	12 781	16,1	16,2	16,2	15,9	4,7	0,8	4,7	0,8
Madeira, cortiça e papel	2 386	2 405	3,2	3,2	3,2	3,0	0,8	0,0	0,8	0,0
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	4 394	4 565	5,9	5,8	5,8	5,7	3,9	0,2	3,9	0,2
Calçado, peles e couros	1640	1654	2,3	2,2	2,2	2,1	0,9	0,0	0,9	0,0
M inérios e metais	6 487	6 445	8,2	8,6	8,6	8,0	-0,6	-0,1	-0,6	-0,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	13 403	14 382	14,8	17,8	17,8	17,9	7,3	1,3	7,3	1,3
Material de transp. terrestre e suas partes	9 282	9 901	8,2	12,3	12,3	12,3	6,7	0,8	6,7	0,8
Aeronaues, embarcações e suas partes	968	3 003	0,7	1,3	1,3	3,7	210,2	2,7	210,2	2,7
Produtos acabados diversos	4 503	4 775	5,2	6,0	6,0	5,9	6,0	0,4	6,0	0,4
Total sem energéticos	66 309	71 213	80,4	88,0	88,0	88,7	7,4	6,5	7,4	6,5
Mercados de origem										
Intra UE	57 113	61 391	72,0	75,8	75,8	76,4	7,5	5,7	7,5	5,7
dos quais:										
UE-15	54 357	58 162	69,4	72,1	72,1	72,4	7,0	5,0	7,0	5,0
Espanha	23 690	24 437	32,3	31,4	31,4	30,4	3,2	1,0	3,2	1,0
Alemanha	10 406	10 699	11,4	13,8	13,8	13,3	2,8	0,4	2,8	0,4
França	5 753	7 861	6,7	7,6	7,6	9,8	36,7	2,8	36,7	2,8
Itália	4 045	4 110	5,1	5,4	5,4	5,1	1,6	0,1	1,6	0,1
Países Baixos	3 974	3 939	5,0	5,3	5,3	4,9	-0,9	0,0	-0,9	0,0
Bélgica	2 200	2 482	2,5	2,9	2,9	3,1	12,8	0,4	12,8	0,4
Reino Unido	1 893	2 112	2,9	2,5	2,5	2,6	11,6	0,3	11,6	0,3
Polónia	885	1 081	0,8	1,2	1,2	1,3	22,1	0,3	22,1	0,3
Suécia	706	714	1,0	0,9	0,9	0,9	1,2	0,0	1,2	0,0
Alargamento	2 757	3 230	2,7	3,7	3,7	4,0	17,2	0,6	17,2	0,6
Extra UE	18 251	18 914	28,0	24,2	24,2	23,6	3,6	0,9	3,6	0,9
dos quais:										
China	2 350	2 953	2,4	3,1	3,1	3,7	25,7	0,8	25,7	0,8
EUA	1 411	1 505	1,5	1,9	1,9	1,9	6,7	0,1	6,7	0,1
Rússia	1 292	1 090	1,8	1,7	1,7	1,4	-15,6	-0,3	-15,6	-0,3
Brasil	1 006	1 028	1,5	1,3	1,3	1,3	2,2	0,0	2,2	0,0
Angola	929	1 075	4,6	1,2	1,2	1,3	15,8	0,2	15,8	0,2
Turquia	884	963	0,9	1,2	1,2	1,2	8,9	0,1	8,9	0,1
Cazaquistão	770	211	1,0	1,0	1,0	0,3	-72,5	-0,7	-72,5	-0,7
Azerbaijão	737	615	0,8	1,0	1,0	0,8	-16,6	-0,2	-16,6	-0,2
Arábia Saudita	713	800	1,2	0,9	0,9	1,0	12,2	0,1	12,2	0,1
Índia	668	828	0,7	0,9	0,9	1,0	24,0	0,2	24,0	0,2
Nigéria	502	955	1,3	0,7	0,7	1,2	90,2	0,6	90,2	0,6
Coreia do Sul	497	515	0,4	0,7	0,7	0,6	3,7	0,0	3,7	0,0
Guiné Equatorial	487	176	0,3	0,6	0,6	0,2	-63,8	-0,4	-63,8	-0,4
OPEP ^[4]	3 286	4 178	9,0	4,4	4,4	5,2	27,2	1,2	27,2	1,2
EFTA	485	494	0,7	0,6	0,6	0,6	1,9	0,0	1,9	0,0
PALOP	984	1 129	4,7	1,3	1,3	1,4	14,7	0,2	14,7	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2019.

[2] $(\text{jan } 19\text{-dez } 19) / (\text{jan } 18\text{-dez } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

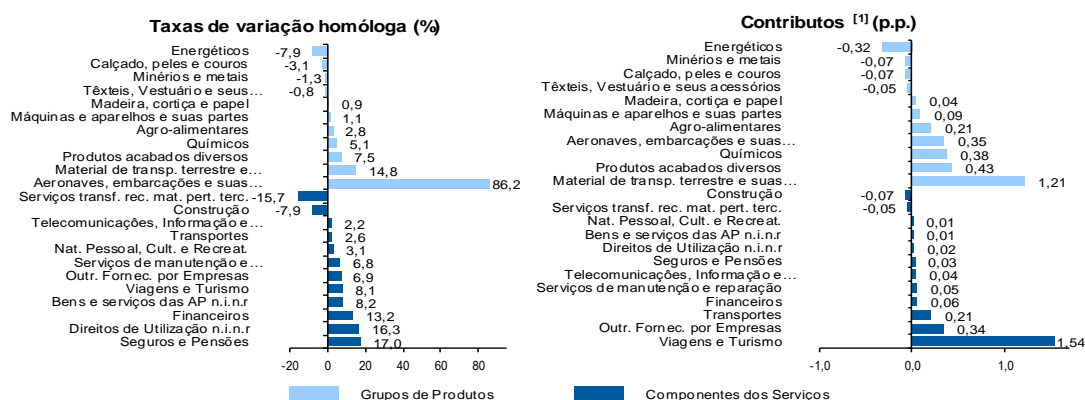
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de dezembro de 2019, nos doze meses de 2019, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,4%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos doze meses de 2019, a componente dos Serviços representou 37,7% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 19,2% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (5,2%) em 2,1 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em dezembro de 2019, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,21 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,43 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se o contributo das rubricas de “Viagens e Turismo” (1,54 p.p.) e “Outros Fornecimentos por Empresas” (0,34 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em dezembro de 2020



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,4%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	média anual 13-18	12 meses ^[1]	jan-dez	contrib. p.p. ^[3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	89 550	93 477	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	4,4	4,4	4,4	4,4
Bens	56 243	58 208	67,9	62,8	62,8	62,3	3,9	3,5	2,2	3,5	2,2
Serviços	33 308	35 269	32,1	37,2	37,2	37,7	8,7	5,9	2,2	5,9	2,2
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	276	233	0,6	0,3	0,3	0,2	-7,6	-5,7	0,0	-5,7	0,0
Serv. de manutenção e reparação	727	777	0,7	0,8	0,8	0,8	8,3	6,8	0,1	6,8	0,1
Transportes	7 264	7 450	8,1	8,1	8,1	8,0	5,4	2,6	0,2	2,6	0,2
Viagens e Turismo	17 054	18 431	13,4	19,0	19,0	19,7	13,2	8,1	1,5	8,1	1,5
Construção	796	733	0,9	0,9	0,9	0,8	4,3	-7,9	-0,1	-7,9	-0,1
Seguros e Pensões	154	160	0,1	0,2	0,2	0,2	9,4	17,0	0,0	17,0	0,0
Financeiros	383	434	0,5	0,4	0,4	0,5	0,8	13,2	0,1	13,2	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	102	119	0,0	0,1	0,1	0,1	24,5	16,3	0,0	16,3	0,0
Telecom., Informação e Informática	1736	1775	1,4	1,9	1,9	1,9	12,2	2,2	0,0	2,2	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	4 413	4 717	5,4	4,9	4,9	5,0	3,6	6,9	0,3	6,9	0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	263	271	0,4	0,3	0,3	0,3	-2,6	3,1	0,0	3,1	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	139	150	0,3	0,2	0,2	0,2	-10,1	8,2	0,0	8,2	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	88 059	92 659	100,0	100,0	100,0	100,0	6,1	5,2	5,2	5,2	5,2
Bens	72 090	74 874	83,4	81,9	81,9	80,8	5,7	3,9	3,2	3,9	3,2
Serviços	15 969	17 786	16,6	18,1	18,1	19,2	7,9	11,4	2,1	11,4	2,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	12	42	0,1	0,0	0,0	0,0	-22,0	262,3	0,0	262,3	0,0
Serv. de manutenção e reparação	460	491	0,4	0,5	0,5	0,5	14,1	6,7	0,0	6,7	0,0
Transportes	4 055	4 282	4,9	4,6	4,6	4,6	4,9	5,6	0,3	5,6	0,3
Viagens e Turismo	4 584	5 300	4,5	5,2	5,2	5,7	9,3	16,6	0,8	16,6	0,8
Construção	134	218	0,2	0,2	0,2	0,2	10	62,5	0,1	62,5	0,1
Seguros e Pensões	423	473	0,4	0,5	0,5	0,5	7,7	12,1	0,1	12,1	0,1
Financeiros	483	545	0,8	0,5	0,5	0,6	-0,5	12,8	0,1	12,8	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	747	757	0,6	0,8	0,8	0,8	13,9	14	0,0	14	0,0
Telecom., Informação e Informática	1041	1034	1,2	1,2	1,2	1,1	5,3	-0,7	0,0	-0,7	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	3 683	4 277	2,9	4,2	4,2	4,6	14,2	16,1	0,7	16,1	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	262	278	0,6	0,3	0,3	0,3	-8,7	6,1	0,0	6,1	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	85	87	0,1	0,1	0,1	0,1	4,6	3,4	0,0	3,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até dezembro de 2019.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH \times \text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional de bens de equipamento (janeiro-novembro 2018-2019)

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

Pretende-se neste trabalho analisar a evolução recente do comércio internacional português de Bens de Equipamento, com alguma desagregação do tipo de produtos envolvidos. Os Bens de Equipamento, necessários para a produção de outros tipos de bens, porque incorporam tecnologias mais sofisticadas do que os restantes, têm maior valor acrescentado, sendo importante a análise da evolução das suas exportações. Por outro lado, a evolução das importações deste tipo de bens, em particular os destinados à manutenção de máquinas e equipamentos industriais, ampliações e criação de novas indústrias ou aquisição de material de transporte adequado, está directamente relacionada com a capacidade produtiva do país, e logo também com a dinâmica das exportações.

Utilizaram-se dados estatísticos divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE)* para o período de janeiro a novembro de 2018 e 2019, provisórios para 2018 e preliminares para 2019, com última atualização em 9 de janeiro de 2020.

Os Bens de Equipamento aqui considerados envolvem os códigos 41 (Máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte) e 521 (Material de transporte para fins industriais), constantes da Classificação por Grandes Categorias Económicas, Revisão-3 (CGCE-Rev3). Nos quadros que se seguem os produtos que os integram encontram-se descritos como "Ex" (*parte de*) a dois e quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, a partir de uma tabela de correspondência a oito dígitos.

2. Balança Comercial dos Bens de Equipamento

Nos primeiros onze meses de 2019 a Balança Comercial de Bens de Equipamento foi deficitária, tendo o saldo negativo aumentado cerca de 1,7 mil milhões de Euros face a 2018, na sequência de um aumento de +29,9% nas importações, contra +14,0% nas exportações, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a descer de 67,9% para 59,5%.

Balança Comercial portuguesa de Bens de Equipamento - Período de Janeiro a Novembro de 2018 e 2019 -

	milhões de Euros			TVH	Peso no Total (%)	
	2018	2019	Δ		2018	2019
Importação (Cif)	8 140	10 575	2 435	29,9	11,7	14,2
Exportação (Fob)	5 525	6 297	772	14,0	10,3	11,4
Saldo (Fob-Cif)	-2 615	-4 279	-1 663	63,6	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	67,9	59,5	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

Em 2019, no período em análise, os Bens de Equipamento representaram 14,2% do Total das importações e 11,4% nas exportações.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP).

3. Exportações de Bens de Equipamento por agrupamentos de produtos

No período em análise de 2019, mais de 50% das exportações de Bens de Equipamento reportaram-se a "Máquinas e aparelhos", quer "mecânicos" (32,8%) quer "eléctricos" (18,6%).

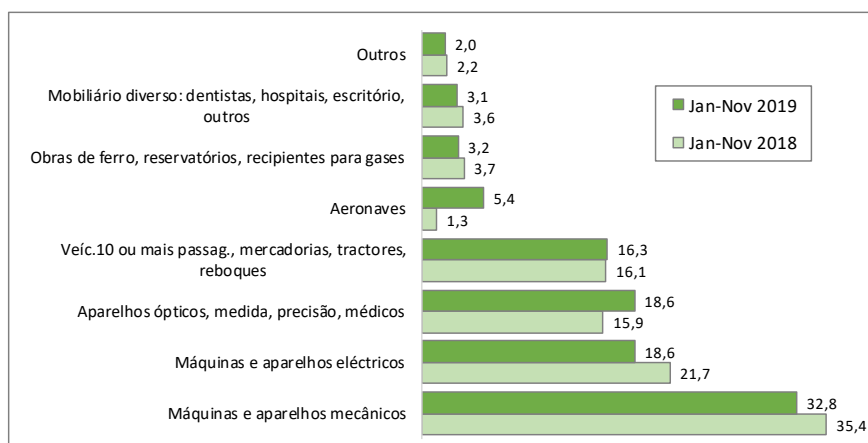
Seguiram-se os "Aparelhos ópticos, de medida, de precisão ou médicos" (18,6%) e os "Veículos para dez ou mais passageiros, de mercadorias, tractores e reboques" (16,3%).

Exportações de Bens de Equipamento - Período de Janeiro a Novembro de 2018 e 2019 -

milhares de Euros

CCGE-3	(EX) NC2	Agrupamentos de produtos	Exportação	
			2018	2019
TOTAL			5 524 636	6 296 755
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	1 957 222	2 066 014
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 200 283	1 173 643
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	878 710	1 173 289
41 e 521	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercadorias, tractores, reboques	891 183	1 024 864
521	(EX) 88	Aeronaves	71 972	339 644
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	203 767	199 699
41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	200 553	193 055
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	38 863	43 295
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	30 976	31 297
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	19 913	20 437
41	(EX) 76	Reservatórios e recipientes diversos de alumínio	14 287	12 844
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	5 591	8 835
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	4 974	4 083
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	4 643	3 962
41	(EX) 96	Obras diversas	945	719
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	513	706
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	242	362
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	0	8
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Peso dos agrupamentos de produtos no Total das Exportações de Bens de Equipamento (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

Com menor expressão alinharam-se depois os agrupamentos "Aeronaves" (5,4%), "Obras de ferro, reservatórios e recipientes para gases" (3,2%) e "Mobiliário diverso, como para dentistas, hospitais e escritório, entre outros" (3,1%).

Em quadro em anexo (Anexo-1), pode observar-se a desagregação a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada de todos os agrupamentos de produtos considerados como "Ex" da NC, com uma representatividade superior a 70% em todos os casos.

4. Importações de Bens de Equipamento por agrupamentos de produtos

Nos primeiros onze meses de 2019 cerca de 1/3 das importações de Bens de Equipamento incidiram em "Máquinas e aparelhos mecânicos". Entre os principais agrupamentos de produtos, seguiram-se as importações de "Aeronaves" (25,5% do Total), com um fortíssimo

acréscimo face a igual período do ano anterior (+2,1 mil milhões de Euros), de "Máquinas e aparelhos eléctricos" (18,3%), de "Veículos para dez ou mais passageiros, mercadorias, tractores e reboques" (10,6%) e de "Aparelhos ópticos, de medida, de precisão ou médicos" (8,5%).

Entre os restantes agrupamentos de produtos, de referir as "Obras de ferro, reservatórios e recipientes para gases" (1,3%), "Mobiliário diverso, como para dentistas, hospitais e escritório, entre outros" (1,3%), as "Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços e outros" (0,6%) e as "Ferramentas e objectos diversos em metais comuns" (0,6%)

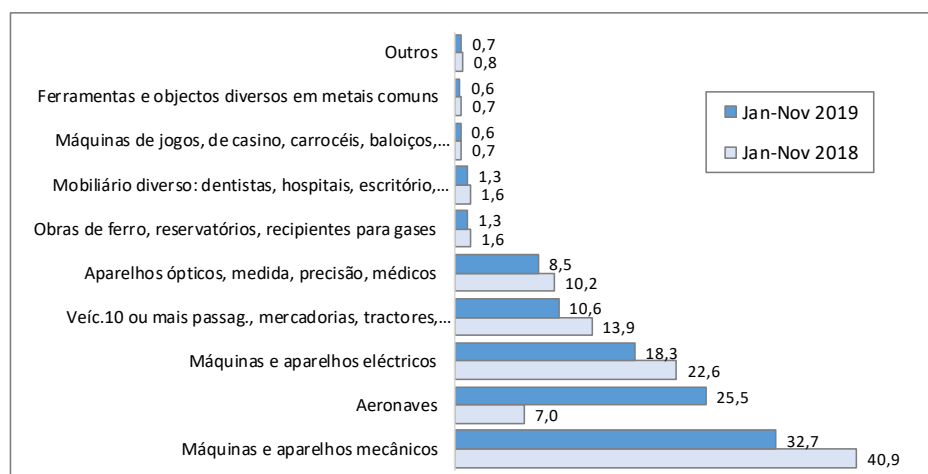
No Anexo-2, à semelhança das exportações, pode observar-se a desagregação de todos os agrupamentos de produtos considerados, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada.

Importações de Bens de Equipamento - Período de Janeiro a Novembro de 2018 e 2019 -

milhares de Euros

CCCE-3	(EX) NC2	Agrupamentos de produtos	Importação	
			2018	2019
TOTAL			8 139 843	10 575 322
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	3 329 126	3 455 422
521	(EX) 88	Aeronaves	572 985	2 699 624
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 840 522	1 938 714
41 e 521	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercadorias, tractores, reboques	1 134 218	1 117 341
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	826 763	896 055
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	129 704	137 634
41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	128 450	136 603
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	54 516	61 581
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	55 992	60 039
41	(EX) 76	Reservatóios e recipientes diversos de alumínio	36 291	36 358
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	5 985	11 604
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	11 645	9 089
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	3 876	5 068
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	4 450	4 542
41	(EX) 96	Obras diversas	2 808	2 231
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	908	2 058
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	1 596	1 329
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	9	28
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Peso dos agrupamentos de produtos no Total das importações de Bens de Equipamento (%)

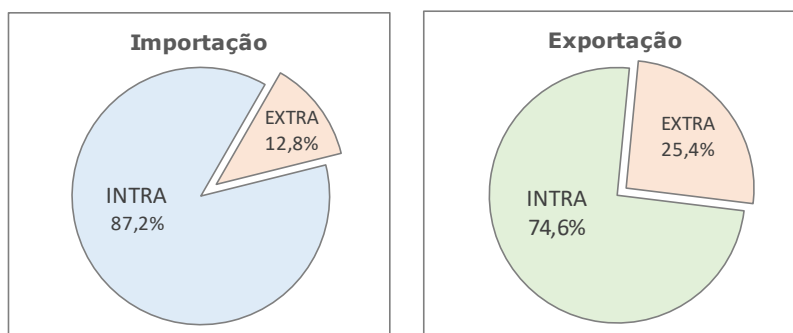


Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

5. Mercados de origem e de destino das importações e das exportações de Bens de Equipamento

Em 2019, no período de Janeiro a Novembro, 87,2% das importações de Bens de Equipamento tiveram origem no espaço Intra-UE (28). Por sua vez, no mesmo período, 74,6% das exportações tiveram a Comunidade por destino.

**Importações e Exportações de Bens de Equipamento
com origem e destino Intra-UE e Extra-UE (28)
- Janeiro a Novembro de 2019 -**



Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

Os principais mercados de origem, no conjunto das áreas intra e extra comunitárias, foram a França (24,9% do Total), a Espanha (20,2%), a Alemanha (16,1%), os Países Baixos (7,6%) e a Itália (6,3%). Seguiram-se a China (3,7%), o Reino Unido (2,8%) e os EUA (2,5) e a Bélgica (2,0%).

Na vertente das exportações destacaram-se a Alemanha (16,5%), a França (15,7%) a Espanha (15,6%) e o Reino Unido (9,0%). Seguiram-se o Canadá (4,9%), os EUA (4,5%), Angola (3,2%), os Países Baixos (2,9%), a Eslováquia (2,3%) e a Itália (2,2%).

**Principais mercados de origem e de destino
dos Bens de Equipamento [%]
- Janeiro a Novembro de 2018-2019 -**

Importação				Exportação			
Origem	2018	2019		Destino	2018	2019	
Mundo	100,0	100,0		Mundo	100,0	100,0	
Intra-UE (28)	84,7	87,2		Intra-UE (28)	74,4	74,6	
Extra-UE (28)	15,3	12,8		Extra-UE (28)	25,6	25,4	
França	9,9	24,9	1	Alemanha	15,5	16,5	
Espanha	24,4	20,2	2	França	14,9	15,7	
Alemanha	18,4	16,1	3	Espanha	15,8	15,6	
Países Baixos	9,8	7,6	4	Reino Unido	10,8	9,0	
Itália	8,3	6,3	5	Canadá	0,6	4,9	
China	4,8	3,7	6	EUA	5,8	4,5	
Reino Unido	3,1	2,8	7	Angola	4,3	3,2	
EUA	2,5	2,5	8	Países Baixos	2,7	2,9	
Bélgica	2,6	2,0	9	Eslováquia	1,9	2,3	
Vietname	2,1	1,8	10	Itália	1,8	2,2	
Rep. Checa	1,7	1,7	11	Bélgica	1,8	1,8	
Turquia	1,3	1,2	12	Áustria	1,2	1,2	
Irlanda	1,2	1,1	13	Polónia	1,5	1,2	
Polónia	1,0	0,9	14	Suécia	1,4	1,1	
Áustria	0,9	0,8	15	Hungria	0,8	1,1	
Japão	0,8	0,7	16	Rep. Checa	1,2	1,0	
Suécia	0,7	0,6	17	Marrocos	0,7	0,9	
Hungria	0,7	0,4	18	Suíça	0,9	0,9	
Tailândia	0,5	0,4	19	China	0,5	0,8	
Finlândia	0,6	0,4	20	África do Sul	0,7	0,7	
Suíça	0,6	0,4	21	Finlândia	0,8	0,7	
Coreia SL	0,8	0,4	22	México	0,8	0,7	
Grécia	0,4	0,3	23	Roménia	0,6	0,6	
Dinamarca	0,3	0,3	24	Moçambique	0,6	0,6	
Índia	0,2	0,3	25	Emiratos	0,3	0,5	
% do Total >>	97,6	97,8		% do Total >>	88,0	90,5	

Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

... /

ANEXO-1

**Exportações de Bens de Equipamento
- Período de Janeiro a Novembro de 2018 e 2019 -**

milhares de Euros

CGCE-3	(EX) NCZ	Descritivo	Exportação	
			2018	2019
TOTAL			5 524 636	6 296 755
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	1 957 222	2 066 014
41		8480 Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	604 676	560 372
41		8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	88 730	309 601
41		8479 Aparelhos mecânicos com função própria n.e.	129 060	139 287
41		8414 Bombas ar/vácuo, compressores, ventiladores/exaustores	129 026	120 095
41		8419 Aparelh aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	166 859	106 065
41		8418 Refrigeradores/congeladores/máq de frio; bombas calor	89 015	89 964
41		8471 Máq automáticas p/processamento dados e unidades	66 094	83 190
41		8413 Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	62 543	66 765
41		8426 Cábreas; guindastes; pontes rolantes; pórticos descarga	65 204	62 682
41		8428 Elevadores/escadas rolantes/transportadores/teleféricos	50 498	61 692
41		8443 Máquinas de impressão	60 378	55 643
41		8474 Máq trabalhar terras/pedra/minérios/cimento/gesso/etc	44 982	29 202
<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>			<i>79,6</i>	<i>81,5</i>
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 200 283	1 173 643
41		8517 Aparelh telefonia/telegrafia/telecomunicação, por fios	173 520	204 132
41		8526 Radares e aparelhos rádionavegação/radiotelecomando	214 835	201 758
41		8504 Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	115 280	133 236
41		8528 Receptores TV	90 396	130 422
41		8531 Aparelh sinaliz acústica/visual (sirenes/alarmes)	134 482	111 188
41		8501 Motores/geradores eléctric, excepto grupos electrogéneos	72 854	84 423
41		8525 Emissores de rádio/telegrafia/TV; câmaras TV	105 199	78 153
41		8543 Máq e aparelh eléctric c/função própria n.e.	27 907	68 404
41		8532 Condensadores eléctricos	46 258	60 101
41		8502 Grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos	172 049	45 457
<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>			<i>96,0</i>	<i>95,2</i>
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	878 710	1 173 289
41		9029 Outros contadores (de voltas, taxímetros, velocímetros, etc)	531 631	775 961
41		9031 Aparelh de medida/controlo n.e,	176 878	213 991
41		9018 Instrumentos medicina/cirurgia/testes visuais/veterinária	97 000	108 052
<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>			<i>91,7</i>	<i>93,6</i>
41 e 521	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercadorias, tractores, reboques	891 183	1 024 864
521		8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias	708 746	832 063
521		8702 Veículos automóveis para 10 ou mais passageiros	98 478	109 530
521		8716 Reboques; outros veículos não autopropulsores; s/partes	33 544	32 996
521		8705 Veículos automóveis para usos especiais	29 635	28 623
41 e 521		8701 Tractores, excl p/transporte mercadorias curta distância	20 720	21 596
<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>			<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
521	(EX) 88	Aeronaves	71 972	339 644
521		8802 Helicópteros/aviões/satélites/veíc espaciais, com motor	71 957	339 629
<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>			<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	203 767	199 699
41		7311 Recipientes ferro/aço p/ gases comprimidos/liquefeitos	87 985	79 577
41		7310 Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, <=300 litros	74 841	79 366
41		7309 Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, >300 litros	31 295	30 397
<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>			<i>95,3</i>	<i>94,8</i>

... /

41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	200 553	193 055
41		9403 Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	122 377	117 855
41		9401 Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	61 711	58 835
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>91,8</i>	<i>91,5</i>
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	38 863	43 295
521		8901 Barcos para o transporte de pessoas ou mercadorias	32 897	30 845
521		8904 Rebocadores	0	7 881
41		8907 Outras estruturas flutuantes (balsas, bóias, etc)	2 672	1 945
521		8902 Barcos pesca, navios-fábrica, outr p/tratamento pescado	3 089	1 781
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>99,5</i>	<i>98,1</i>
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	30 976	31 297
41		8203 Limas/grosas/alicates/tenazes/pinças/etc, manuais	14 389	14 936
41		8205 Ferramentas manuais n.e., maçaricos/tornos/bigornas/etc	5 706	6 782
41		8206 Ferramentas de dois tipos ou mais, acondic p/venda	4 316	4 045
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>78,8</i>	<i>82,3</i>
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	19 913	20 437
41		8303 Cofres/portas blindadas/ etc, em metais comuns	19 859	20 400
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>99,7</i>	<i>99,8</i>
41	(EX) 76	Reservatórios e recipientes diversos de alumínio	14 287	12 844
41		7612 Reservatórios em alumínio <= 300 litros, não para gases	14 138	12 741
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>99,0</i>	<i>99,2</i>
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	5 591	8 835
41		9504 Jogos de salão (bilhares/mesas de casino/bolicho/etc)	5 118	8 451
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>91,5</i>	<i>95,7</i>
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	4 974	4 083
41		8609 Contentores, incl fluidos, para vários meios de transporte	3 997	2 945
41		8603 Automotoras, incl urbanas, excl p/manutenção/inspecção	0	469
41		8602 Locomotivas/locotractores, não eléctricos; tênderes	247	465
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>85,3</i>	<i>95,0</i>
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	4 643	3 962
41	(EX) 96	Obras diversas	945	719
41		9618 Manequins, autómatos e cenas animadas para montras	945	719
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	513	706
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	242	362
41		9106 Aparelh de controlo (relógios de ponto/ datadores, etc)	147	268
41		9107 Interruptores/accionadores horários c/mecanismo relógio	95	94
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	0	8
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

ANEXO-2

**Importações de Bens de Equipamento
- Período de Janeiro a Novembro de 2018 e 2019 -**

milhares de Euros

CGCE-3	(EX) NCZ	Descritivo	Importação	
			2018	2019
TOTAL			8 139 843	10 575 322
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	3 329 126	3 455 422
41		8471 Máq automáticas p/processamento dados e unidades	634 943	696 130
41		8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	169 585	253 476
41		8479 Aparelhos mecânicos com função própria n.e.	253 879	223 387
41		8415 Aparelho ar condic c/ventilador e regulador temp/humidade	151 495	174 340
41		8480 Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	181 193	156 417
41		8429 Bulldozers/niveladoras/pás mecân/escavadoras/cilindros	115 975	138 506
41		8413 Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	101 309	115 185
41		8419 Aparelho aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	92 547	100 822
41		8443 Máquinas de impressão	115 052	100 176
41		8414 Bombas ar/vácuo, compressores, ventiladores/exaustores	95 105	100 025
41		8428 Elevadores/escadas rolantes/transportadores/teleféricos	108 386	98 752
41		8477 Outras máq para trabalhar borracha ou plástico	88 362	98 615
41		8418 Refrigeradores/congeladores/máq de frio; bombas calor	78 069	95 979
41		8427 Empilhadores; veículos elevatórios de carga	86 053	87 400
41		8424 Aparelho projectar líq/ pós/extintores/jacto areia/vapor	63 492	73 953
41		8422 Máq lavar louça/limpar/secar/encher/capsular/rotular/etc	73 526	71 619
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>72,4</i>	<i>74,8</i>
521	(EX) 88	Aeronaves	572 985	2 699 624
521		8802 Helicópteros/aviões/satélites/veic espaciais, com motor	572 985	2 699 603
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 840 522	1 938 714
41		8517 Aparelho telefonia/telegrafia/telecomunicação, por fios	838 354	864 015
41		8501 Motores/geradores eléctric, excepto grupos electrogêneos	148 039	165 420
41		8504 Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	178 449	158 679
41		8528 Receptores TV	105 701	129 464
41		8531 Aparelho sinaliz acústica/visual (sirenes/alarmes)	109 533	93 231
41		8526 Radares e aparelhos rádionavegação/radiotelecomando	69 950	83 864
41		8543 Máq e aparelho eléctric c/função própria n.e.	76 335	82 748
41		8518 Microfones/alto-falantes/auscultadores/amplificadores	71 575	76 966
41		8525 Emissores de rádio/telegrafia/TV; câmaras TV	70 592	68 432
41		8532 Condensadores eléctricos	53 236	59 612
41		8515 Máq soldar/laser/ultra-sons/jacto plasma/projectar metais	31 272	51 442
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>95,2</i>	<i>94,6</i>
41 e 521	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercadorias, tractores, reboques	1 134 218	1 117 341
521		8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias	531 037	556 841
41 e 521		8701 Tractores, excl p/transporte mercadorias curta distância	395 461	377 235
521		8716 Reboques; outros veículos não autopropulsores; s/partes	113 665	85 733
521		8702 Veículos automóveis para 10 ou mais passageiros	57 467	63 814
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>96,8</i>	<i>97,0</i>
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	826 763	896 055
41		9018 Instrumentos medicina/cirurgia/testes visuais/veterinária	364 965	399 678
41		9027 Aparelhos para análises físicas ou químicas	94 737	100 300
41		9032 Aparelhos para regulação/controlo, automáticos	59 600	63 680

... /

41		9019 Aparelh de medida/controlo n.e,	58 665	56 952
41		9029 Aparelh massagem/ terapia respiratória e outras	44 115	48 576
41		9026 Outros contadores (de voltas, taxímetros, velocímetros, etc)	28 935	35 046
41		9022 Aparelhos p/medir caudais/nível/pressão de fluidos	27 449	31 576
41		9022 Aparelhos de raios-X e outr radiações, incl p/medicina	32 667	30 759
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>86,0</i>	<i>85,5</i>
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	129 704	137 634
41		7310 Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, <=300 litros	92 782	100 728
41		7321 Fogões/caldeiras/grelhadores uso doméstico, em ferro/aço	22 970	18 650
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>89,2</i>	<i>86,7</i>
41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	128 450	136 603
41		9403 Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	76 565	78 336
41		9401 Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	37 900	44 531
41		9402 Mobiliário médico; cadeiras c/orientação; suas partes	13 984	13 737
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	54 516	61 581
41		9504 Jogos de salão (bilhares/mesas de casino/bolicho/etc)	52 468	58 348
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>96,2</i>	<i>94,8</i>
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	55 992	60 039
41		8205 Ferramentas manuais n.e., maçaricos/tornos/bigornas/etc	26 655	28 032
41		8203 Limas/grosas/alicates/tenazes/pinças/etc, manuais	9 255	13 495
41		8204 Chaves de porcas manuais e de caixa intercambiáveis	9 467	9 152
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>81,0</i>	<i>84,4</i>
41	(EX) 76	Reservatóios e recipientes diversos de alumínio	36 291	36 358
41		7612 Reservatórios em alumínio <= 300 litros, não para gases	34 918	34 014
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>96,2</i>	<i>93,6</i>
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	5 985	11 604
521		8902 Barcos pesca, navios-fábrica, outr p/tratamento pescado	528	4 208
521		8901 Barcos para o transporte de pessoas ou mercadorias	1 350	3 097
41		8905 Barcos-faróis/dragas/guindastes/docas flut/plataformas	3 323	2 458
41		8907 Outras estruturas flutuantes (balsas, bóias, etc)	783	1 842
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	11 645	9 089
41		8609 Contentores, incl fluidos, para vários meios de transporte	6 086	4 176
521		8608 Material fixo via férrea; apar sinaliz/segurança/comando	2 932	3 076
41		8604 Veículos para manutenção/inspeção de via férrea	2 372	1 318
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>97,8</i>	<i>94,3</i>
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	3 876	5 068
41		9106 Aparelh de controlo (relógios de ponto/ datadores, etc)	1 613	2 699
41		9107 Interruptores/accionadores horários c/mecanismo relógio	2 263	2 369
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	4 450	4 542
41		8303 Cofres/portas blindadas/ etc, em metais comuns	3 845	4 078
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>86,4</i>	<i>89,8</i>
41	(EX) 96	Obras diversas	2 808	2 231
41		9618 Manequins, autómatos e cenas animadas para montras	2 808	2 231
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	908	2 058
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	1 596	1 329
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	9	28
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Itália (2014-2018 e janeiro-novembro 2018-2019)

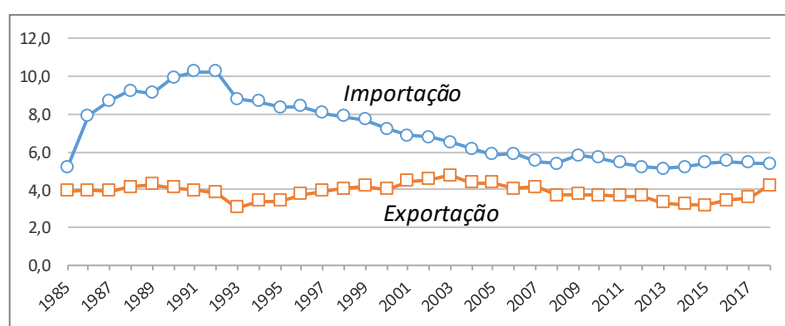
Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

A Itália encontra-se entre os principais parceiros comerciais de Portugal, tendo sido em 2018 o quarto maior mercado de origem das importações, com 5,4% do total (5,1% nos primeiros onze meses de 2019), precedida da Espanha (31,4%), da Alemanha (13,8%) e da França (7,6%), sendo o sexto principal mercado de destino das exportações, com 4,3% do total (4,5% em 2019), depois da Espanha (25,4%), da França (12,7%&), da Alemanha (11,6%), do Reino Unido (6,3%) e dos EUA (5,0%).

Em 1985, ano anterior à adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), o peso da Itália nas importações e nas exportações globais portuguesas era respetivamente de 5,2% e 3,9%. O peso nas importações aumentou sucessivamente até 1991 e 1992, anos em que atingiu 10,2% do total, para decrescer até 2008, com 5,4%, mantendo-se a partir de então numa faixa de 5 a 6%. Por sua vez o seu peso nas exportações tem-se mantido ao longo destes anos em torno de 4%.

**Evolução do peso da Itália
no total das importações e das exportações portuguesas (%)
- 1985 a 2018 -**



Fonte: A partir de dados de base do INE: 1985 a 2017 - definitivos; 2018 - provisórios.

Após um breve relance sobre a evolução do comércio externo de Itália no período 2014-2018, com base em dados de fonte *EUROSTAT*, vai-se analisar a evolução das chegadas e das expedições de mercadorias (que designaremos por importações e exportações) ao longo desses anos e primeiros onze meses de 2018-2019, com base em dados estatísticos divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE)*, definitivos para os anos de 2014 a 2017, provisórios para 2018 e preliminares para 2019, com última atualização em 1 de Janeiro de 2020.

Nos quadros que se seguem, os produtos transacionados foram agregados em 11 grupos de produtos, cujo conteúdo, em termos de Nomenclatura Combinada, se encontra definido em quadro anexo (*Anexo-1*).

2. Alguns dados sobre o comércio externo italiano

2.1. Balança Comercial da Itália

De acordo com os dados disponíveis, entre 2014 e 2018 a Balança Comercial de mercadorias de Itália foi 'superavitária', com saldos compreendidos entre +39 e +49 mil milhões de Euros.

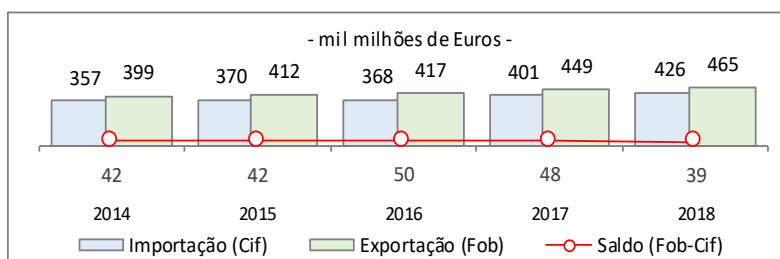
¹ Assessor Principal da Função Pública (AP).

As quotas de Portugal nas importações e nas exportações italianas, que em 2014 representaram respetivamente 0,4% e 0,8%, aumentaram para 0,5% e 0,9% em 2018.

Balança Comercial da Itália - 2014 a 2018 -

milhões de Euros e %

	2014	2015	2016	2017	2018
Importação (Cif)	356 939	370 484	367 626	401 487	426 046
TVH	-	3,8	-0,8	9,2	6,1
Exportação (Fob)	398 870	412 291	417 269	449 129	465 325
TVH	-	3,4	1,2	7,6	3,6
Saldo (Fob-Cif)	41 932	41 807	49 643	47 642	39 280
TVH	-	-0,3	18,7	-4,0	-17,6
Cobertura (Fob/Cif) [%]	111,7	111,3	113,5	111,9	109,2



Por memória:

Quotas de Portugal (%)	2014	2015	2016	2017	2018
Importação	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Exportação	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9

Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

2.2. Importações em Itália por grupos de produtos

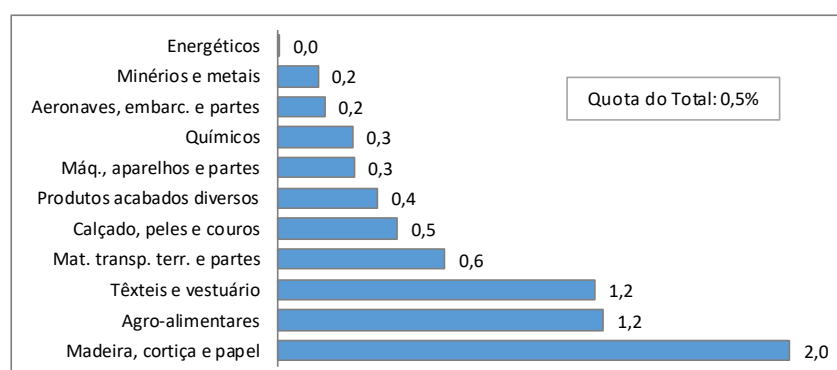
Em 2018, face ao ano anterior, as importações italianas cresceram +6,1%, cabendo a Portugal uma quota de 0,5%. As principais importações, por grupos de produtos (*conteúdo definido no Anexo-1*), incidiram em "Químicos" (17,7% do Total), "Máquinas, aparelhos e partes" (17,2%), "Energéticos" (13,4%), "Minérios e metais" (12,8%), "Material de transporte terrestre e partes" (10,3%) e "Agroalimentares" (10,1%). Seguiram-se os grupos "Produtos acabados diversos" (6,1%), "Têxteis e vestuário" (5,5%), "Madeira, cortiça e papel" (3,0%), "Calçado, peles e couros" (2,9%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,8%).

As maiores quotas de Portugal incidiram nos grupos "Madeira, cortiça e papel" (2,0% do total do grupo), "Agroalimentares" e "Têxteis e vestuário" (1,2% cada).

**Importações de mercadorias em Itália e quotas de Portugal
por grupos de produtos
(2017-2018)**

Grupos de produtos	milhões de Euros		TVH	Estrutura (%)		Quotas PT (%)	
	2017	2018		2017	2018	2017	2018
TOTAL	401 487	426 046	6,1	100,0	100,0	0,4	0,5
A - Agro-alimentares	43 713	43 146	-1,3	10,9	10,1	0,9	1,2
B - Energéticos	47 922	57 245	19,5	11,9	13,4	0,2	0,0
C - Químicos	71 048	75 560	6,4	17,7	17,7	0,3	0,3
D - Madeira, cortiça e papel	11 740	12 606	7,4	2,9	3,0	2,1	2,0
E - Têxteis e vestuário	22 662	23 351	3,0	5,6	5,5	1,0	1,2
F - Calçado, peles e couros	12 154	12 555	3,3	3,0	2,9	0,5	0,5
G - Minérios e metais	50 085	54 533	8,9	12,5	12,8	0,2	0,2
H - Máq., aparelhos e partes	69 816	73 267	4,9	17,4	17,2	0,3	0,3
I - Mat. transp. terr. e partes	43 835	44 067	0,5	10,9	10,3	0,3	0,6
J - Aeronaves, embarc. e partes	2 780	3 560	28,1	0,7	0,8	0,2	0,2
K - Produtos acabados diversos	25 732	26 154	1,6	6,4	6,1	0,4	0,4

Quotas de Portugal nas importações italianas em 2018 (%)



Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

2.3. Exportações da Itália por grupos de produtos

Por sua vez, em 2018, face ao ano anterior, as exportações cresceram +3,6%, tendo Portugal contribuído com uma quota de 0,9%.

As principais exportações couberam aos grupos de produtos "Máquinas, aparelhos e partes" (25,6%), "Químicos" (15,6%), "Minérios e metais" (12,1%), "Produtos acabados diversos" (9,5%), "Agroalimentares" (9,1%) e "Material de transporte terrestre e partes" (8,5%).

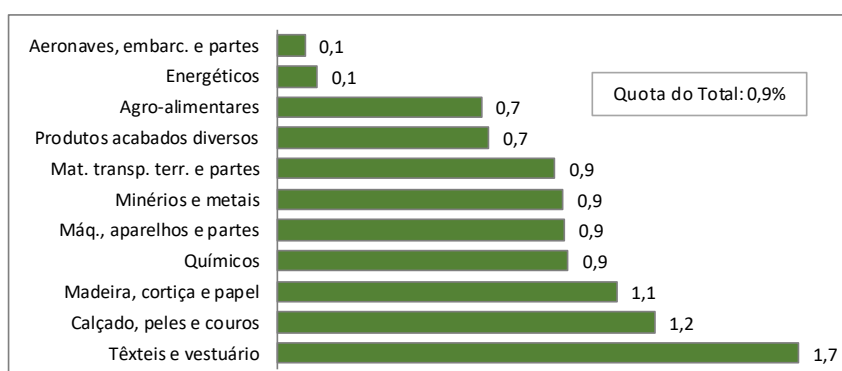
Seguiram-se os grupos "Têxteis e vestuário" (6,8%), "Calçado, peles e couros" (5,0%), "Energéticos" (3,7%), "Madeira, cortiça e papel" (2,1%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (1,9%).

As maiores quotas de Portugal incidiram nos grupos "Têxteis e vestuário" (1,7%), "Calçado, peles e couros" (1,2%) e "Madeira, cortiça e papel" (1,1%). Seguiram-se os grupos "Químicos", "Minérios e metais", "Máquinas, aparelhos e partes" e "Material de transporte terrestre e partes" (0,9% cada), "Agroalimentares" e "Produtos acabados diversos" (0,7% cada), "Energéticos" e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,1% cada).

**Exportações de mercadorias em Itália e quotas de Portugal
por grupos de produtos
(2017-2018)**

Grupos de produtos	milhões de Euros		TVH	Estrutura (%)		Quotas PT (%)	
	2017	2018		2017	2018	2017	2018
TOTAL	449 129	465 325	3,6	100,0	100,0	0,9	0,9
A - Agro-alimentares	41 398	42 242	2,0	9,2	9,1	0,7	0,7
B - Energéticos	15 190	17 290	13,8	3,4	3,7	0,1	0,1
C - Químicos	70 006	72 779	4,0	15,6	15,6	0,9	0,9
D - Madeira, cortiça e papel	9 588	9 969	4,0	2,1	2,1	1,0	1,1
E - Têxteis e vestuário	30 623	31 615	3,2	6,8	6,8	1,8	1,7
F - Calçado, peles e couros	22 563	23 413	3,8	5,0	5,0	1,3	1,2
G - Minérios e metais	53 984	56 532	4,7	12,0	12,1	0,9	0,9
H - Máq., aparelhos e partes	114 686	119 055	3,8	25,5	25,6	0,9	0,9
I - Mat. transp. terr. e partes	39 767	39 375	-1,0	8,9	8,5	0,9	0,9
J - Aeronaves, embarc. e partes	8 552	9 012	5,4	1,9	1,9	0,1	0,1
K - Produtos acabados diversos	42 772	44 044	3,0	9,5	9,5	0,7	0,7

Quotas de Portugal nas exportações italianas em 2018 (%)



Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

2.4. Mercados das importações e das exportações italianas

Em 2018 tiveram origem no espaço intracomunitário 58,8% das **importações** italianas de mercadorias. Os principais fornecedores foram a Alemanha (16,5%), a França (8,6%), os Países Baixos (5,3%), a Espanha (4,9%) e a Bélgica (4,5%). Portugal ocupou a 39ª posição no 'ranking', com 0,5% do total.

Entre os países terceiros predominou a China (7,3%), seguida dos EUA (3,7%) e da Rússia (3,5%).

No mesmo ano, as **exportações** Intra-UE representaram 56,5% do Total, ocupando também aqui a Alemanha a primeira posição (12,5%), seguida da França (10,5%), da Espanha (5,2%) e do Reino Unido (5,1%).

Portugal ocupou a 25ª posição, com 0,9% do total.

Entre os países terceiros os EUA foram o principal destino (9,1%), seguidos da Suíça (4,8%) e da China (2,8%).

**Os 30 principais mercados em 2018
das importações e das exportações da Itália**

IMPORTAÇÕES		Nº de ordem	EXPORTAÇÕES	
Mercados	Peso (%)		Mercados	Peso (%)
MUNDO	100,0	↓	MUNDO	100,0
EU28_INTRA	58,8		EU28_INTRA	56,5
EU28_EXTRA	41,2		EU28_EXTRA	43,5
Alemanha	16,5	1	Alemanha	12,5
França	8,6	2	França	10,5
China	7,3	3	EUA	9,1
Países baixos	5,3	4	Espanha	5,2
Espanha	4,9	5	Reino Unido	5,1
Bélgica	4,5	6	Suíça	4,8
EUA	3,7	7	Polónia	2,9
Rússia	3,5	8	Bélgica	2,9
Reino Unido	2,6	9	China	2,8
Suíça	2,6	10	Países Baixos	2,5
Polónia	2,3	11	Áustria	2,2
Áustria	2,3	12	Turquia	1,9
Turquia	2,1	13	Roménia	1,7
Roménia	1,7	14	Rússia	1,6
Rep.Checa	1,6	15	Japão	1,4
Argélia	1,3	16	Rep.Checa	1,4
Azerbaijão	1,3	17	Hong-Kong	1,3
Índia	1,3	18	Hungria	1,1
Hungria	1,2	19	Suécia	1,0
Afrábia Saud.	1,2	20	Eslovénia	1,0
Suécia	1,0	21	Emiratos	1,0
Líbia	1,0	22	Cotrekia do Sul	1,0
Eslováquia	1,0	23	Grécia	1,0
Coreia do Sul	1,0	24	México	0,9
Irlanda	0,9	25	Portugal	0,9
Iraque	0,9	26	Canadá	0,9
Japão	0,9	27	Austrália	0,9
Brasil	0,8	28	Índia	0,9
Eslovénia	0,8	29	Brasil	0,8
Irão	0,7	30	P.Terceiros n.e.	0,8
% do Total >>>	84,8		% do Total >>>	81,8

Por memória:

Portugal	0,5	39
----------	-----	----

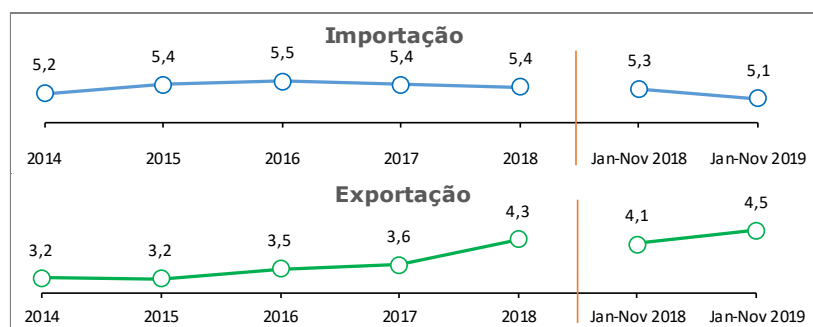
Fonte: EUROSTAT

3. Comércio de Portugal com a Itália

3.1. Evolução do peso da Itália nas importações e nas exportações portuguesas

Entre 2014 e 2018 o peso das importações com origem em Itália oscilou entre 5,2% e 5,5%, tendo o das exportações subido de 3,2% para 4,3%. Nos primeiros onze meses de 2019, face ao período homólogo do ano anterior, o peso das importações desceu para 5,1%, tendo o das exportações aumentado para 4,5%.

**Evolução do peso da Itália
no comércio internacional português de mercadorias (%)
(2014-2018 e Jan-Nov 2018-2019)**



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2014 a 2017 - definitivos; 2018 - provisórios; 2019 - preliminares, com última actualização em 09-01-2020.

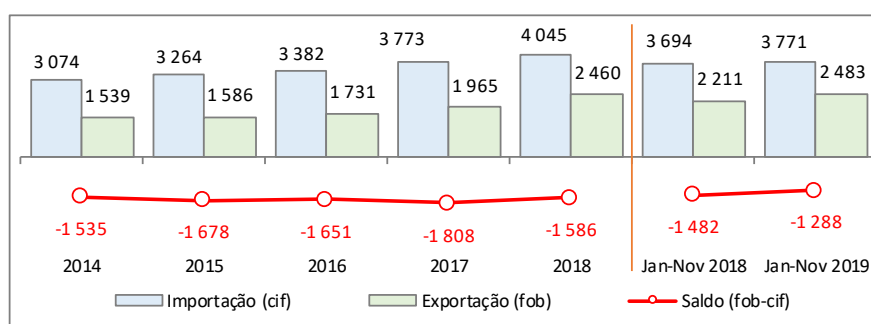
3.2. Balança Comercial Portugal-Itália

Ao longo dos últimos cinco anos a Balança Comercial de mercadorias de Portugal com a Itália foi deficitária, tendo o maior saldo negativo ocorrido em 2017 (-1,8 mil milhões de Euros), com graus de cobertura das importações pelas exportações da ordem dos 50 a 60%. Nos primeiros onze meses de 2019, o défice situou-se em -1,3 mil milhões de Euros, com um grau de cobertura das importações pelas exportações de 65,8%.

Balança Comercial Portugal-Itália (2014-2018 e Jan-Nov 2018-2019)

milhões de Euros e %

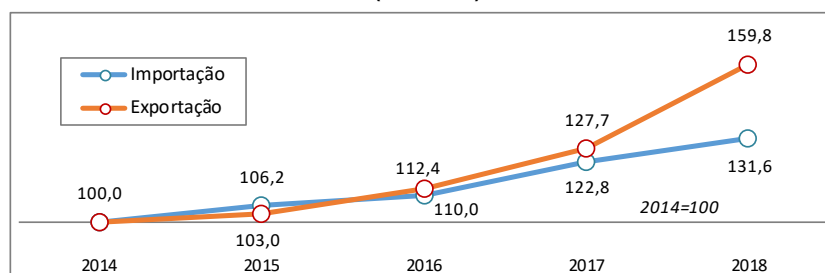
	2014	2015	2016	2017	2018	Jan-Nov	
						2018	2019
Importação (Cif)	3 074	3 264	3 382	3 773	4 045	3 694	3 771
TVH	-	6,2	3,6	11,6	7,2	-	2,1
Exportação (Fob)	1 539	1 586	1 731	1 965	2 460	2 211	2 483
TVH	-	3,0	9,1	13,6	25,2	-	12,3
Saldo (Fob-Cif)	-1 535	-1 678	-1 651	-1 808	-1 586	-1 482	-1 288
TVH	-	9,4	-1,6	9,5	-12,3	-	-13,1
Cobertura (Fob/Cif) [%]	50,1	48,6	51,2	52,1	60,8	59,9	65,8



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2014 a 2017 - definitivos; 2018 - provisórios; 2019 - preliminares, com última actualização em 09-01-2020.

Neste período, o ritmo de crescimento das exportações foi mais vivo do que o das importações, atingindo as primeiras 159,8% do valor que detinham em 2014, contra 131,6% nas importações.

Ritmo de evolução anual em valor das importações e exportações de Portugal com a Itália de 2014 a 2018 (2014=100)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2014 a 2017 - definitivos; 2018 - provisórios;

3.3. Importações por grupos de produtos

No período de janeiro a novembro de 2019 as importações portuguesas cresceram +2,1% face ao período homólogo do ano anterior, tendo a Itália pesado 5,1% no Total.

Os grupos de produtos dominantes foram "Máquinas, aparelhos e partes" (22,7% do Total), "Químicos" (18,6%), "Têxteis e vestuário" (13,6%) e "Minérios e metais" (12,4%).

Seguiram-se os grupos "Material de transporte terrestre e partes" (8,8%), "Agroalimentares" (7,8%), "Produtos acabados diversos" (6,8%), "Calçado, peles e couros" (6,2%), "Madeira, cortiça e papel" (2,5%), "Aeronaves, embarcações e partes" (0,5%) e "Energéticos" (0,1%).

Por grupos de produtos, as maiores quotas de Itália nas nossas importações globais incidiram nos grupos "Calçado, peles e couros" (15,3%), "Têxteis e vestuário" (12,2%), "Minérios e metais" (7,8%), "Máquinas, aparelhos e partes" (6,5%), "Químicos" e "Produtos acabados diversos" (5,9% cada).

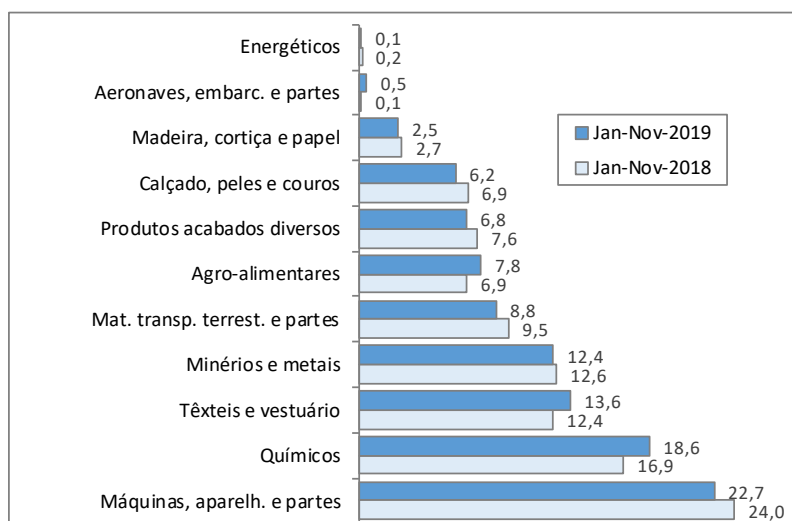
Em quadros anexos podem observar-se as principais importações e exportações efetuadas no período de janeiro a novembro de 2018 e 2019, por grupos de produtos, desagregadas a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, com uma representatividade por grupo superior a 70% em cada um dos anos (Anexo 2 e Anexo 3).

Importações de mercadorias com origem em Itália por grupos de produtos - 2014 a 2018 e Jan-Nov 2018-2019 -

milhões de Euros

Grupos de produtos	2014	2015	2016	2017	2018	Jan-Nov		
						2018	2019	Quota ¹
TOTAL	3 074	3 264	3 382	3 773	4 045	3 694	3 771	5,1
A - Agro-alimentares	212	221	233	254	279	254	294	2,8
B - Energéticos	2	2	3	9	7	6	6	0,1
C - Químicos	508	523	554	621	677	625	701	5,9
D - Madeira, cortiça e papel	88	96	89	101	112	101	94	4,2
E - Têxteis e vestuário	440	450	469	475	496	459	511	12,2
F - Calçado, peles e couros	292	292	280	275	273	256	232	15,3
G - Minérios e metais	368	382	374	462	506	467	469	7,8
H - Máquinas, aparelh. e partes	720	791	861	973	987	887	857	6,5
I - Mat. transp. terrest. e partes	242	268	268	332	395	353	330	3,6
J - Aeronaves, embarc. e partes	2	2	5	4	6	5	18	0,6
K - Produtos acabados diversos	200	236	244	266	307	279	258	5,9

Estrutura das Importações (%) - Jan-Nov 2018-2019



[1] - Peso da Itália no total global das importações portuguesas, por grupos de produtos.
Fonte: A partir de dados de base do INE: 2014 a 2017 - definitivos; 2018 - provisórios;
2019 - preliminares, com última actualização em 09-01-2020.

3.4. Exportações por grupos de produtos

No período de janeiro a novembro de 2019 as exportações portuguesas aumentaram +12,3% face ao período homólogo do ano anterior, tendo a Itália pesado 4,5% no Total.

Destacaram-se as exportações de "Material de transporte terrestre e partes" (24,8%) e de "Agroalimentares" (19,6%), a que se seguiram as dos grupos "Têxteis e vestuário" (12,3%), "Químicos" (10,7%), "Madeira, cortiça e papel" (9,8%), "Máquinas, aparelhos e partes"

(9,1%), "Minérios e metais" (5,9%), "Produtos acabados diversos" (4,4%), "Calçado, peles e couros" (2,7%), "Energéticos" (0,5%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,2%).

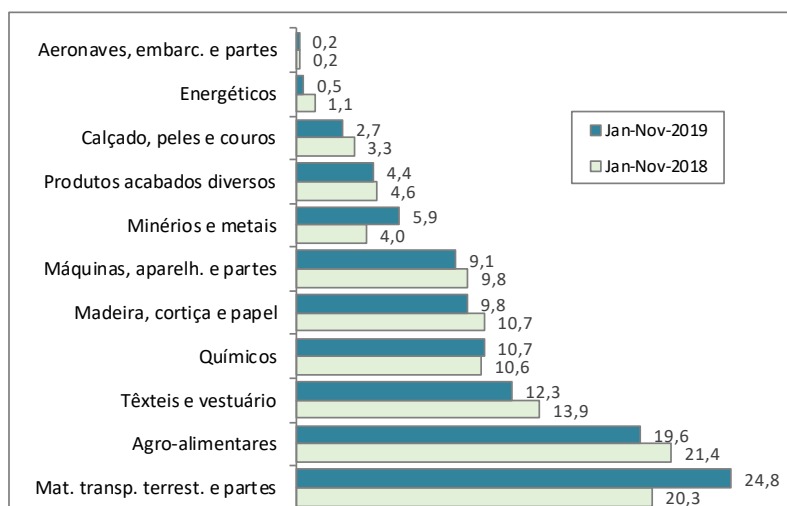
Exportações de mercadorias com destino a Itália por grupos de produtos

- 2014 a 2018 e Jan-Nov 2018-2019 -

milhões de Euros

Grupos de produtos	2014	2015	2016	2017	2018	Jan-Nov		
						2018	2019	Quota ¹
TOTAL	1 539	1 586	1 731	1 965	2 460	2 211	2 483	4,5
A - Agro-alimentares	261	281	343	386	533	473	487	7,3
B - Energéticos	42	24	17	88	40	24	12	0,4
C - Químicos	176	178	208	222	249	234	267	3,8
D - Madeira, cortiça e papel	239	263	258	260	257	237	242	5,9
E - Têxteis e vestuário	201	196	223	247	332	308	306	6,2
F - Calçado, peles e couros	76	66	69	74	78	73	66	3,3
G - Minérios e metais	118	111	100	138	96	89	147	2,8
H - Máquinas, aparelh. e partes	210	214	229	222	227	217	226	2,9
I - Mat. transp. terrest. e partes	137	160	178	219	532	448	615	7,3
J - Aeronaves, embarc. e partes	5	6	5	7	6	5	5	0,8
K - Produtos acabados diversos	74	88	99	101	111	103	110	2,0

Estrutura das Exportações (%) - Jan-Nov 2018-2019 (%)



[1] - Peso da Itália no total global das exportações portuguesas, por grupos de produtos.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2014 a 2017 - definitivos; 2018 - provisórios; 2019 - preliminares, com última actualização em 09-01-2020.

As maiores quotas da Itália no conjunto das exportações portuguesas para o Mundo por grupos de produtos, couberam aos grupos "Agroalimentares" e "Material de transporte terrestre e partes" (7,3% cada), "Têxteis e vestuário" (6,2%) e "Madeira, cortiça e papel" (5,9%).

ANEXO-1

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos
(Nomenclatura Combinada / Sistema Harmonizado)

Grupos de Produtos	NC-2 / SH-2
A Agro-alimentares	01 a 24
B Energéticos	27
C Químicos	28 a 40
D Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I Material de transporte terrestre e partes [1]	86, 87
J Aeronaves, embarcações e partes [2]	88, 89
K Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

ANEXO-2

Principais produtos (NC-4) importados de Itália
por grupos de produtos
(Janeiro a Novembro de 2018-2019)

NC-4	Descritivo dos produtos (NC-4)	10 ³ Euros		
		2018	2019	Δ
A	Agro-alimentares	254 188	294 018	39 830
1806	Chocolate e outras preparações contendo cacau	34 401	36 462	2 061
2403	Outros prod tabaco manufacturad; tabaco reconst/extratos	8 471	30 364	21 892
1905	Prod padaria/pastelaria//cápsulas medicamentos/etc	21 746	24 469	2 724
0901	Café mesmo torrado/descafeinado, e sucedâneos	18 620	19 657	1 037
0406	Queijo e requeijão	12 511	16 523	4 012
0207	Miudezas galinhas/patos/perús/gansos/fresc/refrig/cong	12 236	16 406	4 170
2106	Preparações alimentícias n.e. nem incluídas noutras p.p.	17 144	13 936	-3 208
2204	Vinhos de uvas frescas, mesmo enriquecidos com álcool	9 063	11 279	2 217
1902	Massas aliment (esparguete/macarrão/etc)	10 474	11 245	771
0302	Peixe fresco/refrigerado, excepto filetes	9 554	10 998	1 444
2309	Prep p/alimentação animal (cães, gatos, peixes, aves, etc)	10 606	10 864	258
2205	Vermutes e outros vinhos de uvas frescas aromatizados	10 323	7 563	-2 761
0602	Plantas/raízes vivas/estacas/enxertos/micélios	8 402	5 945	-2 457
	% do Total >>>	72,2	73,4	-
B	Energéticos	6 109	5 583	-526
2710	Óleos de petróleo (nafta/gasolina/jet/gasóleo/fuel/lubrif)	2 681	2 565	-116
2714	Betumes/asfaltos; xistos/areias betumin/rochas asfálticas	2 970	1 818	-1 152
2712	Vaselina; parafina, ceras e semelhantes	395	1 097	702
	% do Total >>>	99,0	98,2	-
C	Químicos	625 344	701 486	76 142
3004	Medicamentos fins terapêut/profilát, acondicionados	107 272	150 078	42 806
2941	Antibióticos	47 359	53 026	5 666
3926	Outras obras de plástico (etileno/propileno//PVC/etc)	30 390	31 185	795
3002	Sangue humano/animal uso médico/soros/vacinas	20 538	28 057	7 519

... /

3920	Outras chapas/folhas/lâminas, de plástico não alveolar	27 593	25 461	-2 132
3304	Produtos de beleza incluindo anti-solares e bronzadores	16 179	23 607	7 428
3402	Agentes orgão de superfície; prod lavagem/limpeza	19 494	23 162	3 668
3921	Outras chapas/folhas/tiras/lâminas, de plástico	21 482	21 640	158
3208	Tintas/vernizes base polímeros, em meio não aquoso	19 940	20 623	683
3907	Poliésteres/resinas epóxicas/policarbonatos, f. primárias	17 932	16 815	-1 116
3917	Tubos/juntas/cotovelos/flanges/uniões, de plástico	12 696	14 212	1 516
3923	Embalagens/rolhas/cápsulas/tampas, de plástico	12 784	13 991	1 207
3902	Polímeros de propileno/outras olefinas, formas primárias	13 523	12 756	-767
2934	Ácidos nucleicos e sais/outros compostos heterocíclicos	1 715	11 390	9 675
3919	Chapas/folhas e outras formas de plástico, autoadesivas	10 824	11 231	406
3909	Resinas amínicas/fenólicas e poliuretanos, f. primárias	11 383	10 999	-384
4002	Borracha sintét/artific, em f.primárias/chapas/fls/tiras	10 384	10 105	-279
2917	Ácidos policarboxílicos e seus derivados	7 479	9 885	2 405
2843	Metais preciosos estado coloidal/compostos/amálgamas	6 250	8 730	2 480
3305	Preparações capilares	8 280	8 366	86
3903	Polímeros de estireno, em formas primárias	7 034	7 963	928
3809	Aceleradores tingimento/fixação mat corantes n.e.	5 162	6 775	1 614
3925	Artefactos para construções, em plástico	4 817	6 308	1 491
	<i>% do Total >>></i>	<i>70,4</i>	<i>75,0</i>	<i>-</i>
D	Madeira, cortiça e papel	100 949	93 952	-6 997
4501	Cortiça natural em bruto/triturada/granulada; desperdícios	23 731	16 086	-7 645
4811	Papel/cartão/pasta celulose, revestido, em rolos/folhas	16 282	14 901	-1 381
4810	Papel/cartão revestido caulino em rolos/folhas	11 404	10 633	-771
4823	Outros papéis/cartões/pasta celulose, cortados, e s/obras	6 031	6 992	962
4819	Caixas/sacos/embalagens, de papel/cartão/celulose	5 411	5 335	-76
4805	Outros papéis e cartões não revestidos, em rolos ou folhas	6 450	4 815	-1 635
4818	Papel higiênico/lenços/fraldas/pensos/vestuário papel	4 163	4 662	499
4821	Etiquetas de papel ou cartão, impressas ou não	3 913	4 525	612
	<i>% do Total >>></i>	<i>76,7</i>	<i>72,3</i>	<i>-</i>
E	Têxteis e vestuário	458 887	511 109	52 222
5112	Tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados	29 019	28 702	-317
6110	Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes, de malha	26 845	28 540	1 695
6204	Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças/etc, de tecido, p/S	25 491	25 105	-386
6109	T-shirts e camisolas interiores, de malha	20 194	23 531	3 337
6006	Outros tecidos de malha	16 100	17 961	1 862
5408	Tecidos de fios de filamentos artificiais	11 903	17 870	5 966
6104	Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças/etc, de malha, p/S	12 631	16 432	3 801
5111	Tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados	13 422	15 699	2 276
5603	Falsos tecidos, mesmo impregnados/revestid/recobertos	13 878	14 590	712
6212	Soutiens/cintas/espartilhos/ligas/semelh, mesmo malha	10 076	13 579	3 503
5402	Fios filament sint ã acondic, incl monof< 67 decitex	12 489	13 146	657
5903	Tecidos impregnados/revestidos/recobertos c/plástico	11 839	13 021	1 182
5208	Tecidos c/ 85% ou mais de algodão, até 200g/m2	13 903	12 856	-1 048
6115	Meias-calças/meias, incluindo para varizes, de malha	2 975	11 752	8 777
5509	Fios de fibras sintéticas descont, não acondicionadas	10 366	10 890	524
6203	Fatos/conj/casacos/calças/calções, de tecido, p/H	10 754	10 880	126
5516	Tecidos de fibras artificiais descontínuas	9 275	10 338	1 063
6202	Casacos comprid/anoraques/blusões, de tecido, p/S	11 551	10 096	-1 455
5407	Tecidos de fios de filamentos sintéticos	12 559	9 788	-2 771
6004	Tecidos malha larg >30cm >=5% peso de elastómeros	7 970	9 479	1 509
6108	Combinações/calcinhas/roupões/etc, de malha, p/S	8 096	8 644	547
5309	Tecidos de linho	6 100	8 587	2 486
5209	Tecidos <85% de algodão, com mais de 200g/m2	5 701	8 102	2 401
6206	Camiseiros e blusas, de tecido, p/S	8 061	7 710	-352
6201	Sobretudos/anoraques/blusões, de tecido, p/H	7 266	7 511	245
5515	Outros tecidos de fibras sintéticas descontínuas	5 630	6 665	1 036
	<i>% do Total >>></i>	<i>70,6</i>	<i>70,7</i>	<i>-</i>

... /

F	Calçado, peles e couros	256 107	232 378	-23 729
4107	Couros após cutimenta/secagem de bovinos/equídeos	107 553	97 772	-9 781
6403	Calçado sola borracha/plástico/couro e parte sup. couro	26 011	24 320	-1 691
6406	Partes calçado/palmilhas/polainas e semelhantes	25 063	23 460	-1 603
4202	Malas/pastas/estojos/carteiras/etc, couro/têxteis/cartão	25 515	22 842	-2 673
	<i>% do Total >>></i>	<i>71,9</i>	<i>72,5</i>	<i>-</i>
G	Minérios e metais	467 152	469 295	2 144
7210	Laminados planos ferro/aço ã ligado, revest, larg >= 600mm	57 228	44 700	-12 527
7306	Tubos e perfis ocas de ferro ou aço n.e.	43 329	40 729	-2 600
7208	Laminados quente planos ferro/aço ã ligado, larg >= 600mm	38 868	36 386	-2 482
7318	Parafusos, porcas, ganchos, rebites e outros, em ferro/aço	16 728	18 721	1 993
7606	Chapas e tiras de alumínio com espessura > 0,2 mm	15 864	17 037	1 173
8302	Ferragens/guarnições/fechos/etc, em metais comuns	16 156	16 491	335
7411	Tubos de cobre	18 444	15 859	-2 585
7113	Artefactos de joalheria de metais preciosos/chapeados	9 869	14 826	4 957
7216	Perfis de ferro ou aço não ligado	15 732	14 053	-1 679
7310	Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, <=300 litros	11 785	12 918	1 133
7110	Platina, em formas brutas ou semimanufact, ou em pó	5 303	12 505	7 201
7607	Folhas e tiras de alumínio com espessura <= 0,2 mm	9 629	11 628	1 998
8207	Ferramentas intercambiáveis manuais/máq-ferramenta	11 043	11 042	0
8309	Rolhas/cápsulas/tampões/etc, em metais comuns	10 272	10 343	71
7326	Obras de ferro ou aço n.e.	9 860	10 077	216
7308	Construções em ferro ou aço e suas partes	7 083	9 764	2 681
7228	Barras/perfis de ligas de aço n.e.; barras ocas de aço	7 850	8 124	274
7321	Fogões/caldeiras/grelhadores uso doméstico, em ferro/aço	10 716	8 053	-2 663
7304	Tubos e perfis ocas de ferro ou aço som costura	7 794	7 391	-403
7407	Barras e perfis de cobre	5 714	7 040	1 326
7404	Desperdícios, resíduos e sucata de cobre	5 169	7 017	1 848
	<i>% do Total >>></i>	<i>71,6</i>	<i>71,3</i>	<i>-</i>
H	Máquinas, aparelhos e partes	887 349	856 780	-30 569
8481	Torneiras e válvulas	44 524	42 336	-2 188
8408	Motores diesel	35 348	38 570	3 222
8422	Máq lavar louça/limpar/secar/encher/capsular/rotular/etc	41 008	37 205	-3 803
8479	Aparelhos mecânicos com função própria n.e.	39 475	34 585	-4 890
8419	Aparelh aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	27 391	29 897	2 506
8418	Refrigeradores/congeladores/máq de frio; bombas calor	26 956	25 683	-1 273
8464	Máq-ferramenta p/pedra/cerâmica/betão/vidro a frio	17 821	22 644	4 823
8517	Aparelh telefonia/telegrafia/telecomunicação, por fios	19 957	22 126	2 170
8413	Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	22 839	20 975	-1 865
8431	Partes macacos/guindastes/empilhadores/bulldozers/etc	19 222	20 284	1 062
8414	Bombas ar/vácuo, compressores, ventiladores/exaustores	19 243	20 245	1 002
8415	Aparelh ar condic c/ventilador e regulador temp/humidade	13 179	19 763	6 584
8480	Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	18 331	19 554	1 223
8477	Outras máq para trabalhar borracha ou plástico	21 147	19 523	-1 624
8544	Fios/cabos/fibra óptica/condut eléct, isolados	23 981	19 424	-4 557
8516	Aquecedores água/ambiente; outr electrotérmicos domést	16 604	17 655	1 051
8471	Máq automáticas p/processamento dados e unidades	23 157	16 426	-6 731
8538	Partes interrupt/seccionadores/aparelh protecção/ligação	18 223	16 215	-2 008
8451	Máq lavar/espremer/secar/passar/tingir/revestir têxteis	14 696	15 773	1 077
8438	Outras máq p/preparar alimentos ou bebidas, excl óleos	26 129	15 441	-10 688
8421	Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	14 744	15 389	645
8536	Interrupt/seccionadores/aparelh protecção/ligação <= 1 KV	14 057	15 001	944
8474	Máq trabalhar terras/pedra/minérios/cimento/gesso/etc	7 398	14 944	7 546
8466	Partes/acessórios de máquinas-ferramenta	15 455	14 856	-599
8504	Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	10 983	14 598	3 615
8465	Máq-ferram p/madeira/cortiça/osso/borracha/plástico	17 931	14 147	-3 784
8424	Aparelh projectar líq/ pós/extintores/jacto areia/vapor	10 864	12 869	2 005
8453	Máq para couros/peles; máq fabricar/consertar calçado	16 910	12 512	-4 398

... /

8483	Veios e cx transmissão/chumaceiras/eixos/embraiagens	9 724	11 398	1 674
8501	Motores/geradores eléctrico, excepto grupos electrogéneos	10 084	9 988	-96
8428	Elevadores/escadas rolantes/transportadores/teleféricos	9 769	9 422	-347
	<i>% do Total >>></i>	<i>70,7</i>	<i>72,3</i>	<i>-</i>
I	Material de transporte terrestre e partes	352 591	330 231	-22 360
8708	Partes e acessórios de tractores e veículos automóveis	100 846	113 945	13 099
8703	Automóveis de passageiros/mistos/corrida	118 010	89 314	-28 696
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	56 434	55 666	-769
8701	Tractores, excl p/transporte mercadorias curta distância	45 844	37 389	-8 455
	<i>% do Total >>></i>	<i>91,1</i>	<i>89,7</i>	<i>-</i>
J	Aeronaves, embarcações e partes	5 404	18 398	12 994
8802	Helicópteros/aviões/satélites/veíc espaciais, com motor	1 272	8 735	7 462
8903	lantes/barcos recreio ou desporto; barcos a remos e canoas	1 604	8 329	6 725
8803	Partes de veículos aéreos com e sem motor	2 353	1 198	-1 155
	<i>% do Total >>></i>	<i>96,8</i>	<i>99,3</i>	<i>-</i>
K	Produtos acabados diversos	279 465	258 175	-21 290
9401	Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	34 074	32 788	-1 286
9004	Óculos para correcção, protecção ou outros fins	25 403	26 248	845
9403	Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	31 172	25 424	-5 748
9003	Armações para óculos e suas partes	15 970	16 405	435
9405	Candeeiros/apar iluminação, anúncios luminosos, partes	17 846	16 049	-1 796
6907	Ladrilhos cerâm/lajes/ mosaicos, ã vidrados/esmaltados	15 355	15 422	67
7010	Garrafas/frascos/embalagens/rolhas/tampas etc, de vidro	11 307	13 528	2 222
9018	Instrumentos medicina/cirurgia/testes visuais/veterinária	11 887	11 418	-469
9031	Aparelh de medida/controlo n.e,	7 160	8 677	1 517
9506	Equip cultura física e desporto; jogos de ar livre; piscinas	7 539	7 735	196
9021	Artigos ortopédicos, para surdez e outras deficiências	7 354	6 285	-1 069
6804	Mós e semelhantes para moer/triturar/amolar/polir/cortar	6 010	6 169	159
9606	Botões, incluindo de pressão, e suas partes	4 098	5 425	1 326
9607	Fechos de correr e suas partes	3 969	4 217	249
	<i>% do Total >>></i>	<i>71,3</i>	<i>75,8</i>	<i>-</i>

(1) Na sua quase totalidade "aviões com peso superior a 15 Tons".

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2018 e preliminares para 2019, com última actualização em 09-01-2020 (<http://www.ine.pt>).

ANEXO-3

Principais produtos (NC-4) exportados para Itália por grupos de produtos (Janeiro a Novembro de 2018-2019)

NC-4	Descritivo dos produtos (NC-4)	10 ³ Euros		
		2018	2019	Δ
A	Agro-alimentares	472 628	487 265	14 636
2402	Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco e sucedâneos	173 457	200 818	27 361
1509	Azeite de oliveira, mesmo refinado	81 186	73 785	-7 401
1604	Conservas de peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	41 402	43 841	2 439
0307	Moluscos e semelhantes vivos/fresc/refrig/cong/secos	26 892	23 596	-3 296
0303	Peixe congelado, excepto filetes	20 219	19 327	-892
	<i>% do Total >>></i>	<i>72,6</i>	<i>74,2</i>	<i>-</i>

... /

B	Energéticos	23 880	11 598	-12 282
2710	Óleos de petróleo (nafta/gasolina/jet/gasóleo/fuel/lubríf)	22 158	9 384	-12 774
	<i>% do Total >>></i>	<i>92,8</i>	<i>80,9</i>	<i>-</i>
C	Químicos	233 880	266 674	32 794
3920	Outras chapas/folhas/lâminas, de plástico não alveolar	49 777	62 677	12 900
3004	Medicamentos fins terapêut/profilát, acondicionados	21 052	29 181	8 129
4011	Pneumáticos novos, de borracha	30 870	26 094	-4 776
2901	Hidrocarbonetos acíclicos (etileno/propileno/etc)	1 708	20 745	19 037
3806	Colofónias e ácidos resínicos; essências e óleos; gomas	16 348	14 114	-2 234
3808	Insecticidas/fungicidas/herbicidas/inibidores germinação	6 342	11 403	5 061
3001	Glândulas/órgãos p/usos opoterápicos; outr fins terapêut	2 362	11 072	8 710
3926	Outras obras de plástico (etileno/propileno//PVC/etc)	9 069	10 107	1 038
3904	Polímeros cloreto vinilo/outras olefinas, formas primárias	10 894	9 409	-1 485
3901	Polímeros de etileno em formas primárias	8 115	7 082	-1 033
3921	Outras chapas/folhas/tiras/lâminas, de plástico	18 819	6 101	-12 717
	<i>% do Total >>></i>	<i>75,0</i>	<i>78,0</i>	<i>-</i>
D	Madeira, cortiça e papel	237 423	242 208	4 785
4802	Papel/cartão ã revest p/escrita/cartões/etc, em rolos/fls	76 665	78 144	1 479
4504	Cortiça aglomerada, com ou sem aglutinantes e obras	58 761	58 955	194
4503	Obras de cortiça natural	36 183	37 229	1 046
4703	Pastas químicas de madeira, à soda/sulfato	22 801	23 319	518
4804	Papel e cartão Kraft, não revestido, em rolos ou folhas	16 313	15 094	-1 218
	<i>% do Total >>></i>	<i>88,8</i>	<i>87,8</i>	<i>-</i>
E	Têxteis e vestuário	307 544	306 140	-1 404
6109	T-shirts e camisolas interiores, de malha	67 639	75 146	7 507
6110	Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes, de malha	56 584	55 068	-1 515
6302	Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha	30 268	17 615	-12 654
6204	Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças/etc, de tecido, p/S	10 769	13 220	2 451
6103	Fatos/conj/casacos/calças/calções/etc, de malha, p/H	12 321	12 724	403
5509	Fios de fibras sintéticas descont, não acondicionadas	5 745	10 275	4 531
6104	Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças/etc, de malha, p/S	8 414	9 113	699
6111	Vestuário para bebés e seus acessórios, de malha	8 623	8 795	173
5515	Outros tecidos de fibras sintéticas descontínuas	6 469	6 440	-29
6203	Fatos/conj/casacos/calças/calções, de tecido, p/H	5 676	6 352	676
6006	Outros tecidos de malha	4 298	4 566	268
	<i>% do Total >>></i>	<i>70,5</i>	<i>71,6</i>	<i>-</i>
F	Calçado, peles e couros	73 322	66 369	-6 953
6403	Calçado sola borracha/plástico/couro e parte sup. couro	45 176	38 283	-6 893
4202	Malas/pastas/estojos/carteiras/etc, couro/têxteis/cartão	5 777	8 407	2 630
4112	Couros após cutimenta/secagem de ovinos	5 271	5 088	-183
4107	Couros após cutimenta/secagem de bovinos/equídeos	5 161	3 459	-1 702
	<i>% do Total >>></i>	<i>83,7</i>	<i>83,2</i>	<i>-</i>
G	Minérios e metais	89 247	146 508	57 261
7108	Ouro em formas brutas, semimanufacturadas ou em pó	19 690	72 554	52 864
7110	Platina, em formas brutas ou semimanufact, ou em pó	4 139	12 101	7 962
8308	Fechos/fivelas/colchetes/lantejoulas/etc, metais comuns	3 177	5 546	2 369
2505	Areias naturais, mesmo coradas	3 305	5 052	1 748
7411	Tubos de cobre	4 678	3 950	-728
8207	Ferramentas intercambiáveis manuais/máq-ferramenta	4 562	3 804	-758
7117	Bijutarias	1 541	2 921	1 380
7222	Barras e perfis de aço inoxidável	2 927	2 868	-59
7112	Desperdícios/resíduos de metais preciosos/chapeados	1 113	2 495	1 382
8301	Cadeados/fechaduras/ferrolhos, em metais comuns	3 307	2 367	-940
7217	Fios de ferro ou aço não ligado	2 508	2 293	-215
7326	Obras de ferro ou aço n.e.	2 114	2 206	92

... /

2515	Mármore, pedras calcárias/alabastro, em blocos/placas	2 257	1 993	-264
7310	Reservatórios em ferro/aço, excepto p/gases, <=300 litros	1 565	1 779	215
8007	Obras de estanho n.e.	1 264	1 481	217
7318	Parafusos, porcas, ganchos, rebites e outros, em ferro/aço	1 049	1 299	251
7323	Palha de aço, esfregões e luvas, em ferro ou aço	1 376	1 273	-103
7312	Cordas e cabos de ferro ou aço para uso não eléctrico	786	1 099	313
7315	Correntes, cadeias e suas partes, em ferro ou aço	882	1 077	195
8211	Facas lâmina serrilhada ou não, incl podadeiras e lâminas	1 077	1 066	-12
	<i>% do Total >>></i>	<i>70,9</i>	<i>88,2</i>	<i>-</i>
H	Máquinas, aparelhos e partes	216 649	226 461	9 812
8409	Partes de motores de explosão ou diesel	50 917	47 192	-3 725
8527	Receptores rádiodifusão/telefonía/telegrafia	21 537	30 398	8 861
8544	Fios/cabos/fibra óptica/conduz eléctric, isolados	28 598	28 548	-50
8536	Interrupt/seccionadores/aparelh protecção/ligação <= 1 KV	19 389	20 141	752
8480	Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	8 754	13 727	4 973
8403	Caldeiras para aquecimento central	10	5 908	5 898
8507	Acumuladores eléctricos e seus separadores	5 167	4 985	-182
8516	Aquecedores água/ambiente; outr electrotérmicos domést	5 460	4 621	-839
8481	Torneiras e válvulas	4 285	4 178	-108
8501	Motores/geradores eléctric, excepto grupos electrogéneos	3 887	3 945	59
8483	Veios e cx transmissão/chumaceiras/eixos/embraiagens	4 395	3 748	-647
	<i>% do Total >>></i>	<i>70,3</i>	<i>73,9</i>	<i>-</i>
I	Material de transporte terrestre e partes	448 311	615 006	166 695
8703	Automóveis de passageiros/mistos/corrida	347 868	494 077	146 209
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	35 694	63 079	27 385
8708	Partes e acessórios de tractores e veículos automóveis	47 015	38 427	-8 588
	<i>% do Total >>></i>	<i>96,0</i>	<i>96,8</i>	<i>-</i>
J	Aeronaves, embarcações e partes	5 445	5 127	-318
8803	Partes de veículos aéreos com e sem motor	3 518	2 485	-1033
8903	lantes/barcos recreio ou desporto; barcos a remos e canoas	1 595	1 830	234
	<i>% do Total >>></i>	<i>93,9</i>	<i>84,2</i>	<i>-</i>
K	Produtos acabados diversos	102 785	109 778	6 994
9403	Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	14 182	13 140	-1 042
7010	Garrafas/frascos/embalagens/rolhas/tampas etc, de vidro	7 617	11 930	4 313
6912	Louça, artigos doméstic/higiene/toucador, não porcelana	8 769	10 565	1 796
6907	Ladrilhos cerâm/lajes/ mosaicos, ñ vidrados/esmaltados	9 600	9 907	307
9001	Fibra/cabos ópticos/lentes/prismas/espelhos, ñ montados	6 970	8 695	1 725
6910	Lavatórios/banheiras/bidés/sanitários/etc, de cerâmica	6 369	6 508	139
6911	Louça, artigos domésticos/higiene/toucador, de porcelana	6 554	5 595	-958
9003	Armações para óculos e suas partes	2 556	4 227	1 670
9401	Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	4 295	4 030	-265
7001	Cacos e desperdícios de vidro; vidro em blocos ou massas	4 156	2 881	-1 275
9028	Contadores de gases, líquidos ou electricidade	2 422	2 802	379
	<i>% do Total >>></i>	<i>71,5</i>	<i>73,1</i>	<i>-</i>

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2018 e preliminares para 2019, com última actualização em 09-01-2020 (<http://www.ine.pt>).

Ensaio

Indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento

Alexandre Mergulhão ¹

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão abrangente das medidas de desigualdade, redistribuição e progressividade que têm vindo a ser desenvolvidas pela literatura académica. Com base num enquadramento analítico, conceptual e gráfico, explica cada indicador e discute as diferenças entre os múltiplos existentes. Este trabalho tenciona constituir um pequeno manual para pessoas interessadas em estudar estes temas, bem como servir de suporte metodológico da apresentação no GT-IDS do Conselho Superior de Estatística, onde são analisados os resultados, calculados com base em dados administrativos do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS).

"[t]he fiscal history of a people is above all an essential part of its general history. [...] The spirit of a people, its cultural level, its social structure, the deeds its policy may prepare — all this and more is written in its fiscal history, stripped of all phrases. He who knows how to listen to its message here discerns the thunder of world history more clearly than anywhere else." Joseph Schumpeter (1918).

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo servir de manual metodológico para análises de distribuição, com o foco em rendimentos e impostos diretos. Assim, ambiciona dotar a administração pública de uma súmula sobre indicadores de desigualdades, bases de dados disponíveis e ferramentas de *softwares* estatísticos, para estudos de distribuição mais aprofundados.

A investigação sobre questões de distribuição, na ciência económica, foi relativamente marginal e tardia, contando com os trabalhos pioneiros de Hugh Dalton (1920's), Simon Kuznets (1950's) e Anthony Atkinson (1970's). No entanto, o interesse público e académico em relação ao nível, à evolução, causas e consequências das múltiplas dimensões das desigualdades sociais tem vindo a aumentar substancialmente, desde os anos de 1990. Em Portugal, destacam-se os trabalhos de Carlos Farinha Rodrigues (e.g. 2016 ou 1993).

Os avanços significativos na qualidade e abrangência de dados provenientes de inquéritos às famílias, internacionalmente standardizados, tornaram possível a constatação do aumento das desigualdades de rendimento e riqueza, na maioria dos países (ver Branko Milanovic, 2002). Mais recentemente, alguns investigadores dedicaram-se ao estudo das desigualdades concentrando-se nos extremos mais elevados das distribuições – e.g. percentagem do rendimento total detida pelos *top* 5%, 1% e 0,1% – recorrendo a dados administrativos, nomeadamente das autoridades tributárias nacionais (ver Piketty, Zucman, Saez, Alvaredo etc.).² Estes trabalhos culminaram na criação da *World Inequality Database* (2011 e 2015) que pretende criar séries históricas de Contas Nacionais de Distribuição, combinando dados de inquéritos, dados fiscais e de Contabilidade Nacional, numa forma sistemática, rigorosa e transparente.

¹ As opiniões expressas no artigo são de responsabilidade do autor e podem não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são de responsabilidade do autor.

² Estas metodologias pretendem colmatar limitações, não só do facto das medidas convencionais de desigualdade – como o coeficiente de Gini – serem pouco sensíveis a dispersões nos extremos da distribuição, assim como aquelas, relacionadas com a natureza dos inquéritos – e.g. subestimação dos rendimentos mais elevados e baixa representatividade em relação à Contabilidade Nacional.

Quadro 1 - Enquadramento Conceptual do Rendimento**Componentes do Rendimento**

Ordenados e salários
 + Rendimentos do trabalho por conta-própria
 + Rendimentos de propriedade
 + Outros rend. privados (bónus, dividendos, etc.)

Rendimentos de Mercado/Primário

+ Pensões

Rendimentos de Mercado + Pensões

+ Outras transferências monetárias da SS

Rendimento Bruto/Original

- Contribuições do trab. para a SS
 - Impostos sobre o rendimento
 - Outras transf. correntes pagas

Rendimento Disponível

De acordo com os dados oficiais do Eurostat, oriundos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), Portugal tem pertencido sistematicamente ao *top 3* de desigualdade na União Europeia.³ Contudo, as desigualdades sociais acarretam um carácter multidimensional, impossibilitando uma análise plena recorrendo apenas a indicadores de rendimento.

Posto isto, o Conselho Superior de Estatística constituiu, em setembro de 2017, o Grupo de Trabalho sobre Indicadores das Desigualdades Sociais (GT-IDS), com vista à produção de indicadores variados. Este grupo conta com a participação de diversas entidades públicas, assim como parceiros sociais, de entre as quais o GPEARI, que coordena o subgrupo de Fiscalidade e Rendimento. Neste contexto, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) disponibilizou as bases de dados anonimizadas das Notas de Liquidação do IRS de 2016 e 2017. Estas bases de dados foram utilizadas para construir os indicadores referidos neste artigo, tendo sido os respetivos resultados, e propostas de novos indicadores, discutidos no GT-IDS.

2. Enquadramento Conceptual, Analítico e Gráfico

2.1. Enquadramento conceptual

A desigualdade monetária diz respeito às diferenças relativas ou absolutas na distribuição entre unidades. Para efeitos de análise, estas unidades podem representar: indivíduos (ou sujeitos passivos), agregados fiscais, agregados familiares ou médias de países, etc. Por sua vez, as variáveis monetárias, como os rendimentos, assumem diferentes categorias. Como podemos ver no Quadro 1, o enquadramento adaptado da OCDE define as seguintes componentes de rendimento.

Os **rendimentos de mercado** constituem salários e retribuições do trabalho, rendimento do trabalho por conta própria, rendas, juros, mais-valias e dividendos. O **rendimento disponível** é o resultado após todos os compromissos e benefícios do Estado – compostos respetivamente por impostos⁴ (IRS) e contribuições sociais (CSS) a pagar, e por transferências sociais, com destaque para as pensões públicas, a receber.

³ Entre 2004 e 2012, Portugal pertenceu ao *top 3* dos países da UE em termos de desigualdade de rendimento disponível – após impostos, contribuições e todas as transferências sociais, incluindo as pensões – com a exceção de 2008 onde registou o quarto Gini mais elevado. Entre 2012 e 2017, foi quase sempre o segundo país mais desigual em termos de rendimento de mercado – antes de impostos e contribuições, e também de qualquer transferência social.

⁴ Doravante impostos referem-se a impostos diretos (IRS).

Quadro 1 - Enquadramento Conceptual do Rendimento**Componentes do Rendimento**

Ordenados e salários
 + Rendimentos do trabalho por conta-própria
 + Rendimentos de propriedade
 + Outros rend. privados (bónus, dividendos, etc.)

Rendimentos de Mercado/Primário

+ Pensões

Rendimentos de Mercado + Pensões

+ Outras transferências monetárias da SS

Rendimento Bruto/Original

- Contribuições do trab. para a SS
 - Impostos sobre o rendimento
 - Outras transf. correntes pagas

Rendimento Disponível

Quadro 1 – Enquadramento conceptual das componentes do rendimento de pessoas singulares (indivíduo, agregado fiscal ou familiar).
 Fonte: Adaptado da OCDE (2008) e de Carlos Farinha Rodrigues (2019).

Define ainda as instâncias entre estes dois extremos, como é o caso do **rendimento bruto** (ou original) que representa o rendimento disponível antes do pagamento de IRS e CSS, mas após receção de transferências sociais. Este é o enquadramento conceptual presente nos inquéritos às famílias que são a fonte das estatísticas oficiais de desigualdade.

Contudo, os conceitos presentes nas bases de dados da AT têm diferenças que merecem ser clarificadas. Primeiro, o conceito de agregado fiscal agrupa as pessoas que declaram rendimentos (conjunta ou separadamente) e seus dependentes associados, ao passo que um agregado familiar agrupa pessoas que residem na mesma habitação (Decoster, 1998). Logo, o agregado familiar pode ser composto por vários agregados fiscais. Em segundo lugar, os inquéritos baseiam-se em amostras representativas da população (no mínimo 10,5 mil pessoas), enquanto a AT inclui todas as declarações de rendimentos. Terceiro, em Portugal, muitas prestações sociais não são tributáveis e, por isso, não são declaradas no IRS, enquanto os inquéritos contabilizam todos os rendimentos do Quadro 1. Para além disso, o código do IRS contempla a opção de não englobamento para rendimentos que não sejam do trabalho ou pensões. Isto significa que, estes dados da AT não incluem rendimentos de capitais (e.g. juros e dividendos), prediais (rendas) nem incrementos patrimoniais (mais-valias) elevados visto que é racional não englobar e pagar apenas 28% de taxas liberatórias sobre cada categoria individual. Assim, o rendimento bruto da AT, na verdade, aproxima-se dos rendimentos de mercado (do trabalho) mais pensões. Acresce o facto de a declaração de rendimentos ser condição para a elegibilidade de algumas transferências sociais, o que explica a presença de vários agregados fiscais com rendimentos brutos extremamente baixos.⁵

2.2. Enquadramento analítico e gráfico

Para qualquer variável contínua (e.g. rendimento bruto) temos uma distribuição definida por um vetor ordenado $x = (x_1, x_2, \dots, x_n, \dots, x_{max})$ onde, por exemplo, x_5 representa o rendimento da 5.ª unidade (e.g. agregado fiscal) mais pobre. Este vetor tem uma **função densidade** $f(x)$ que, basicamente, estima a proporção da população com rendimento x .⁶

⁵ Por fim, o total de IRS efetivamente pago designa-se por coleta líquida.

⁶ Em bom rigor, uma função densidade probabilística é estimada através de um método. Estatisticamente, recorre-se a uma estimação Kernel que atribui a probabilidade não do ponto em si, mas sim dos pontos vizinhos.

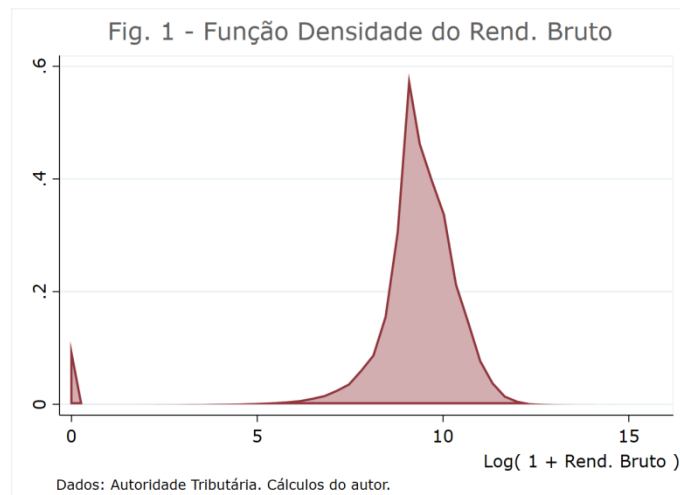


Figura 1 – Função densidade (kernel) do rendimento bruto declarado para fins tributários, em sede de IRS, com base nos dados da Nota de Liquidação de IRS de 2017. Efetuou-se uma transformação logarítmica (natural) à variável para fins de visualização. Por exemplo, o valor 10 representa rendimentos de 22 mil euros anuais, aproximadamente.

O integral, ou a área vermelha de zero até cada ponto, da anterior função designa-se por **função de distribuição cumulativa** $F(x) = \int_{x_1}^{x_{max}} f(x)dx$ que atribui a proporção ($0 \leq F(x) \leq 1$) da população com rendimentos iguais ou inferiores a x .

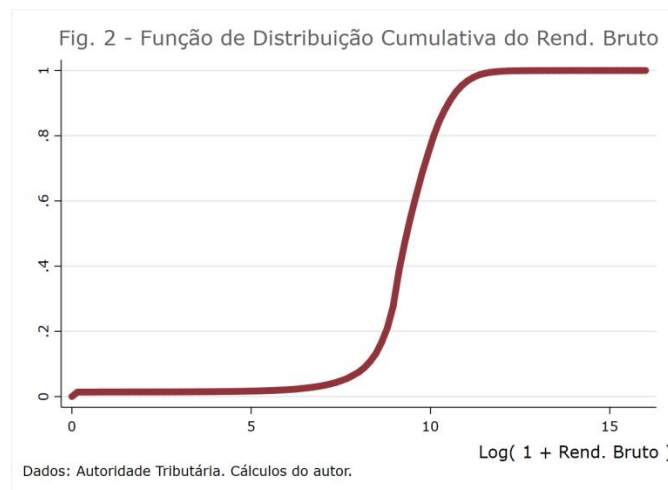


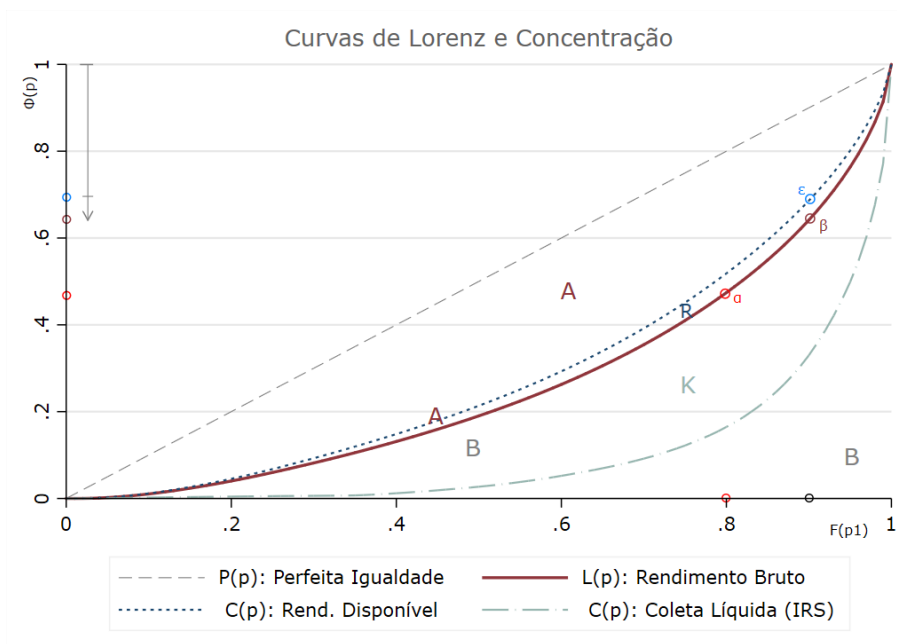
Figura 2 – Função de distribuição cumulativa é igual ao integral (inverso de derivada) da densidade. Assim, representa a progressão da área da figura 1. Por exemplo, a imagem do valor 10 é aproximadamente 0,7, significando que 70% dos agregados fiscais têm rendimentos iguais ou inferiores a cerca de 22 mil euros anuais.

Finalmente, uma distribuição pode ainda ser expressa em percentagem do total, em vez de valores absolutos, constituindo uma **função da proporção do rendimento total cumulativa**:

$$\begin{aligned} \Phi(x) &= \frac{1}{\mu} \int_{x_1}^{x_n} x \cdot f(x)dx = \frac{\text{"média de } x_1 \text{ a } x_n\text{"}}{\text{"média total"}} \\ &= \frac{\int_{x_1}^{x_n} x \cdot f(x)dx}{\int_0^{x_{max}} x \cdot f(x)dx} = \frac{\int_{x_1}^{x_n} \phi(x)dx}{\int_0^{x_{max}} \phi(x)dx} = \frac{\text{"\% } x_1 \text{ a } x_n\text{"}}{100\%} \end{aligned}$$

Onde o denominador é a média global (μ rendimento médio) e $\phi(x)$ é a função que atribui a percentagem do rendimento total detida pelo indivíduo com o rendimento x .

Esta representação da distribuição pode ser melhor compreendida quando interpretada por **quantis**. Qualquer distribuição pode ser dividida em partes, com igual frequência/probabilidade p , através de quantis. Genericamente, quantis são a função $q(p) = x$ que atribui o valor de x (e.g. rendimento) tal que $F(x) = p$.



Dados: Autoridade Tributária. Cálculos do autor.

Figura 3 – Curvas de Lorenz do rendimento bruto e perfeita igualdade, e curvas de concentração (ordenadas pelo rendimento bruto) para o rendimento disponível (i.e. bruto após IRS) e para a Coleta Líquida (IRS efetivamente pago). A área A está compreendida entre a diagonal $P(p)$ e a curva de Lorenz do rendimento bruto.

Portanto, encontramos a proporção p partindo do menor valor (x_1) e terminando no quantil $q(p)$, que é um nível de rendimento (x). Assim, decis são um exemplo de quantis onde p toma o valor de 0,1, dividindo a distribuição em 10 intervalos. Quartis, quintis, vintis e percentis dividem em quatro ($p=0,25$), cinco ($p=0,2$), vinte ($p=0,05$) e cem ($p=0,01$) partes iguais, respetivamente. Por fim, a mediana é o quantil que delimita o x a partir do qual atingimos metade (ou o “meio”) da distribuição ($F(x) = 0,5$), e pode ser expresso em percentis (50.^o), vintis (10.^o) e quartis (2.^o), mas não em quintis, por exemplo.

2.3. Curvas de Lorenz e de Concentração

Chegamos finalmente, ao conceito de **curva de Lorenz** (Max O. Lorenz, 1905) que constitui a base da grande maioria dos indicadores de desigualdade. Esta curva é a representação gráfica entre a distribuição cumulativa da população $F(x)$ e a função cumulativa da proporção do rendimento total $\Phi(x)$:

$$L(p) = \Phi(F(x))$$

A curva diz-nos qual é a fração do rendimento total $\Phi(x) = p_2$ detida pelos $F(x) = p_1$ por cento mais *pobres*. Logo, a reta $p_2 = p_1$ representa a situação de perfeita igualdade, uma vez que, não só 50% da população detém 50% do rendimento total mas o mesmo sucede para qualquer percentagem, implicando que toda a população recebe o rendimento médio.

Resumindo, a curva de Lorenz deve ser lida da esquerda para a direita, onde para cada ponto p_1 (percentagem da população mais *pobre*) temos a imagem em percentagem do rendimento total que auferem.⁷ Logo, quanto mais convexa for a curva (mais afastada da reta diagonal)

⁷ Doravante, por facilidade de linguagem, entenda-se Lorenz por curva de Lorenz e por mais *pobres* as unidades com os rendimentos mais baixos (i.e. de zero até certo ponto – valor ou percentagem). Pela mesma razão, coeficiente/índice de Gini é abreviado para Gini.

maior é a desigualdade porque uma percentagem maior da população mais *pobre* tem menos do rendimento total.

Os indicadores analisados de seguida devem ser lidos tendo sempre como referência visual a Figura 3 apresentada acima.

3. Indicadores sumários de desigualdade

Uma vez compreendido o enquadramento conceptual, analítico e gráfico é possível apreender a intuição subjacente à grande maioria dos indicadores de desigualdade.

3.1. Coeficientes de Gini e de Concentração

A divergência da curva de Lorenz $L(p)$ em relação a reta de perfeita equidade pode ser medida por índices de desigualdade, dos quais o **coeficiente de Gini** (Corrado Gini, 1912) é o mais popular. Seguindo o raciocínio anterior, na reta $P(p_1) = p_2$, os 20% mais *pobres* recebem 20% do rendimento total, no entanto, esta situação hipotética nunca se verifica. Empiricamente, os $x\%$ mais *pobres* recebem $(x - a)\%$ do rendimento total, e quanto maior for o a maior será o desvio entre a reta e a curva de Lorenz $\int_0^1 [P(p_1) - L(p_1)] dp_1$, e portanto, o índice de Gini:⁸

$$\begin{aligned} G(x) &= \frac{\int_0^1 [P(p_1) - L(p_1)] dp_1}{\int_0^1 P(p_1) dp_1} = \\ &= \frac{A}{\text{triângulo}(A + B)} = 2A \end{aligned}$$

Logo, o índice Gini é igual ao dobro da área A . Isto porque $\Phi(x)$ e $F(x)$ representam frações - i.e. variam entre 0 e 1 -, o que implica que a área do $\text{triângulo}(A + B) = 0,5$ e que $0 \leq G(x) \leq 1$ - onde o máximo representa o cenário hipotético em que apenas uma unidade detém todo o rendimento.

De forma a não confundir curvas de Lorenz com índice de Gini repare-se que a equação da área de $A + B = 0,5$ implica que $2A + 2B = 1 \Leftrightarrow 2A = 1 - 2B = 1 - 2 \int_0^1 L(p_1) = G(x)$. Ou seja o Gini é igual a um menos o dobro da área abaixo da curva de Lorenz (i.e. área B).

Imaginemos agora que queríamos saber quanto IRS, em percentagem do total, é que a metade mais *pobre* paga efetivamente. A função que nos dá a resposta para os 50% mais *pobres*, ou qualquer outra percentagem, é a **curva de concentração** da coleta líquida $C(p_1)$, ordenada pela $F(x)$ do rendimento bruto. Uma curva de concentração é equivalente à de Lorenz, com a diferença de que a variável de interesse não é a mesma que a variável da população: devemos explicitar a variável de ordenação.⁹ Caso contrário, assume-se que a ordem é a mesma e, seguindo o exemplo anterior, saberíamos quanto IRS é que a metade que paga menos imposto efetivamente o faz. Portanto, o **índice de concentração** de uma dada variável é o indicador sumário de desigualdade "Gini", mas com a ordem cumulativa de outra variável. Conclui-se, então, que a Lorenz é o caso específico das curvas de concentração onde apenas se usa uma variável.

⁸ Existem outras fórmulas do Gini equivalentes como a decomposição entre intra e inter-grupos (Milanovic, 2010) ou a "convince covariance" (Kakwani, 1980). A formulação escolhida é a mais intuitiva em termos gráficos.

⁹ Doravante a variável de ordem será o rendimento bruto (i.e ordenada por $F(p_1)$), exceto indicação contrária.

3.2. Indicadores de Redistribuição e Progressividade

O conceito de redistribuição prende-se com as diferenças relativas ao longo da distribuição, antes e depois de um número de medidas orçamentais. Este tem subentendido o conceito de progressividade (positiva) na medida em que é expectável que a desigualdade após Estado seja menor do que a original: os percentis mais altos passem a ter menos rendimento em relação aos mais baixos. Desta feita, alguma literatura refere-se a indicadores de redistribuição e progressividade como sinónimos. Contudo, é mais correto referir o primeiro aquando da comparação entre rendimento bruto e disponível, e empregar o segundo aquando da comparação entre rendimento bruto e as responsabilidades tributárias.

Para analisar a redistribuição, o indicador mais utilizado é o **Reynolds-Smolensky** (1977), que compara o Gini antes do Estado com o Gini após transferências e impostos, da forma mais simples: $RS = G_X - G_N$.¹⁰ Este também é apelidado de *redistribuição absoluta* (e.g. Frederick Solt, 2019), tomando a forma *relativa* quando se divide o anterior resultado pelo G_X .¹¹ Outras medidas são, basicamente, variantes: *progressão efetiva* de Musgrave-Thin (1948) $MT = (1 - G_N)/(1 - G_X)$; e Pechman-Ocker (1974) $PO = RS/G_X = 1 - G_N/G_X$.

Uma medida menos usual é o **coeficiente de Pietra**¹² que estima a proporção do rendimento total que teria de ser redistribuída das famílias acima da média para aquelas abaixo da média, de forma a atingir o estado de perfeita igualdade. Por isso, também é conhecido como **índice Robin Hood**. Na Figura 3, podemos visualizá-lo como a maior distância vertical entre a diagonal e a Lorenz – que ocorre no ponto em que a derivada da curva é igual a um. Alternativamente, é igual ao dobro da área do maior triângulo inscrito na área A , onde o vértice é o ponto anterior $L'(p_1) = 1$: logo, é sempre menor ou igual ao Gini (Fellman, 2018), que como vimos é o dobro da área A . Em termos práticos existem várias maneiras de o estimar:

$$Robin\ Hood = \frac{\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n |x_i - \mu|}{2\mu} \quad \text{onde } n \text{ é } \# \text{ observações}$$

$$\frac{Desvio\ absoluto\ médio}{2 \times \text{média total}} = \frac{\sum_{\{i: x_i \geq \mu\}} (x_i - \mu)}{\sum_{i=1}^n x_i}$$

$$= \left[\sum_{1}^u \text{shares dos } \# \frac{1}{p} \text{ intervalos de } q(p) > p\% \right] - [u \times p]\%$$

Quadro 2 - Distrib. das fatias do rendimento por decis					
Decil	1	2	3	4	5
share/fatia	1,08	2,48	4,13	5,74	7,33
Decil	6	7	8	9	10
share/fatia	8,98	10,83	13,09	16,41	29,93

Quadro 2 – Exemplo duma distribuição de rendimento, expressa em percentagem, do total, detida por cada intervalo de decis.

Fonte: Kucharski, “Gini index and Robin Hood index” slides.

Tomando decis como exemplo de intervalos de quantis $p = 0,1$, a forma mais direta e prática de o calcular seria somar as *shares/fatias* (%) dos decis superiores a 10% (e.g. $u = 3$ casos)

¹⁰ Terminada a explicação genérica do enquadramento analítico, passarei a denominar a distribuição do rendimento bruto (*gross*) por X e a do rendimento disponível (*net-IRS*) por N.

¹¹ Assim, o Reynolds-Smolensky relativo estima a percentagem da desigualdade inicial (e.g. de mercado) que é eliminada pelas políticas fiscais e sociais do Estado – ou por apenas uma medida.

¹² Também designado como índice de: Hoover (1936), Schutz (1951), Ricci (1879-1946) e Lindahl (1891-1960).

e subtrair $3 \times 10\%$. Assim, aplicando a última fórmula ao exemplo do Quadro 2, teríamos $(10,83\% + 13,09\% + 16,41\% + 29,93\%) - (4 \times 10\%) = 70,26\% - 40\% = 30,26\%$.

Voltando às medidas usuais de redistribuição, importa destacar uma dimensão oculta nestes indicadores. A **curva de concentração do rendimento disponível** (com a população ordenada pelo rendimento bruto) diz-nos quanto é que os $p_1\%$ mais *pobres* recebem após transferências e impostos. Por outro lado, a **curva de Lorenz do rendimento disponível** diz-nos quanto é que os $p_3\%$ mais *pobres* recebem, também, após transferências e impostos. O ponto é o seguinte: mesmo que o valor de p_1 e p_3 seja igual, por exemplo 20, a primeira refere-se aos 20% mais *pobres* em termos de rendimento bruto e a segunda em termos de rendimento disponível. Estas frações não representam a mesma população, visto que a ordem muda (*re-ranking*) (e.g. a pessoa mais rica antes de se pagar IRS pode não ser a mais rica após o pagamento do imposto).¹³

Desta feita, temos a decomposição do índice *RS* em **redistribuição/equidade vertical** (*VE*) e reordenação (*re*):

$$\begin{aligned} RS &= G_X - G_N = VE - re = \\ &= [G_X - C_N] - [G_N - C_N] \end{aligned}$$

Em termos de áreas da Figura 3:

$$VE = 2A - [2A - 2R] = 2R$$

O efeito de **reordenação capta a dimensão da desigualdade horizontal** (Atkinson, 1980) que diz respeito ao impacto desigual que uma política orçamental tem em agregados que não são diferentes. Esta dimensão seria visualizada no gráfico pelo dobro da área entre a curva de concentração e a de Lorenz do rendimento disponível – que estaria entre a primeira e a Lorenz do rendimento bruto, diminuindo o efeito redistributivo da política. Caso não haja reordenação a curva de concentração seria a mesma que a Lorenz do rendimento disponível. Contudo, não é possível apresentar esta última porque teria um eixo horizontal diferente.

Caixa - Taxas e Cálculo do IRS

Um equívoco muito disseminado na opinião pública prende-se com o mito de o rendimento disponível diminuir por via da subida de escalão, após ter ganho mais rendimento bruto num ano. Na verdade, o IRS é calculado de forma escalonada ("em escadinha") aplicando-se as taxas marginais apenas ao excedente em relação ao limite do escalão anterior.

Ao aplicarmos a taxa marginal ao total do rendimento, como se tende a fazer, teremos que subtrair a parcela a abater – que muitas vezes não é apresentada.

Escalões 2017	Rendimento Coletável	Taxa marginal	Taxa média	Parcela a abater
1	<= 7.091	14,5%	14,5%	-
2	> 7.091	28,50%	23,6%	992,74
3	> 20.261	37%	30,3%	2.714,93
4	> 40.522	45%	37,61%	5.956,69
5	> 80.640	48%	-	8.375,89

Tomemos como exemplo uma pessoa que auferiu um rendimento coletável anual de 25.000€. A coleta bruta (antes das deduções à coleta) seria $7.091 \times 14,5\% + (20.261 - 7.091) \times 28,5\% + (25.000 - 20.261) \times 37\% = 1.028,195 + 3.753,45 + 1.753,43 = 6.535,075\text{€}$. A taxa marginal do escalão em que a pessoa se situa (3.º escalão) apenas se aplica ao excedente de 4.739 e não ao total – e a anterior (28,5%) a 13.170. Equivalentemente, aplicando a parcela a abater, teríamos $25.000 \times 37\% - 2.714,93 = 6.535,075\text{€}$.

Logo **o rendimento disponível nunca diminuirá pela subida de escalão.**

¹³ Isto pode dever-se a vários motivos como diferenças no montante de deduções à coleta consoante o número de filhos ou o tipo de despesas realizadas, mas também por benesses menos óbvias.

O terceiro método aplica a taxa média do escalão anterior (2.º) ao seu limite superior e a taxa marginal do escalão da pessoa (3.º) ao excedente. A coleta bruta seria $20.261 \times 23\% + (25.000 - 20.261) \times 37\% = 6.535,075\text{€}$. Originando uma taxa média final de $6.535,075 / 25.000 = 26,1403\%$.

A taxa média é a proporção do rendimento total que é paga em imposto, repartida pelos máximos de cada escalão. A taxa marginal é o acréscimo de imposto por cada € de rendimento extra no respetivo escalão. Um imposto é progressivo se as taxas marginais forem maiores que as taxas médias – *i.e.* se as taxas médias efetivas aumentarem com o nível de rendimento.

Como podemos ver na Figura 3, o IRS efetivamente pago também pode ser visualizado por uma curva de concentração que evidencia a progressividade do imposto, se estiver abaixo da Lorenz. O principal **indicador de progressividade**, construído por Kakwani (1977), capta o desvio do sistema de imposto em relação ao imposto proporcional (*flat tax*), onde a mesma taxa se aplica a toda gente, o que implica que as duas curvas são iguais. Assim, mede a diferença entre o índice de concentração do imposto e o Gini do rendimento bruto; ou o dobro da área entre a curva de Lorenz e a de concentração:

$$\begin{aligned} Kak &= C_t - G_X = 2K \\ &= 2 \int_0^1 L(p_1) - C_{tax}(p_1) dp_1 \end{aligned}$$

Kakwani (1977) demonstra que o seu índice pode ser decomposto como a média ponderada da progressividade das diferentes componentes i do sistema fiscal (entre IRS, CSS e outros impostos, por exemplo):

$$Kak_{Total} = \sum_i \frac{t_i}{t} \times Kak_i$$

Onde t_i é a taxa média de cada componente e t é a taxa média global que é, por sua vez, determinada pela receita fiscal total (T) a dividir pelo rendimento bruto nacional (X). Outra das razões para que o *Kakwani* seja a medida de progressividade mais utilizada prende-se com a relação direta com o conceito de redistribuição vertical:

$$\begin{aligned} VE &= \frac{t}{(1-t)} \times Kak \\ \text{onde } \frac{t}{(1-t)} &= \frac{t \cdot X}{X/X - T/X} = \frac{t \cdot X}{X - T} = \frac{T}{N} \\ VE &= \frac{T}{N} \times Kak \end{aligned}$$

Desta feita, a **redistribuição é uma função da dimensão do imposto (T/N) e do nível de progressividade**. Esta formulação realça a importante diferença entre o conceito de progressividade e o de redistribuição.

Isto quer dizer que **é possível que o nível de redistribuição aumente num ano em que a progressividade do imposto diminui, ou vice-versa**. Este é o caso onde, não havendo alterações do número de escalões, haja uma atualização dos limites dos escalões abaixo da evolução dos rendimentos médios, provocando um aumento dos agregados que se encontram pouco acima do mínimo de existência maior do que nos escalões mais altos. A redistribuição aumenta porque aqueles que não pagam imposto estão relativamente mais iguais àqueles que pagam, mas a progressividade diminui porque o imposto passa a estar relativamente menos concentrado no topo da distribuição. Naturalmente, se a progressividade for negativa – *i.e.* concentração do imposto menor que a concentração do rendimento bruto – o efeito redistributivo do imposto também será negativo.

$$-1 \leq \text{índices de progressividade} \leq 1$$

Outros indicadores de progressividade¹⁴ compararam a distribuição inicial com a concentração do imposto de outras formas. Simultaneamente ao Kakwani, Suits (1977) desenvolveu outro índice de progressividade. A diferença é que *Suits* integra em relação ao rendimento e não sobre a população: eixo horizontal da figura 3 é a Lorenz do rendimento bruto $L(p_1)$ e não a função cumulativa da população $F(p_1)$. Note-se que a proporção cumulativa do imposto pago pela população p é a mesma independentemente de p ser expressa como proporções cumulativas do número de declarações (*Kakwani*) ou em proporções cumulativas do rendimento total (*Suits*).¹⁵ Deste modo, *Suits* traduz-se, essencialmente, no índice de Kakwani normalizado pelo declive da curva de Lorenz em cada ponto. Este declive $L'(p_1)$ é menor que um para p_1 menores, igual a um num único percentil, e maior que um para percentis mais elevados. Atribui, por isso, pesos maiores a rendimentos mais elevados (Seaks and Smith, 1981):

$$Suits = 2 \int_0^1 [L(p_1) - Ctax(p_1)] L'(p_1) dp_1$$

Portanto, para as mesmas curvas de Lorenz e concentração, *Suits* é maior ou igual a *Kakwani* desde que as curvas sejam convexas (i.e. haja desigualdade). Seaks and Smith (1981) demonstram, também, que se a distribuição de rendimento se alterar de tal forma que $L'(p_1)$ varia significativamente, estes indicadores poderão variar com sinais opostos.

Mais recentemente, Stroup (2005) desenvolveu um rácio das convexidades relativas da Lorenz e da curva de concentração do imposto. A diferença entre as convexidades é normalizada em termos da convexidade da curva de Lorenz. Isto é, a área entre a Lorenz e a curva de concentração do imposto (K) a dividir pela área abaixo da curva de Lorenz (B).

$$\begin{aligned} Stroup &= \frac{\int_0^1 L(p_1) - Ctax(p_1) dp_1}{\int_0^1 L(p_1) dp_1} = \frac{K}{B} \\ &= 1 - \frac{\int_0^1 Ctax(p_1) dp_1}{\int_0^1 L(p_1) dp_1} = 1 - \frac{(B - K)}{B} \end{aligned}$$

Stroup (2013) colmata uma limitação importante dos outros dois índices de progressividade. Segundo o autor, e seguindo a lógica do Gini, **uma medida de progressividade deve atingir o seu valor máximo na situação em que apenas a unidade mais rica x_{max} paga imposto**. Uma vez que os outros índices de progressividade se baseiam na diferença entre as curvas de Lorenz e concentração,¹⁶ é possível que tomem o mesmo valor em duas situações muito distintas:

1- Lorenz é praticamente linear (perfeita igualdade) e a $Ctax(p_1)$ é relativamente convexa, medindo uma área cinzenta $K = a$;

¹⁴ A única exceção é Khetan-Poddar (1976) que mede o resíduo do Gini original em relação ao resíduo da concentração do imposto $KP = (1 - G_x)/(1 - C_T)$, sendo o imposto progressivo se o indicador for maior que um.

¹⁵ Por exemplo, a figura 3 mostra-nos que 60% do número de declarações mais baixas paga cerca de 5% do IRS total. Estes 60% do número de declarações detêm 19% do rendimento total. Logo a população que representa 60% das declarações mais baixas é a mesma população que representa os 19% de rendimentos mais baixos, que paga 5% do IRS.

¹⁶ *Kakwani* na diferença (vertical) absoluta e *Suits* na diferença (vertical) multiplicada pela inclinação da Lorenz.

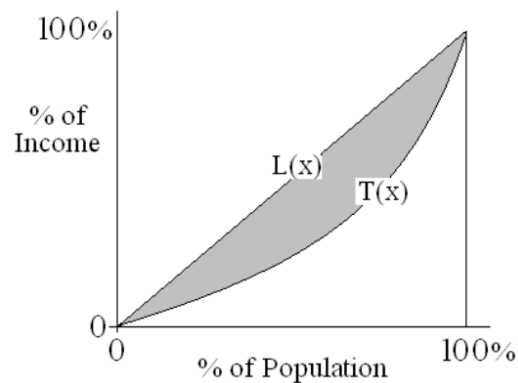


Figura 4 – Cenário hipotético 1 – curva de Lorenz do rendimento bruto e curva de concentração do imposto pouco concentradas.

Fonte: Stroup (2013)

2- Lorenz é extremamente convexa (próxima do canto inferior direito) enquanto a $C_{tax}(p_1)$ é uma reta horizontal até ao último p_1 onde se torna uma reta vertical. Esta representa a situação de progressividade máxima, porém, de novo, $K = a$.

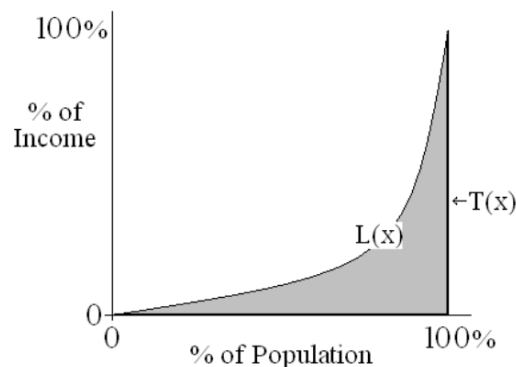


Figura 5 – Cenário hipotético 2 – curva de Lorenz do rendimento bruto muito desigual e curva de concentração do imposto o mais concentrada possível.

Fonte: Stroup (2013)

Este indicador resolve o problema ao dividir a área cinzenta K pela área B , fazendo com que a progressividade no segundo cenário seja aproximadamente um, visto que K e B são aproximadamente iguais. Em suma, o índice de *Stroup* faz com que, para a mesma concentração de imposto, a medida de progressividade não varie em função da desigualdade original (curva de Lorenz).

Sabendo que é praticamente impossível que a distribuição de rendimentos passe rapidamente da primeira para a segunda situação, esta limitação ganha relevância quando estudamos a evolução da progressividade ao longo de vários anos.

4. Shares ou Fatias

A desigualdade também pode ser medida através da **percentagem do rendimento total detida por diferentes grupos da população: shares ou fatias**. À semelhança das limitações explicadas anteriormente, podemos estar perante níveis diferentes de desigualdade para o mesmo valor do Gini. Isto porque o Gini é mais sensível a variações em torno da moda do que nos extremos da distribuição.

Assim, Piketty, Saez, Zucman e outros autores têm-se concentrado na evolução da fatia dos grupos mais abastados. Estes indicadores são estimados através da curva de Lorenz, função cumulativa da proporção do rendimento total, explicada anteriormente. Genericamente, a fatia dum *top* global:

$$\begin{aligned} \text{Top } (1 - p)\% &= [1 - \Phi(p)] \% \\ &= \left[\frac{\text{rend. médio } [q(p); q(1)]}{\text{rend. médio total}} \times (1 - p) \right] \% \end{aligned}$$

Por exemplo, para calcularmos a fatia do *top* 10%, $(1 - p) = 0,1$, logo $p = 0,9$ é a proporção da população a partir da qual todas as unidades pertencem ao *top* 10%. Assim, será o rácio do rendimento médio daqueles com rendimentos entre o percentil 90 e o rendimento máximo a dividir pelo rendimento médio global, multiplicado pela dimensão do intervalo. Por sua vez, expresso em percentagem, é igual a cem por cento menos a proporção cumulativa do rendimento dos 90% mais *pobres* (a imagem do ponto β da figura 3): $100\% - 64,15\% = 35,85\%$.

Adicionalmente é possível calcular fatias de partes intermédias da distribuição. Por exemplo, a fatia da metade mais *pobre* do *top* 20% (*i.e.* 9º decil ou D9) é igual à diferença entre a proporção cumulativa (Lorenz) do percentil 90 e aquela do percentil 80 – imagem do ponto β menos a imagem do ponto α . Assim como é igual ao rendimento médio do 9º decil sobre a média de todos os rendimentos, multiplicado por 0,1 (e ainda por 100 se expresso em percentagem).

Neste contexto, a redistribuição é medida, em pontos percentuais, pela variação da fatia do *top* 10% antes e depois do imposto. Este valor é calculado pela diferença absoluta entre a imagem do ponto β (64,15%) e aquela do ponto ϵ (68,47%) – como evidenciam os segmentos de reta verticais na Figura 3 (=4,32p.p.).

5. Rácios

Rácios são os indicadores de desigualdades mais simples, fáceis de calcular e interpretar. A desigualdade é frequentemente dividida em disparidade da metade inferior ($P50/P10 = \text{mediana}/D1$) e disparidade da metade superior ($P90/P50 = D9/\text{mediana}$) – geralmente mais elevada. Outro rácio de percentis comum é o intervalo interquartil ($P75/P25 = Q3/Q1$). Os rácios de fatias mais usados são o $S90/S10$ e $S80/S20$.

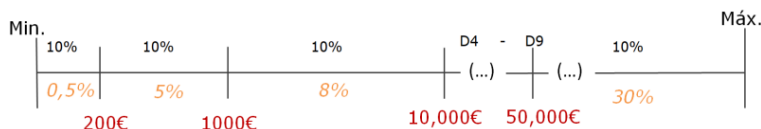


Figura 6 – Reta real que demonstra a diferença entre decis D (valor monetário) e as fatias S (%) que cada decil (intervalo com 10% da população) detém.

É importante perceber a distinção entre rácios de percentis e rácios de fatias. Enquanto os primeiros dizem respeito a valores monetários de rendimento correspondentes a uma posição na distribuição, os segundos referem-se à proporção do rendimento total que um intervalo da população detém. Portanto, **o rácio de percentis P90/P10 será menor que o rácio de fatias S90/S10**. Por exemplo, o rácio $P90/P50$ diz-nos quantos rendimentos medianos é que a unidade mais *pobre* do *top* 10% recebe. Por sua vez, o rácio $S90/S50$ diz-nos quantos rendimentos médios da metade mais *pobre* (valor abaixo do P50) recebem, em média, aqueles que pertencem ao *top* 10% (acima do P90).

Imaginemos um cenário em que, de um ano para o outro, apenas os rendimentos do *top* 1% aumentam. Nesta situação, o rendimento da primeira unidade (mais *pobre*) do *top* 10% não se altera, mas o rendimento médio do *top* 10% aumenta. Logo, o rácio $P90/P10$ não varia – visto que a ordem e valores até, pelo menos, o 99º percentil são exatamente os mesmos – enquanto o rácio $S90/S10$ pode aumentar substancialmente.

Os rácios de percentis são indicadores fáceis de calcular e de interpretar, não são sensíveis a *outliers* nem à inflação, mas ignoram grande parte da distribuição utilizando apenas dois pontos.

5.1. Rácio de Palma

O rácio de Palma é igual à fatia do *top* 10% dividida pela fatia dos *bottom* 40% (S90/S40) e tende a captar a desigualdade impercetível ao Gini.

Num artigo seminal de 2011, Palma demonstra que a fatia recebida pelas “classes média e média-alta” (entre D5 e D9, inclusive) apresenta uma homogeneidade surpreendente entre países de todo o mundo e ao longo dos anos. Esta parte da distribuição tende a deter pouco mais de 50% do rendimento total, o que implica que a desigualdade resulta da repartição da outra metade do rendimento entre os 40% mais *pobres* (D1-D4) e o *top* 10% (D10).

Apesar de ser um indicador pouco usual é de grande e crescente importância. Veja-se, por exemplo, a redação da primeira meta do 10º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (“Reduzir as desigualdades”): *Até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.* Esta poderá ter sido influenciada pelos trabalhos de José Gabriel Palma.

5.2. Coeficiente de variação

O coeficiente de variação é dos indicadores de desigualdade mais antigos e amplamente utilizados. Este é simplesmente o rácio entre o desvio padrão e a média. Por um lado, duas distribuições podem ter a mesma média, mas desvios padrão muito diferentes. Por outro, é importante standardizar a variância (quadrado do desvio padrão) pela média uma vez que a possibilidade de disparidade aumenta com a média.

Este indicador é fácil de calcular e estimar, não é afetado pela inflação e incorpora todas as observações. Para além disso, opostamente ao Gini, é mais sensível a transferências entre os extremos.

6. Outros indicadores

Como vimos, todos os indicadores acima são compreendidos através do mesmo enquadramento gráfico das curvas de Lorenz e de concentração – espaço da Figura 3. Em baixo são apresentados e analisados indicadores de desigualdade com outro enquadramento.

6.1. Índice de Atkinson

Num artigo seminal, o economista britânico Anthony Atkinson (1970) prova a intuição expressa por Dalton 50 anos antes: subjacente a qualquer medida sumária de desigualdade está um conceito/julgamento de bem-estar social e é sobre esse com que nos devemos preocupar. **Qualquer medida de desigualdade deve diminuir após uma transferência duma pessoa mais rica para uma pessoa mais pobre.**¹⁷ Acontece que o Gini, por exemplo, atribui mais importância a transferências que ocorrem perto do centro de distribuição (a moda) do que nos extremos.

Alicerçado nas ideias de Dalton, Atkinson propõe o conceito de **rendimento equivalente igualmente distribuído** – *Yede* – nível de rendimento *per capita* que, se fosse atribuído igualmente por todos, não alteraria o bem-estar social atual (dada uma certa aversão à desigualdade). Segundo a função de bem-estar social proposta pelo autor, se o rendimento de uma pessoa aumentar 1%, o seu peso para o bem-estar social diminuirá $\epsilon\%$ relativamente ao seu valor inicial. Assim, ϵ é o grau de aversão à desigualdade duma sociedade. Este parâmetro varia entre zero (indiferença total) e infinito. Valores mais altos representam maior propensão,

¹⁷ Assumindo que a transferência não origina uma reordenação substancial – condição Pigou-Dalton. Tanto o desvio relativo médio como os rácios de percentis (e.g. intervalo interquartil) não verificam esta propriedade. As outras duas condições para uma medida de desigualdade são: não variarem com a escala ou média, e não variarem com a dimensão da população (Heshmati, 2004).

por parte das pessoas, para aceitar rendimentos menores em nome de maior igualdade. Isto porque quanto maior for ε mais importância será dada pelo índice à desigualdade na cauda da distribuição (entre os mais pobres). Os valores convencionais para ε são: 0,5, 1, 1,5 ou 2.¹⁸

$$At(\varepsilon, X) = 1 - \frac{Yede}{\mu}$$

$$= 1 - \left[\sum_i \left(\frac{x_i}{\mu} \right)^{1-\varepsilon} \times f(x_i) \right]^{1/1-\varepsilon} \quad \varepsilon \neq 1$$

Para cada grau de aversão à desigualdade, o índice de Atkinson $At(\varepsilon, X)$ representa a proporção do rendimento total que seria necessária para manter o mesmo nível de utilidade, se o rendimento fosse igualmente distribuído. Posto de outra forma, se o rendimento fosse igualmente distribuído, o mesmo bem-estar social poderia ser alcançado com apenas $1 - At(\varepsilon, X)$ % do atual rendimento nacional.

Sabendo das limitações do Gini, Kiefer (1984) propõe um novo indicador de redistribuição definido como a diferença entre os índices de Atkinson antes e depois do imposto.

6.2. Índices de Entropia Generalizada

Inspirado no conceito de entropia de sistemas termodinâmicos, Claude Shannon (1948) desenvolveu uma teoria para medir o valor da informação, onde acontecimentos menos prováveis acarretam mais informação. Por sua vez, o nível de informação esperado é estabelecido pela entropia (Cowell, 2002).

$$Entropia = \sum_{i=1}^N prob_i \times \ln\left(\frac{1}{prob_i}\right)$$

$$\rightarrow Ig(fatia) = \sum_{i=1}^N fatia_i \times \ln\left(\frac{1}{fatia_i}\right)$$

Baseado nesta teoria, Henri Theil (1967) desenvolveu uma metodologia para medir igualdade usando as fatias do rendimento de cada grupo em lugar das probabilidades dos acontecimentos. Note-se que a perfeita igualdade ocorre quando todas as unidades têm as mesma $fatia_i = 1/N$ – onde N é o número de unidades. Nessa situação a fórmula da igualdade torna-se $\ln N$. A desigualdade é, então, medida pela diferença entre a igualdade perfeita e a igualdade verificada: $\ln N - Ig(fatia)$. Assim, o índice de desigualdade varia entre o mínimo de zero e o máximo de $\ln N$. Este índice de Theil T pode ser reescrito em função do número de unidades e a relação entre o rendimento individual e o rendimento médio:

$$Theil T = \sum_{i=1}^N \frac{1}{N} \times \frac{x_i}{\mu} \times \ln\left(\frac{x_i}{\mu}\right)$$

Essencialmente, é a média ponderada (pela população N) dos desvios proporcionais do rendimento (x_i) relativamente ao rendimento médio (μ). O último termo determina se o contributo dessa unidade i é positivo ou negativo.¹⁹

James K. Galbraith (e.g. 2008), e o projeto **UTIP**, têm vindo a defender o uso deste indicador em vez do Gini. Ao contrário deste último, que geralmente requer micro-dados, é possível estimá-lo apenas com dados agregados. O índice de Theil T tem a vantagem de ser aditivamente decomponível,²⁰ distinguindo a contribuição da desigualdade *entre* grupos daquela que

¹⁸ Se $\varepsilon = 1$ então $A(\varepsilon, X) = 1 - \frac{\prod x_i^{(1/N)}}{\mu}$.

¹⁹ Note-se que $\ln(x) > 0$ se $x > 1$ e $\ln(x) < 0$ se $x < 1$.

²⁰ Desigualdade total é a soma ponderada das desigualdades de cada subgrupo mais a contribuição que advém das desigualdades entre as médias desses subgrupos.

advém de diferenças *dentro* dos grupos: $Theil\ total = Theil_{within} + Theil_{between}$. Por sua vez, a componente total *entre* grupos é igual à soma dos *Theil* dos grupos que a compõem – fórmula acima de *Theil T*. Conceição et al. (2001) demonstram esta propriedade fractal do índice e a consistência do $Theil_{between}$ em espelhar a evolução da desigualdade global apesar de o $Theil_{within}$ não ser observável. Isto quer dizer que é possível estimar a evolução da desigualdade dum país, e as contribuições de cada grupo, tendo apenas dados agregados do número de observações e valor médio – e.g. sectores, profissões, municípios ou distritos etc.²¹

Henri Theil desenvolveu ainda outro índice conhecido por *Theil L*, invertendo o papel das fatias:

$$Theil\ L = \sum_{i=1}^N \frac{1}{N} \times \ln\left(\frac{\mu}{x_i}\right)$$

Ambos medem a divergência entre diferentes fatias de rendimento e proporções da população, mas com funções de distância distintas. O *Theil T* dá mais peso a dispersões acima da média enquanto o *Theil L* é mais sensível a variações entre rendimentos mais baixos.

Mais tarde, Cowell (1980) demonstra que os dois índices de Theil são casos particulares do índice generalizado de entropia:

$$GE(\alpha) = \frac{1}{\alpha(\alpha-1)} \left[\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{x_i}{\mu}\right)^\alpha - 1 \right]$$

Onde α representa o peso atribuído a distâncias entre rendimentos em diferentes partes da distribuição: valores maiores dão mais importância a desigualdades no topo e vice-versa. É este parâmetro que define vários índices de entropia:

- $GE(-1)$
- $GE(0)$ = Desvio Médio Logarítmico (*Theil L*)
- $GE(1)$ = índice de Theil (*Theil T*)
- $GE(2)$ = Metade do quadrado do coeficiente de variação

O índice de *Theil L* é mais conhecido por **desvio médio logarítmico**, atribui mais peso a desigualdades entre unidades com rendimentos mais baixos e também permite a desagregação por grupos (e.g. socioeconómicos).

Shorrocks (1980) prova a relação direta entre estes índices e os índices de Atkinson, onde $\alpha = 1 - \varepsilon$. Todos estes índices são aditivamente decomponíveis ao contrário dos índices de Atkinson que são decomponíveis, mas não aditivamente: $A(\varepsilon) = A(\varepsilon)_{within} + A(\varepsilon)_{between} - A(\varepsilon)_{within} \times A(\varepsilon)_{between}$.

Esta é a grande vantagem dos índices de entropia. As desvantagens são a sua difícil interpretação (Sen, 1973: 36) e não possibilitar a comparação direta entre populações com dimensões ou estrutura de grupos diferentes.

Na prática, podemos encontrar no [website](#) do projeto **UTIP** manuais com exemplos e ficheiros Excel para o cálculo do *Theil T*. Para além disso existem vários comandos de *Stata*²² que calculam todos estes indicadores automaticamente (ver Quadro 3).

²¹ O $Theil_{between}$ é o mínimo do *Theil T* e $Theil_{população} > Theil_{concelho} > Theil_{distrito} > Theil\ T$. Note-se que o máximo destes indicadores varia com o número de grupos. Logo, se dois países tiverem quantidades de grupos diferentes ou se estes variarem ao longo do tempo, este indicador não é apropriado. O mesmo se aplica se apenas tivermos um ano na amostra.

²² *Stata* é um *software* de análise estatística e de tratamento de dados, com uma *syntax* simplificada, que contém inúmeros programas desenvolvidos para análises econométricas e gráficas, amplamente utilizado em economia, sociologia, biomedicina e ciência política.

7. Conclusão

Genericamente, a desigualdade mede a dispersão entre a percentagem da população e a proporção dos recursos que essa população detém. As desigualdades sociais são multidimensionais, abrangendo igualdade de oportunidades, educação, saúde, trabalho, etc., não se restringindo a variáveis monetárias.

Este trabalho procurou apresentar e explicar cada um dos indicadores de desigualdades desenvolvidos pela literatura académica. Com ênfase no rendimento e no Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS), pretende ser um manual que contribuía para a capacitação da administração pública em análises de distribuição (desigualdade, redistribuição e progressividade).

Existem vários indicadores de desigualdades, todos com vantagens e desvantagens. A medida mais utilizada é o índice de Gini, mas este é pouco sensível a diferenças que ocorrem nos extremos da distribuição e não é aditivamente decomponível. A grande maioria pode ser compreendida e visualizada através do enquadramento analítico e gráfico das curvas de Lorenz e de concentração (Figura 3). No entanto, existem indicadores com outro enquadramento que permitem examinar efeitos em partes diferentes da distribuição e que são aditivamente decomponíveis em grupos.

No anexo são apresentadas as bases de dados internacionais que contêm diversas medidas de desigualdades de rendimento. A *Luxembourg Income Study* (LIS) e as *Statistics on Income and Living Conditions* (EU-SILC) disponibilizam os microdados a entidades de investigação. Deve-se realçar o facto de Portugal ser o único país da área do euro, para além de Malta e Chipre, que não consta na LIS. Esta é a maior base de dados harmonizados sobre o rendimento, abrangendo 5 décadas e 50 países de todo o mundo. Por isso, está na base de muitas outras bases de dados, designadamente a *Leiden LIS Budget Incidence Fiscal Redistribution Dataset* que contém muitas variáveis, nomeadamente sobre os efeitos fiscais, não disponíveis em qualquer outra fonte.²³

Tendo o objetivo de ser um manual prático, apresentam-se ainda todos os pacotes de *Stata* que permitem o cálculo de todos estes indicadores (Quadro 3, anexo). Sabendo que o *Stata* não é gratuito, são também apresentados os pacotes do *software* livre *R*. Este é mais flexível e tem maiores potencialidades gráficas, de tratamento de dados, e de computação que o *Stata*. Apesar do *R* apresentar um número reduzido de programas predefinidos para estudos de distribuição, o conteúdo metodológico do presente artigo possibilita a construção manual dos indicadores.

A criação, monitorização e avaliação de políticas eficazes de combate às desigualdades sociais requerem a adequada estimação e análise de indicadores de desigualdades de rendimento e, em parte, dos efeitos redistributivos do sistema fiscal. Por sua vez, uma análise aprofundada das desigualdades fiscais e de rendimento exige o conhecimento sobre as vantagens e complementaridades dos diversos indicadores existentes, de modo a identificar a combinação mais apropriada para cada problemática.

"[...] in different stages of society, the proportions of the whole produce of the earth which will be allotted to each of these classes [rentiers, capitalists and labour], under the names of rent, profit, and wages, will be essentially different; To determine the laws which regulate this distribution, is the principal problem in Political Economy."

David Ricardo, 1817

²³ <https://www.lisdatacenter.org/resources/other-databases/>

Agradecimentos

O autor agradece ao GPEARI a oportunidade de trabalhar no GT-IDS do Conselho Superior de Estatística e a disponibilização dos microdados, devidamente anonimizados, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Um enorme agradecimento ao Pedro Duarte Silva, diretor do Departamento de Análise, Estudos e Previsão do GPEARI, pelas várias orientações, críticas e sugestões feitas ao longo destes meses.

Bibliografia

- Alvaredo, F., Atkinson, A. B., Piketty, T., & Saez, E. (2013). The top 1 percent in international and historical perspective. *Journal of Economic perspectives*, 27(3), 3-20.
- Atkinson, A. (1980), Horizontal Inequity and the Distribution of the Tax Burden in H. Aaron & M. Boskin (eds.), *The Economics of Taxation*, pp.3-18.
- Atkinson, A. B. (1970). On the measurement of inequality. *Journal of economic theory*, 2(3), 244-263.
- B. Milanovic, (2002). "True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculations Based on Household Surveys Alone". *The Economic Journal*. vol. 112, no. 476. pp. 51-92. 2002.
- Rodrigues, C. F. (1993). *Measurement and Decomposition of inequality in Portugal, 1980/81-1989/90*. University of Cambridge, Department of Applied Economics.
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R. e Junqueira, V. (2016). *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*", Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. ISBN: 9789898863461.
- Rodrigues, C. F., e Andrade, I. (2019). *Redistribution Policy and Inequality in Portugal. Apresentação na Escola de Inverno do 2.º Encontro anual da Associação Portuguesa de Economia Política (Coimbra)*.
- Conceição, P., Galbraith, J. K., & Bradford, P. (2001). The Theil index in sequences of nested and hierarchic grouping structures: Implications for the measurement of inequality through time, with data aggregated at different levels of industrial classification. *Eastern Economic Journal*, 27(4), 491-514.
- Cowell, F. A. (1980). Generalized entropy and the measurement of distributional change. *European Economic Review*, 13(1), 147-159.
- Cowell F. A. (2000). "Measurement of Inequality", in A B Atkinson / F Bourguignon (Eds): *Handbook of Income Distribution*, Amsterdam.
- Cowell, F. A. (2003). Theil, inequality and the structure of income distribution. LSE STICERD Research Paper, (67).
- Dalton, H. (1920). The measurement of the inequality of incomes. *The Economic Journal*, 30(119), 348-361.
- Decoster, A., & Van Camp, G. (1998). The unit of analysis in microsimulation models for personal income taxes: fiscal unit or household?. CES-Discussion paper series DPS 98.33, 1-35.
- Fellman, J. (2018). Income Inequality Measures. *Theoretical Economics Letters*, 8, 557-574.
- Formby, J. P., Seaks, T. G., & Smith, W. J. (1981). V/I LEY. *The Economic Journal*, 91(364), 1015-1019.

- Galbraith, J. K. (2008). Inequality, unemployment and growth - New measures for old controversies. *The Journal of Economic Inequality*, 7(2), 189–206.
- Gini, C. (1912). Variabilità e mutabilità. Reprinted in *Memorie di metodologica statistica* (Ed. Pizetti E, Salvemini, T). Rome: Libreria Eredi Virgilio Veschi.
- Heshmati, A. (2004). Inequalities and their measurement.
- Kakwani, N.C. (1977). Measurement of Tax Progressivity: An International Comparison, *Economic Journal* 87: 71-80.
- Kiefer, D. W. (1984). Distributional tax progressivity indexes. *National Tax Journal* (pre-1986), 37(4), 497.
- Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality. *The American economic review*, 45(1), 1-28.
- Lorenz, M. O. (1905). Methods of measuring the concentration of wealth. *Publications of the American statistical association*, 9(70), 209-219.
- Musgrave, R.A. and Thin, T. (1948). Income tax progression 1929-48, *Journal of Political Economy* 56: 498-514.
- OECD, Nicolas Ruiz and Nicolas Woloszko (2016). What do household surveys suggest about the top 1% incomes and inequality in OECD countries? *Economics Department Working Papers* No. 1265
- Palma, J. G. (2011). Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'inverted-U': It's all about the share of the rich. *development and Change*, 42(1), 87-153.
- Pechman, J. A., & Okner, B. A. (1974). *Who Bears the Tax Burden?* *Studies of Government Finance Series*.
- Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2017). Distributional national accounts: methods and estimates for the United States. *The Quarterly Journal of Economics*, 133(2), 553-609.
- Reynolds, M. and Smolensky, E. (1977). *Public Expenditures, Taxes, and the Distribution of Income: The United States, 1950, 1961, 1970*, Academic Press, New York.
- Sen, A. (1997). *On Economic Inequality*. Oxford: Clarendon Press
- Shannon, C. E. (1948). A mathematical theory of communication. *Bell system technical journal*, 27(3), 379-423.
- Shorrocks, A. F. (1980). The class of additively decomposable inequality measures. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 613-625.
- Solt, Frederick. (2019). *Measuring Income Inequality Across Countries and Over Time: The Standardized World Income Inequality Database.* SWIID Version 8.1, May 2019.
- Stroup, M. D. (2005). An index for measuring tax progressivity. *Economics Letters*, 86(2), 205-213.
- Stroup, M. D., & Hubbard, K. E. (2013). An improved index and estimation method for assessing tax progressivity (No. 13-14). *Mercatus Center Working Paper*.
- Suits, Daniel B. 1977. "Measurement of Tax Progressivity," *The American Economic Review*, 67(4):747-752.
- Theil, H. (1967). *Economics and information theory* (No. 04; HB74. M3, T4.).

Anexos

Quadro 3 – Síntese de comandos básicos e principais *packages* desenhados para análises de distribuição, dos *softwares* estatísticos *Stata* e *R*.

Quadro 3.I		Stata						
instalar		ssc install <i>nome</i>		Ctrl+D para executar linha				
detalhes		help <i>nome</i>						
básicos		count if <i>var</i>	sum <i>var</i> , de	drop if <i>var</i> ==0	gen <i>newvar</i> = expressão	replace <i>vartochange</i> =expr.		
<i>nome</i>	Gini	Percentis	Fatias	Concentração	Redistrib.	Progressi.	Atkinson (Yede)	Entropia Gen.
ineqdeco	✓	☐	✗	✗	✓	✗	✓✓	✓✓
pshare	✓✓	✓	✓✓	✓	☐	☐	✗	✗
sumdist	✗	✓✓	✓	✗	☐	✗	✗	✗
sumup	☐	✓	☐	✗	☐	✗	✗	✗
progres	✓	✗	✗	✓✓	✓✓	✓✓	✗	✗
dasp	É um programa extremamente desenvolvido que permite calcular todos estes indicadores e muito mais							
✓✓	melhor comando para este tipo de indicador							
✓	comando/programa calcula automaticamente este tipo de indicador							
✗	comando/programa não permite calcular este tipo de indicador							
☐	comando/programa oferece informação suficiente para calcular este tipo de indicador							
Quadro 3.II		R						
instalar		install.package(" <i>nome</i> ")		library(<i>nome</i>)		Ctrl+Enter para executar linha		
detalhes		? <i>nome</i>						
básicos		head(<i>basedados</i>)	summary(<i>basedados</i> \$rend_bruto)			estudar <i>tidyverse</i>		
<i>nome</i>								
ineq	Vários índices de concentração; Gini, Reynolds-Smolensky; Atkinsons; Entropia Generalizada; Coeficiente de variação. Curvas de Lorenz e concentração.							
IC2	Ginis; concentração, curvas de Lorenz e concentração, Decomposição de Atkinsons e Entropia Gen.							

Tabela 1A – Bases de dados internacionais de indicadores de desigualdades de rendimento, riqueza e fiscalidade.

Database	Variables / case for Portugal	Country Coverage	Period	Reference
EU-SILC Statistics On Income And Living Conditions Eurostat public version but also provides micro-data to researchers.	Quantile's cutoffs and shares: Quartiles, Quintiles, Deciles, Percentiles; Several mean and median equivalised net incomes decomposed by: sex, age, household types, activity status, source, education, tenure; Mean and median incomes before social transfers (including or not pensions) by: household types, age, sex, degree of urbanisation; Share of people with income above or equal to a threshold by: urbanisation, education, age and sex; S80/S20 by sex, age and NUTS 2 regions; Gini for equivalised disposable income, gini for eq. disp. inc. before social transfers (including or not pensions). That is, market income gini (after personal income tax and social security contributions) including or not pensions;	28 EU Member States and some other european countries	2004-2018	https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions
LIS - Luxembourg Income Study	Deciles All household characteristics; Labor, capital and transfers incomes; Disposable, factor and pension incomes; Social Security Redistribution, Private redistribution. Ginis and Atkinson's coefficients; Labor intensity (types of contract, industry, hours worked etc.); Consumptions, Assets/Liabilities transactions. Portugal missing	50 countries	I-X Waves from 1980-2016	http://www.lisdatcenter.org/our-data/lis-database/
LWS - Luxembourg Wealth Study	Deciles All hh characteristics Total income, consumption, dispo_inc Labor intensity (types of contract, industry, hours worked etc.) Assets/Liabilities stock and Total net worth and disposable net worth, decomposed (inheritance, equity/credit) Savings (very decomposed, from whom, for what etc.) Portugal missing	14 countries	IV-IX Waves from 1995-2013	http://www.lisdatcenter.org/our-data/lws-database/
Leiden Budget Incidence Fiscal Redistribution Dataset 2017 (LIS based)	Median and Mean equivalized income All the following for Total pop. and Working pop.: Ginis for Primary/Original income, Gross income (after transfers) and Disposable income (after "" and taxes) Absolute and Relative fiscal redistribution , Share of fiscal redistribution (all from transfers and from taxes) Budget size (% of hh gross inc form each): transfers and taxes + their Efficiency/Targeting (*) Portugal Missing	47 countries	Varies alot, according to LIS availability	http://www.lisdatcenter.org/wp-content/uploads/files/resources-other-llbifrdoc.pdf http://www.lisdatcenter.org/wps/liswps/724.pdf

Tabela 1B – Bases de dados internacionais de indicadores de desigualdades de rendimento, riqueza e fiscalidade.

Incomes Across the Distribution Database Stefan Thewissen, Brian Nolan, Max Roser (2016) (LIS based)	Deciles means and cut-offs for real (PPP2011) and nominal of equivalised disposable income Ginis, absolute and relative redistribution, decile ratios (90/10, 90/50, 50/10). Portugal missing	50 countries	Varies alot, according to LIS availability	http://www.lisdat.acenter.org/wp-content/uploads/resources-other-idd.pdf
OECD Income Distribution Database (IDD) mostly based on EU-SILC	Total population, elderly, working age; Mean (for various cohorts; capital, self-emp) and median disp. inc., transfers paid (taxes and SS)/received; gini disp inc, gini market, gini's standard errors; Palma ratio (S90/S40), P90/P50, P90/P10, P50/P10, S80/S20. (**)	OECD countries	PT effective: 2004-2015 All PT: 1979-80, 1990, 1995, 2000, 2004 (Household Budget Survey - INE), 2005, 2006, 2007, 2008 and 2009 (SILC)	http://www.oecd.org/social/income-distribution-database.htm
Comparative Welfare States Data Set, 2014 (David Brady, Evelyne Huber, and John D. Stephens)	Myriad of variables, based on other major datasets (OECD IDD, SWIID, LIS, WID) on: Wage, Salary, and Income Distribution Data (top 1%, 0.1%, ratios etc.); Social Spending, Revenue, and Welfare State Institutions Data Social Policy, Education, Labor Force and Labor Institutions Data Demographics and Macro Portugal missing	27 rich countries	1960-2014 mostly post-2000	Codebook: http://www.lisdat.acenter.org/wp-content/uploads/CWS-codebook.pdf http://www.lisdat.acenter.org/wp-content/uploads/CWS-data.xlsx
The Chartbook of Economic Inequality Atkinson, Hasell, Morelli, and Roser (2017)	Portugal (based on Farinha 1996 and Pereirinha 1988, top shares Alvaredo 2008): No wealth data Top income shares since 1936 Gini since 1967 Poverty and dispersion of earnings 1980/2 (Atkinson 2008)	25 countries	top shares: 1940-2014 ginis and poverty: 1980-2014	https://chartbookofeconomicinequality.com/wp-content/uploads/Chartbook_Of_Economic_Inequality_complete.pdf
AllGinis (World Bank) Branko Milanovic	Compiles only Ginis from 9 survey sources (LIS, SILC, WYD, OIVCAL, WIDER etc.) Portugal: 1973-2008 but only 11 observations - 1973/80/90/91 WIDER, 1989/94/97 WYD, 2005-8 SILC	166 countries	1950-2015	http://pubdocs.worldbank.org/en/728601472744842249/Description-of-AllGinis-Oct2014.pdf

Tabela 1C – Bases de dados internacionais de indicadores de desigualdades de rendimento, riqueza e fiscalidade.

World Inequality Database (WID)	<p>Huge project aimed at producing Distributional National Accounts (DINA) started by calculating top income shares, than income, than wealth. (no ginis) Combines Macro, Fiscal and Survey data.</p> <p>Portugal: No wealth data yet Pre-tax national income - Top 1% and 1% inc share 1976-2005 but Top 0.1% 1938-2005 Fiscal and pre-tax income for all and various percentiles (avg and shares 1938-2005, cutoff and beta 1989-2005) All from Alvaredo 2008/09</p>	54 countries	Varies alot	http://wid.world/wid-world/
SWIID The Standardized World Income Inequality Database	<p>Uses multiple-imputation to fill in missing observations, based on a myriad of datasets, aiming at the LIS values (standard), to became the largest income inequality database.</p> <p>Gini net, gini market, absolute and relative redistribution.</p> <p>Portugal: able to calculate the ginis for 1968-2015 and the redistributions for 1975-2015</p>	192 countries	1960-2015	https://fsolt.org/swiid/
UNU-WIDER (WIID) The World Income Inequality Database	<p>Ginis, quintiles, deciles and 5/95 ventiles, mean/median incomes from several sources with survey Quality indicators, tax units, household level, expenditure/consumption/income, etc. => duplicates</p> <p>Portugal: 1973, 80, 90, 95-99, 2000, 01, 2004-2005</p>	182 countries	pre-1960 to 2015	https://www.wider.unu.edu/databases/world-income-inequality-database-wiid34
Lakner-Milanovic	<p>Panel of country-deciles cutoffs and means for comparision.</p> <p>Portugal source is World Income Distribution (WYD) database: 1989, 94, 98, 2005, 2008</p>	160 countries	5-in-5 years 1988-2008	https://www.gc.cuny.edu/CUNY_GC/media/LISCenter/brankoData/LaknerMilanovic2013WorldPanelIncomeDistributionLMWPIDDescription.pdf

(*) "applying Kakwani's (1986) 'index of concentration' to transfers. This index takes on the value of -1.0 if the poorest person gets all transfer income, 0 if everybody gets an equal amount, and +1.0 if the richest person gets all transfer income (cf. Korpi & Palme, 1998: 684)"

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN 18 de fevereiro de 2020</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 18 de fevereiro de 2020 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Semestre Europeu 2020 – O Conselho ECOFIN adotou conclusões relativas à agora denominada Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável (<i>Annual Sustainable Growth Strategy 2020, ASGS</i>) e ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (<i>Alert Mechanism Report 2020, AMR</i>). O Conselho aprovou ainda um projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro. Relativamente à ASGS, o Conselho concordou com as prioridades propostas pela Comissão Europeia de concentração dos esforços a nível político na sustentabilidade ambiental, aumento da produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica, salientando a necessidade, em linha com o ano anterior, de (i) fomentar o investimento de elevada qualidade, (ii) implementar reformas estruturais ambiciosas e (iii) garantir finanças públicas sãs. No que se refere ao AMR, o Conselho partilhou a análise feita pela Comissão, reconhecendo os progressos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos. Em março, a Comissão publicará "apreciações aprofundadas" da situação em 13 estados-membros (Alemanha, Bulgária, Chipre, Croácia, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Roménia e Suécia). O projeto de recomendações para a política económica da área do euro - que foca questões relativas ao Mercado Interno e ambiente de negócios, investimento e política orçamental, mercado de trabalho e educação e aprofundamento da UEM - será submetido ao Conselho Europeu para endosso em março. O Semestre Europeu de 2020 terminará em julho, com a adoção de recomendações específicas por país. ▪ Análise da Governança Económica – A Comissão apresentou a sua comunicação referente à análise da governança económica da UE, a qual tem por objetivo avaliar a eficácia do enquadramento de supervisão económica relativamente (i) a garantir finanças públicas sustentáveis e crescimento económico, evitando desequilíbrios macroeconómicos, (ii) à facilitação da coordenação das políticas económicas dos estados-membros, e (iii) à promoção da convergência económica dos estados-membros. A referida comunicação apresenta ainda um conjunto de questões sobre melhorar o funcionamento do referido enquadramento, as quais são a base para uma consulta pública que decorrerá até dia 30 de junho. ▪ Orçamento da União Europeia <ul style="list-style-type: none"> a) Processo de quitação: O Conselho aprovou uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão pela gestão do orçamento geral da UE para 2018. O Conselho adotou igualmente recomendações sobre a quitação a ser dada às 32 agências "descentralizadas" da UE, às 6 agências executivas e às 8 empresas comuns pela implementação dos seus orçamentos de 2018. Todas estas recomendações adotadas pelo Conselho tiveram em conta os Relatórios anuais do Tribunal de Contas Europeu. b) Orientações para 2021: O Conselho adotou as conclusões que estabelecem as orientações orçamentais para a Comissão

Iniciativa	Sumário
	<p>Europeia preparar o Orçamento da União para 2021, apelando a um orçamento prudente, com recursos adequados às necessidades dos programas e ações que mais contribuem para as políticas da União, deixando margens suficientes para lidar com circunstâncias imprevistas. Apela ao respeito pelos princípios orçamentais e pelos compromissos passados, em particular no início do próximo Quadro Financeiro Plurianual e ao estabelecimento de um nível adequado de apropriações para pagamentos de modo a evitar a acumulação de pagamentos em atraso.</p> <p>Destaca-se, ainda, a aprovação sem debate:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da introdução de quatro jurisdições (Ilhas Caimão, Palau, Panamá e Seychelles) na lista da UE sobre jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais, tendo em conta que não implementaram as reformas necessárias com as quais se comprometeram dentro do prazo acordado. Com esta alteração, a lista passa a integrar doze jurisdições: Samoa Americana, Fiji, Guam, Omã, Samoa, Trindade e Tobago, Ilhas Virgens Americanas, Vanuatu, Ilhas Caimão, Palau, Panamá e Seychelles.
<p>Obrigações das empresas – Livro de reclamações eletrónico</p> <p>Conselho de Ministros de 13 de fevereiro de 2020</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que adota as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação de manter o livro de reclamações eletrónico. A partir das preocupações manifestadas pelos operadores económicos, em especial os de menor dimensão e menos familiarizados com as tecnologias digitais, introduz-se um mecanismo prévio de notificação, procedendo, de uma forma pedagógica, à integração da obrigação de possuir o livro de reclamações em formato eletrónico no universo das obrigações das empresas.</p>
<p>Transposição de diretiva – Comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa</p> <p>Conselho de Ministros de 13 de fevereiro de 2020</p>	<p>Aprovou a revisão do regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, à luz do quadro normativo da União Europeia (Diretiva 2018/410 Diretiva CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão).</p>
<p>Transposição de Diretivas – Branqueamento de capitais – Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI)</p> <p>Conselho de Ministros de 20 de fevereiro de 2020</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que procede à transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, e da Diretiva 2018/843/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, usualmente denominada como 5.ª Diretiva AML, estabelecendo medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.</p>
<p>Parcerias público-privadas</p> <p>Conselho de Ministros de 20 de fevereiro de 2020</p>	<p>Aprovou em versão final a resolução relativa às parcerias público-privadas aprovada na Reunião de Conselho de Ministros de 13 de fevereiro de 2020.</p>
<p>Programa de Incentivos à Fixação de Trabalhadores do Estado no Interior</p> <p>Conselho de Ministros de 27 de fevereiro de 2020</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que cria um Programa de Incentivos à Fixação de Trabalhadores do Estado no Interior, abrangendo tanto incentivos de natureza pecuniária como outros aspetos relacionados com a prestação de trabalho.</p>
<p>Programa Trabalhar no Interior</p>	<p>Aprovou o Programa "Trabalhar no Interior", iniciativa que tem como objetivo apoiar e incentivar a mobilidade geográfica de trabalhadores para os territórios do Interior. O Programa integra a medida "Emprego</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 27 de fevereiro de 2020	Interior MAIS", que consiste num apoio financeiro até 4.827 euros para os trabalhadores que passem a residir e prestar trabalho num território do interior, passível de majoração em função da dimensão do agregado familiar que com ele se desloque a título permanente, e uma participação dos custos associados ao transporte de bens.
Programa de Valorização do Interior Conselho de Ministros de 27 de fevereiro de 2020	Aprovou a revisão e reavaliação do Programa de Valorização do Interior, com o objetivo de selecionar ações específicas nos territórios do interior e incorporar novas iniciativas, nomeadamente soluções orientadas para dinâmicas de maior proximidade, programas de financiamento com dotação específica e critérios adaptados ao interior, assim como projetos construídos em rede e dirigidos ao aumento da competitividade. Mantém-se o modelo de implementação de iniciativas transversais e multissetoriais, envolvendo as diferentes áreas de governação e os agentes presentes no território na definição das iniciativas, agora centrado em áreas temáticas (Programas +CO3SO: COnstituir, COncretizar e COnsolidar Sinergias e Oportunidades) e territórios considerados de intervenção prioritária.
Programas +CO3SO Conhecimento e +CO3SO Digital Conselho de Ministros de 27 de fevereiro de 2020	Aprovou o desenvolvimento dos Programas +CO3SO Conhecimento e +CO3SO Digital, de valorização dos territórios do interior. Visando a criação de condições para o desenvolvimento social e económico dos territórios, com promoção de emprego qualificado e inovação e transferência de tecnologia.
Programa Conhecer Portugal Conselho de Ministros de 27 de fevereiro de 2020	Aprovou o programa de mobilidade de estudantes "Conhecer Portugal", destinado a apoiar a realização de estágios e atividades de I&D sobre as regiões portuguesas de menor densidade populacional de Portugal, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Apoios sociais (IAS). Portaria n.º 27/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31	Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).
Pensões para o ano de 2020 Portaria n.º 28/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31	Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2020.
Complemento extraordinário das pensões Portaria n.º 29/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31	Estabelece a atualização dos valores do complemento extraordinário das pensões de mínimos de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, do regime especial das atividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados e dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, bem como das pensões de mínimos de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente, para 2020.
Pensão de velhice em 2021 Portaria n.º 30/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31	Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021.

Assunto/Diploma	Descrição
<p>Estrutura de Missão para a Monitorização do Programa Orçamental da Saúde</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2020 - Diário da República n.º 25/2020, Série I de 2020-02-05</p>	<p>Prorroga o mandato da Estrutura de Missão para a Monitorização do Programa Orçamental da Saúde.</p>
<p>Convenção EUMETSAT – Exploração de Satélites Meteorológicos</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2020 - Diário da República n.º 26/2020, Série I de 2020-02-06</p>	<p>Procede à reprogramação dos encargos relativos à segunda geração de programas obrigatórios previstos na Convenção EUMETSAT, com a Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos.</p>
<p>Organização do Tratado do Atlântico Norte – Agência de Informação e Comunicações</p> <p>Aviso n.º 10/2020 - Diário da República n.º 26/2020, Série I de 2020-02-06</p>	<p>Entrada em vigor do Acordo Suplementar à Convenção sobre o Estatuto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, dos Representantes Nacionais e do Pessoal Internacional, assinada em Otava, em 20 de setembro de 1951, entre a República Portuguesa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, sobre o Estatuto da Agência de Informação e Comunicações da OTAN na República Portuguesa.</p>
<p>Desenvolvimento e competitividade da economia – Quinta geração de comunicações móveis</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020 - Diário da República n.º 27/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-02-07</p>	<p>Aprova a estratégia e calendarização da distribuição da quinta geração de comunicações móveis.</p>
<p>Fundo Ambiental – Economia circular</p> <p>Despacho n.º 2269-A/2020 - Diário da República n.º 33/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-02-17</p>	<p>Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2020.</p>
<p>Serviço público postal universal</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 9/2020 - Diário da República n.º 36/2020, Série I de 2020-02-20</p>	<p>Recomenda ao Governo que salvguarde a qualidade do serviço público postal universal.</p>
<p>Monitorização de Passivo Financeiro da TAP</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2020 - Diário da República n.º 37/2020, Série I de 2020-02-21</p>	<p>Aprova a minuta do «Primeiro Aditamento ao Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP».</p>
<p>Fusão por incorporação da EMEF na CP</p> <p>Declaração de Retificação n.º 10/2020 - Diário da República n.º 37/2020, Série I de 2020-02-21</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, das Infraestruturas e Habitação, que procede à fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP - Comboios de Portugal, E. P. E., e estabelece os respetivos termos e condições, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 248 (suplemento), de 26 de dezembro de 2019.</p>

Lista de Acrónimos

Sigla	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE, I.P.	Instituto de Proteção e Assistência na Doença – Instituto Público de Gestão Participada
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGTF	Direção-geral do Tesouro e Finanças
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado

Sigla	Descrição
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>

Sigla	Unidades
%	Percentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.